

**PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
FACULDADE CATÓLICA DE RONDÔNIA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA
MESTRADO E DOUTORADO- PPGT/ PUC-PR**

LUIS FERNANDO DA SILVA

**CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-TEOLÓGICA DA CIDADE: CAMINHOS PARA
A EVANGELIZAÇÃO NAS CIDADES DA DIOCESE DE SÃO JOÃO BOA VISTA**

Porto Velho-RO

2022

LUIS FERNANDO DA SILVA

**CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-TEOLÓGICA DA CIDADE: CAMINHOS PARA
A EVANGELIZAÇÃO NAS CIDADES DA DIOCESE DE SÃO JOÃO BOA VISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado e Doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, para obtenção de título de Mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Elias Wolff

PORTO VELHO- RO

2022

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

S586c
2022

Silva, Luís Fernando da
Contextualização histórico-teológica da cidade: caminhos para a
evangelização nas cidades da Diocese de São João da Boa Vista / Luís
Fernando da Silva; orientador: Elias Wolff. – 2022.
112 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2022

Bibliografia: f. 108-112

1. Teologia. 2. Igreja Católica. Diocese de São João da Boa Vista (SP).
3. Teologia pastoral. 4. Evangelização. I. Wolff, Elias. II. Pontifícia Universidade
Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 230

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº.001.2023
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO TEOLOGIA**

Luis Fernando da Silva

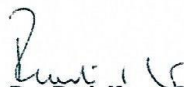
Aos dezoito dias do mês janeiro de dois mil e vinte e três, às dez horas reuniu-se por videoconferência a banca examinadora constituída pelos professores doutores Elias Wolff, Stefano Rischietti e Mário Sanches para examinar a Dissertação de Mestrado de Luis Fernando da Silva, ingressante no Programa de Pós-Graduação em Teologia - Mestrado, no ano de 2021, na Área de concentração: Teologia Sistemático-Pastoral, Linha de Pesquisa: Teologia, Evangelização e Diversidade Religiosa. O mestrando apresentou a dissertação intitulada: " **CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-TEOLÓGICA DA CIDADE: CAMINHOS PARA A EVANGELIZAÇÃO NAS CIDADES DA DIOCESE DE SÃO JOÃO BOA VISTA** ". O candidato fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e, após a defesa, o candidato foi **APROVADO** pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 12h;30 min. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que segue assinada pelo presidente da Banca Examinadora e pela coordenação do Programa. Os avaliadores(as) participaram da banca de Defesa de Dissertação por videoconferência e estão de acordo com termos acima.



Prof. Dr. Elias Wolff
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Mário Sanches
Convidado Interno

Prof. Dr. Pe. Stefano Rischietti
Convidado Externo



Prof. Dr. Rudolf von Sinner

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia

Dedico este texto a todos que amo e aos que tenho dificuldades de amar, pois todos, aos olhos de Deus, são preciosos.

À Diocese de São João da Boa Vista, que é a Igreja que me gera na fé em Jesus todos os dias, desde que nasci.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus nosso Senhor, fonte de toda a sabedoria, que me permitiu percorrer esse itinerário de novos conhecimentos.

Agradeço a toda a Diocese de São João da Boa Vista, na pessoa do seu quinto bispo, Dom Antônio Emídio Vilar, e do seu atual bispo, Dom José Carlos Brandão Cabral; aos irmãos presbíteros e demais diocesanos que apoiaram e subsidiaram esta pesquisa.

À minha família, de modo especial meus pais, Rovilson e Cleusa, e meu irmão, Rafael, por me amarem e quererem sempre o meu bem.

A todos os professores que ao longo da vida contribuíram para a construção do meu conhecimento, de modo especial aos professores da Faculdade Católica de Rondônia e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Aqui faço uma menção honrosa ao meu orientador, pe. Elias Wolff, e à coordenadora do nosso curso, professora Clélia Pereti.

Enfim, agradeço a todos que fazem parte da minha história e que comigo caminham na amizade e no seguimento de Jesus de Nazaré.

Louvo o Senhor porque ele é bom e eterna é a sua misericórdia.

“Parado e desunido um povo forte, não pode frutos dar por mais que rezem. Paróquias desunidas não caminham. A fé sem o amor é simples tese. Unido caminhando poderemos tornar comunidade a Diocese” (Trecho do hino do 1º Sínodo Diocesano de São João da Boa Vista).

RESUMO

A cidade não é apenas um espaço geográfico, pois nela ocorrem relações e fenômenos sociais, culturais e econômicos. Dentro de uma mesma cidade, convivem vários grupos que são atores do contexto urbano. O objetivo desta dissertação é apresentar uma contextualização histórica e teológica sobre a evangelização nas cidades da Diocese de São João da Boa Vista. A metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, documentos da Igreja, atas do I Congresso Internacional sobre a Pastoral das grandes cidades, o relatório do 1º Sínodo Diocesano (1996-2000), o Plano Diocesano de Pastoral (2019-2023), o Relatório da Visita *ad Limina Apostolorum*, de 2022, e a Bíblia Sagrada. Também foi realizada uma leitura teológica da cidade, reinterpretando os princípios bíblicos e doutrinários da fé cristã em diálogo com a cultura urbana para apontar caminhos que possibilitem uma pastoral urbana nas cidades da contemporaneidade. Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Concluiu-se que a Diocese de São João da Boa Vista, mesmo sendo uma Diocese de interior com pouco mais de meio milhão de habitantes espalhados em dezoito municípios, está deixando de ser rural. Essa constatação é básica para programar e organizar uma pastoral evangelizadora na Diocese.

Palavras-chave: cidade; cultura urbana; evangelização; Diocese.

ABSTRACT

The city is not just a geographic space, because social, cultural and economic relations and phenomena occur in it. Within the same city, several groups that are actors in the urban context coexist. The objective of this dissertation is to present a historical and theological context about evangelization in the cities of the Diocese of São João da Boa Vista. The methodology adopted was a bibliographical research in books, articles, Church documents, minutes of the 1st International Congress on Pastoral Care in Large Cities, the report of the 1st Diocesan Synod (1996-2000), the Diocesan Pastoral Plan (2019-2023) , the 2022 Visit *ad Limina Apostolorum* Report, and the Holy Bible. A theological reading of the city was also carried out, reinterpreting the biblical and doctrinal principles of the Christian faith in dialogue with the urban culture to point out ways that enable an urban pastoral in contemporary cities. As for the approach, it is a qualitative research. It was concluded that the Diocese of São João da Boa Vista, even though it is an interior Diocese with just over half a million in habitants spread across eighteen municipalities, is ceasing to be rural. This finding is basic for planning and organizing an evangelizing ministry in the Diocese.

Keywords: city; urban culture; evangelization; Diocese.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DA CIDADE E DO MUNDO URBANO	19
2.1 ORIGEM DA CIDADE	19
2.1.1 O mundo urbano	21
2.1.3 A cidade: território e lugar.....	23
2.1.4 A cidade e a pessoa humana	25
2.2 CULTURA URBANA	31
2.3 OS DESAFIOS DA CIDADE.....	34
2.3.1 Desafio social	34
2.3.2 Desafio econômico.....	36
2.3.3 Desafio político.....	37
2.4 A EVANGELIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A PASTORAL	39
2.5 AS ATITUDES FUNDAMENTAIS PARA UMA PASTORAL URBANA	41
3 LEITURA BÍBLICO- HISTÓRICA E TEOLÓGICA DA CIDADE.....	45
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE A PARTIR DA BÍBLIA	45
3.1.1 A cidade no Primeiro Testamento.....	45
3.1.2 A cidade no Novo Testamento	49
3.2 Contextualização da cidade na história da Igreja	52
3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA CIDADE NO MAGISTÉRIO CONTEMPORÂNEO DA IGREJA	58
3.3.1 A pastoral nas grandes cidades: Congresso de Barcelona	58
3.3.2 A pastoral nas grandes cidades: Os textos do Pontificado do Papa Francisco	63
3.3. 3 A pastoral nas grandes cidades: Diretrizes Gerais da Ação evangelizadora da Igreja no Brasil	65
4 EVANGELIZAÇÃO NAS CIDADES DA DIOCESE DE SÃO JOÃO BOA VISTA	67
4.1 Histórico da Diocese de São João da Boa Vista	68
4.2 O SÍNODO DIOCESANO QUE APRESENTOU AS TRÊS PRIORIDADES: JOVENS, FAMÍLIAS E POBRES	73
4.3 A EVANGELIZAÇÃO NAS CIDADES DA DIOCESE PARTINDO DOS JOVENS, FAMÍLIAS E POBRES.....	86
4.3.1 A evangelização a partir do modelo de Igreja do Papa Francisco.....	87
4.3.2 A evangelização a partir das Diretrizes da CNBB.....	93

4.3.3 A evangelização na Diocese a partir dos jovens, das famílias e dos pobres	
.....	95
4.3.4 Perspectivas pastorais futuras	106
5 CONCLUSÃO	109
REFERÊNCIAS	114

1 INTRODUÇÃO

Grande parte da população mundial, cerca de 52%, vive em grandes cidades, e esse processo tende a aumentar nos próximos anos. Esse fenômeno faz surgir não somente um contexto de urbanização no sentido geográfico, mas juntamente com ele vem acompanhado o de uma cultura urbana.

Convém ressaltar que a cidade “é um todo complexo e diversificado” (BARROS, 2007, p. 49). Com essa afirmação, é possível pensar a cidade como o espaço da diversidade, lugar do encontro de múltiplas realidades.

A cidade desenvolve-se num território, que não é algo meramente físico, mas entendido enquanto espaço humano, geográfico e social. Do ponto de vista geográfico, a cidade está caracterizada pela sua organização em bairros, sua história e sua vida social, o que lhe dá uma configuração própria. De modo geral, na geografia da cidade, é perceptível as suas marcas que se classificam por “classe social”, de forma que se percebem os locais urbanos e os suburbanos, os locais demasiadamente habitados e os espaços ocupados com as devidas proporções.

Já do ponto de vista social, a cidade é marcada pela exclusão que gera realidade de habitação precárias, comumente chamadas de favelas, e não somente nesses espaços, mas preponderantemente neles, a cidade é acometida pela onda da violência, pelo tráfico de entorpecentes, pela educação de baixa qualidade ou até mesmo a ausência de espaços educacionais na periferia. Isto também se aplica aos espaços de saúde pública.

Do ponto de vista territorial, além dos bairros residenciais e periféricos o espaço se divide com os centros comerciais e com as zonas industriais. Há os lugares de encontro das pessoas pelos diversos motivos: religiosos, para o lazer, o turismo, a cultura.

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – DGAE (2019) – afirmam que, no atual contexto da sociedade, os maiores desafios presentes são o da cultura urbana. Isso não se dá somente porque as pessoas estão residindo na cidade, mas porque adotam um estilo de vida na cidade que configura um novo modo de pensar e de produzir a cultura, inclusive naquilo que toca os relacionamentos interpessoais. Por isso “pensar a relação entre

evangelização e cultura urbana torna-se um imperativo à ação evangelizadora em nossos dias” (DGAE 28).

Convém destacar que o discurso cultural é decisivo para compreender a grande cidade e os diversos contextos que emergem dentro dela, sendo o cristianismo uma realidade que se insere onde a pessoa está presente e comunica-se de acordo com a sua cultura. Diante disso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: que Evangelho deve ser anunciado no contexto cultural urbano do século XXI?

A escolha do tema justifica-se a partir da compreensão de que os habitantes das grandes cidades buscam o suporte da religião para encontrar o caminho do bem entre tantos males que também emergem nas grandes cidades. Neste sentido, o desafio da Igreja Católica é anunciar o Evangelho no contexto urbano. Por isso, esta pesquisa vai debruçar-se sobre a Igreja no contexto urbano: contextualização, cultura e missão.

Frente à realidade da cidade, a Igreja é uma presença nesse contexto: uma presença física com seus prédios, muitos deles de grande valor histórico; uma presença cultural por meio dos patrimônios, colégios e universidades; e também uma presença evangelizadora, que desempenha uma missão: anunciar o Evangelho de Cristo no território e na cultura da cidade. Este é um desafio, pois no projeto de evangelização devem ser levadas em conta as múltiplas e diversas realidades da cidade, seus vários espaços geográficos e sociais. Assim, nasce a necessidade de pensar uma evangelização inculturada que leve em conta a multipluralidade do mundo urbano.

A cultura urbana está presente nesses ambientes que são marcados por contradições e desafios para que se viva a fé eclesial dentro deste mesmo contexto. Assim, procurar-se-á nesta pesquisa indagar como se dá a missão evangelizadora da Igreja nas cidades em meio à cultura urbana. Levando em consideração as marcas da cultura urbana nas diversas realidades, esta pesquisa quer lançar um olhar sobre a caminhada de evangelização da Diocese de São João da Boa Vista, uma pequena Diocese no interior do Estado de São Paulo, porém com as marcas da cultura urbana, que geram luzes e sombras no acompanhamento pastoral das pessoas.

Como hipótese neste texto quer-se buscar uma afirmação que introduza à questão da pesquisa e proponha o resultado esperado. A partir da pesquisa bibliográfica espera-se com este projeto:

- a) Frente aos desafios da cidade a Igreja evangeliza na medida em que assume a cultura urbana marcada pelo pluralismo, pela secularização, pelo individualismo e por tantas marcas típicas da modernidade.
- b) A Igreja presente nas cidades trilha os caminhos da evangelização, à medida que compreende o pluralismo delas, não se tratando assim de uma evangelização na cidade enquanto território geográfico, mas de uma evangelização que leva em conta os diversos grupos e espaços plurais da cidade.
- c) O projeto de evangelização nas cidades da Diocese de São João da Boa Vista participa dos desafios de cada dia das pessoas, principalmente dos jovens, das famílias e dos pobres, levando em conta a transformação da realidade social e existencial das pessoas, gerando ambiente de partilha e sociabilidade frente aos tantos ambientes de exclusão.

Assim, buscar-se-á refletir a presença da Igreja na cidade no período contemporâneo, procurando lançar pistas para a ação evangelizadora da Igreja, em meio à cultura urbana, na Diocese de São João da Boa Vista, contextualizando a Igreja no âmbito das estruturas físicas e das relações humanas e sociais da cidade para uma missão no contexto urbano. Para isso, faz-se uma leitura teológica da cidade, reinterpretando os princípios bíblicos e doutrinários da fé cristã em diálogo com a cultura urbana. Por fim, apontando caminhos que possibilitem uma pastoral urbana nas cidades da Diocese de São João da Boa Vista.

Essa ação evangelizadora está bastante ligada ao conceito de evangelização que esta Igreja particular possui. Sendo uma Diocese do interior bastante arraigada de religiosidade popular e as devoções, a passagem da devoção para uma ação evangelizadora nesta Diocese se deu na medida em que o segundo bispo desta Igreja, Dom Tomás Vaquero, que foi Padre Conciliar, tentou implantar aos poucos a eclesiologia do Concílio Vaticano II. Nesse período, foram se formando as lideranças pastorais, e estas foram tomando consciência do próprio batismo e da missão evangelizadora que deste nasce.

Obviamente que os avanços trazidos pelo Concílio Vaticano II não são o suficiente para superar os traços da religiosidade simplesmente piedosa. Nunca como nos nossos tempos temos visto um retorno tão forte e elementos, costumes e concepções teológicas pré-conciliares. Nesse sentido, na atualidade, evangelizar na Diocese de São João da Boa Vista não é simplesmente fazer o anúncio querigmático do Cristo, mas fazê-lo dentro de uma eclesiologia que alinhe com o Magistério do Papa Francisco, que nada mais é que uma tentativa de refrescar a cabeça de todos com os novos ares trazidos pelo Concílio Vaticano II.

As motivações que me levaram à escolha dessa temática deram-se a partir do princípio de que nasci em uma pequena cidade do interior paulista e que na minha caminhada formativa e posteriormente ministerial residi em duas metrópoles, São Paulo e Brasília, respectivamente. Ao passar pelo choque inicial de sair do interior para estudar e exercer o ministério ordenado em uma grande cidade percebi os desafios da evangelização em um lugar marcado pela sua pluralidade de espaços, contextos sociais e pessoas. Ao mesmo tempo, voltando hoje a residir no interior, dei-me conta da forte marca que a cultura urbana imprime nas pessoas de todas as localidades, de modo que hoje, ao pensar o contexto urbano, não se pode mais fazê-lo a partir de uma localidade geográfica (uma metrópole), mas a partir do fenômeno cultural urbano que está presente inclusive em pequenas cidades do interior como a que eu resido.

Animou-me muito quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ao apresentar seu projeto de ação evangelizadora para o quadriênio de 2019 a 2023, apresenta os desafios da missão de anunciar o Evangelho na cultura urbana, se questionando como, a partir de Jesus Cristo, traduzir o Evangelho em palavras e gestos no contexto urbano.

A Igreja enfrenta um desafio que está diretamente relacionado à sua missão: a transmissão de uma fé integral no interior de uma cultura, em rápidas e profundas transformações... um dos desafios mais relevantes é sem dúvida, a cultura urbana, pois nosso mundo vai se tornando cada vez mais urbano. (DGAE 2019-23 n. 27-28).

Ao deparar-me com esses questionamentos, pude, por meio da leitura, revistar o Documento de Aparecida e perceber a sua atualidade para a evangelização da Igreja na América latina, detectando os dinamismos que

percorrem a presença da Igreja na cidade. Nesse sentido, o documento aprofunda as raízes da missão evangelizadora da Igreja à luz do magistério do Concílio Vaticano II, cuja origem dá-se no Mistério Trinitário. Além disso, o documento apresenta, à luz do Concílio Vaticano II, a necessidade de se olhar os sinais dos tempos e estabelecer uma eclesiologia que dialoga com o mundo moderno. Desse modo, tratando-se a cultura urbana como uma marca deste tempo, faz-se necessário mais uma vez perguntar: como a Igreja desenvolve sua missão nesse contexto? Vale ressaltar que:

A Igreja em seu início se formou nas grandes cidades de seu tempo e se serviu delas para se propagar. Por isso, podemos realizar com alegria e coragem a evangelização da cidade atual... A fé nos ensina que Deus vive na cidade, em meio a suas alegrias, desejos e esperanças, com também em meio a suas dores e sofrimentos (DA p. 513-514).

Com o pontificado do Papa Francisco que, quando era arcebispo, foi membro da Comissão de Redação do Documento de Aparecida, vemos, na sua programática Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, que ele dedica cinco números para refletir sobre a cultura urbana. Observando o pastoreio de Francisco, é perceptível sua sensibilidade aos desafios desta época e o modo como ele apresenta pistas para o anúncio do Evangelho no mundo atual, levando em conta a cultura urbana.

Torna-se necessária uma evangelização que ilumine os novos modos de se relacionar com Deus, com os outros e com o ambiente, e que suscite os valores fundamentais. É necessário chegar aonde são concebidas as novas histórias e paradigmas, alcançar com a Palavra de Jesus os núcleos mais profundos da alma das cidades (EG 74).

Frente a essas provocações e hoje exercendo a função de Coordenador Diocesano de Pastoral em minha Diocese, sinto-me motivado por meio dessa pesquisa a refletir a relevância da cidade não somente como espaço geográfico, mas como espaço humano que gera uma cultura, e com a luz da Sagrada Escritura e da teologia buscar possíveis caminhos que ajudem articular a ação evangelizadora da Igreja diocesana e a cultura urbana.

Os três textos que são o combustível inicial para esta pesquisa são: o Documento de Aparecida, com sua acurada reflexão sobre a missão evangelizadora da Igreja latino-americana; a exortação pós-sinodal do Papa

Francisco, *Evangelii Gaudium* (2013), que partindo da crise da sociedade questiona sobre a dimensão social do Evangelho e apresenta uma necessária transformação na missão evangelizadora da Igreja; e as Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja 2019-2023, propostas pela CNBB, que partindo da cultura urbana convida os discípulos de Jesus a lançar um novo olhar sobre a realidade como Igreja em estado permanente de missão.

Para a contextualização da cultura urbana, sua fundamentação bíblica e histórica, os instrumentos principais de pesquisa são as seguintes obras: “A cidade Secular”, do teólogo Harvey Cox (2015), que antecipa em décadas discussões sobre a secularização e faz isso a partir da perspectiva da teologia cristã, levando em conta os desafios da missão na cidade; a Obra “Igreja centrada” (2014), do teólogo Timothy Keller, que oferece uma reflexão sobre como se dá a evangelização em um contexto globalizado, buscando pensar o desenvolvimento de um ministério eclesial equilibrado e centrado no Evangelho no contexto da cidade.

Também servem de embasamento as atas e o documento final do I Congresso Internacional sobre a Pastoral das grandes cidades, realizado de 24 a 26 de novembro de 2014, em Barcelona, que foram sistematizadas pelo Cardeal Lluís Martínez Sistach, e que em cujos textos está presente uma mensagem dirigida pelo Papa Francisco aos participantes do Congresso.

Ganha destaque a coletânea de textos apresentada pelo Instituto Nacional de Pastoral da CNBB, “Pastoral urbana: categoria de análise e interpelações pastorais” (2010), que, por meio de dez temas, procura abordar o fenômeno urbano em cunho sócio-analítico, e teológico-pastoral, bem como as interpelações pastorais para o mundo urbano.

Tratando-se de um olhar a partir da teologia latino-americana, fundamentei-me na lúcida reflexão de José Comblin contida nas obras “Teologia da Cidade” (1991) e “Desafios da cidade no século XXI” (2003), que provocam a Igreja a assumir um modo de sentir e pensar o cidadão hoje, sendo uma Igreja presente em todos os dramas da vida humana do homem e da mulher da cidade.

Servindo-se ainda da teologia latino-americana, é possível beber da obra “pastoral vocacional e cultura urbana” (2000), de José Lisboa Moreira de Oliveira, que, na primeira parte do texto, faz uma acurada reflexão sobre a cultura urbana. E da obra “Paróquia, comunidade e Pastoral urbana” (2009), de Antônio José de

Almeida, que apresenta os desafios da pastoral urbana, nos níveis da pessoa, dos grupos e da sociedade.

Em perspectiva ecumênica, além dos já citados Harvey Cox e Timothy Keller, é possível servir-se do “Itinerário para uma Pastoral urbana” (2008), organizado pela Faculdade Teologia da Universidade Metodista, bem como do teólogo que orienta esta pesquisa, Elias Wolff (2007), padre católico muito ligado ao mundo ecumênico. Em suas obras, Elias aponta a cultura urbana como porta para o Evangelho entrar em diálogo entre as comunidades de fé e a sociedade, apresentando a necessidade da conversão pastoral como chave para a evangelização nas grandes cidades e o desafio da convivência das religiões nas cidades. Recentemente, Wolff e os teólogos Palafox e Bravo Perez organizaram a obra “A teologia e a pastoral na cidade: desafios e possibilidades”, apresentando uma atualizada reflexão da compreensão das cidades e do complexo urbano com suas características múltiplas e variados contextos.

Somaram-se a esses lançamentos a obra “Cultura urbana: porta para o Evangelho”, organizada pelos teólogos Leomar Brsutolin e Luis Fontana, e a obra “Pastoral urbana: novos caminhos para a Igreja na cidade”, organizada pelos teólogos Agenor Brighenti e Francisco de Aquino Júnior.

Por fim, para considerar a missão da Igreja no contexto urbano, a própria Exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (2013) nos capítulos III e IV e a recente Encíclica *Fratelli tutti* no seu VI capítulo ajudarão a considerar o querigma, a diaconia e koinonia como elementos relevantes da evangelização no contexto cultural urbano.

Para a parte final da pesquisa, em que se abordam as características próprias da Diocese de São João da Boa Vista, três instrumentais foram nucleares: o relatório do 1º Sínodo Diocesano (1996-2000), o Plano Diocesano de Pastoral (2019-2023) e o Relatório da Visita *ad Limina Apostolorum*, de 2022.

Além dessas obras, uma série de outros livros serviram de instrumental nesta jornada de pesquisa e busca de caminhos. Dessa forma, o embasamento teórico deu-se a partir de pesquisas documentais e bibliográficas, buscando aprofundar a missão da Igreja no contexto urbano a partir da Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2019- 2023), do Documento de Aparecida (2007), do pontificado do Papa Francisco e de pensadores que desenvolvem essa reflexão eclesiológico-pastoral. O método de procedimento partiu de

leituras de eclesiologia, pastoral e cultura urbana, e, além disso, conta com obras de referência na área, pois trata-se de uma pesquisa que visa a um diálogo interdisciplinar que integra a eclesiologia, a pastoral e sociologia urbana. Além das leituras, houve os fichamentos, interpretação dos textos e obras de outros autores na área que contribuíram com a pesquisa.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, além deste introdutório. No segundo capítulo, faz-se uma abordagem sobre a cidade e o mundo urbano; o terceiro capítulo é dedicado à leitura bíblico-histórica e teológica da cidade. O quarto capítulo versa sobre a evangelização nas cidades da Diocese de São João Boa Vista. Por fim, no quinto capítulo, apresentam-se as conclusões a que se chegou com esta pesquisa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DA CIDADE E DO MUNDO URBANO

Neste capítulo, faz-se uma reflexão sobre a origem da cidade, o mundo urbano, a cidade como território e lugar, a cidade e a pessoa humana, formas de conexão e separação, a cultura urbana, os desafios que a cidade oferece, desafios sociais, econômicos e políticos. Também disserta sobre a evangelização e sua relação com a pastoral, explicitando as atitudes fundamentais para uma pastoral urbana.

2.1 ORIGEM DA CIDADE

No século XXI se fala bastante da cidade e o fenômeno da urbanização decorrente do crescimento acelerado das grandes cidades, contudo faz-se necessário um resgate histórico da origem da cidade até se chegar aos atuais contextos que se tem, bem como os desafios apresentados na atualidade.

As cidades remontam ao período da antiguidade, quando o ser humano começa a fazer a passagem do nomadismo para o sedentarismo. A sociedade que antes tinha a necessidade de se organizar por meio de um movimento nômade, na qual se deslocava para a caça e para a coleta de alimentos, agora começa a se organizar em grupos estáveis e fixos.

O ritmo dos nômades era pautado pelas condições do clima, pela incidência dos animais e seu tempo de muita ou pouca exposição na natureza – o que favorecia ou não a caça –, bem como o tempo determinado dos produtos da terra (frutos e raízes). Nesse sentido, existia uma restrição de liberdade, pois o deslocamento sempre dependia das condições naturais de cada localidade.

Cerca de dez mil anos a.C. surgiram as técnicas agrícolas, que possibilitaram um assentamento das populações em determinados locais. A capacidade de produção alimentar foi se desenvolvendo através das técnicas de manipulação da terra, dos rios, da colheita, do descanso da terra, das plantações alternativas. Tudo isso cooperou para uma estabilidade da população e para uma necessidade de mão-de-obra, gerando assim, aumento populacional.

Tal aumento de população vai demandando a construção de casas e de prédios de uso comum (moinhos, represas, armazéns), o que foi ocasionando o

surgimento de uma população urbana, ou seja, assentada numa cidade (PINSKY, 2011).

A técnica do cozimento do tijolo na época foi uma grande revolução tecnológica, ajudando a população por meio da construção civil a adequar os espaços às suas necessidades, distinguindo os espaços de uso comum dos espaços usados por grupos menores (clãs, famílias).

Somado a isso, o fato de existirem várias pessoas coabitando um espaço próximo possibilitou o surgimento das relações de troca, compra e venda, sendo as cidades uma espécie de nascedouro para as relações comerciais. (Rolink, O que é cidade? Brasiliense, 1995)

A evolução da cidade também é marcada pela disputa de territórios. Na medida em que essa disputa foi crescendo, foi surgindo a necessidade de proteção da cidade com o processo da construção de muros e a formação de exércitos, criando assim categorias sociais dentro da cidade: os que protegem e os que são protegidos; os que constroem e os que mandam construir; o que plantam e colhem e os que mandam plantar e colher. Desse modo, na medida em que as cidades foram sendo organizadas, foram se estabelecendo categorias sociais.

Na Idade medieval, os senhores feudais exerceram uma predominância no exercício do poder e força por meio da capacidade de aglutinamento de tropas de defesa e ataque:

Estava simultaneamente nascendo naquele momento histórico, o embrião da nova classe social, que seria protagonista de uma grande transformação da sociedade e, portanto, da vida urbana: a classe burguesa. A derrocada do poder da realeza, substituída pelo empoderamento da burguesia, trouxe significativas transformações no que tange as cidades. Os seus desdobramentos a partir das revoluções industriais nas diferentes épocas e regiões só vieram acentuar essas transformações. Essas mudanças até hoje que conhecemos como as grandes cidades capitalistas (BRUSTOLIN; FONTANA, 2019, p. 18-19).

O fortalecimento dessas cidades fortemente influenciadas pelo capitalismo é que vai dar as bases para a reflexão dessa pesquisa acerca da conceituação de cidade, urbano, cultura urbana e a maneira como se desenvolve a evangelização e a presença da Igreja nesse contexto.

No período contemporâneo, as cidades vão reconstruindo uma forma de identificação que vai muito além do território ou das relações comerciais, pois ela é marcada por uma certa identidade, um modo de pensar e se comportar dentro do grande centro urbano. Desse modo já não se pode pensar o indivíduo na cidade no sentido geográfico, mas se pensa o indivíduo que vive na cidade e produz uma cultura contextualizada, apresentando múltiplas identificações e contrastes sociais que vão traçando nele configurações sociais urbanas.

2.1.1 O mundo urbano

A palavra “urbano” é originária da língua latina “urbe” que significa cidade ou pertencente à cidade. No mundo antigo, urbe e cidade não eram sinônimos. Cidade era a aglomeração de famílias e tribos. Já urbe era o lugar sagrado e de reunião.

Apesar do conceito falar de um lugar geográfico, a cidade, se observará ao longo da pesquisa que o conceito “urbano” ultrapassa a geografia, alcançando os padrões de modo de pensar, ou um tipo de cultura, que se determina urbana.

Antes de prosseguir nesse pensamento é muito válido buscar uma definição de cidade:

Trata-se de um núcleo com considerável densidade populacional, onde se agrupam estabelecimentos próximos entre si, destinados à moradia, às atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e administrativas, com opções de lazer e entretenimento. É o espaço onde diferentes sujeitos sociais vivem, sobrevivem, trabalham e circulam, usufruem de seus equipamentos ou deles são excluídos. Desse modo a cidade não é apenas espaço geográfico, nela ocorrem relações e fenômenos sociais, culturais e econômicos (BRIGHENTI; AQUINO JÚNIOR, 2021, p. 17).

Quando se fala de cidade, não se pode fazê-lo no singular, pois existem cidades e estas são bem diferentes entre si, seja por sua extensão territorial, ou por sua atividade socioeconômica, também por sua composição étnica e o fluxo de migração que por ela passa. Dentro da mesma cidade essa variação é perceptível com as diferenças sociais e culturais existentes entre os bairros que a compõem.

As cidades também possuem a marca da pluralidade, pois dentro de uma mesma cidade convivem vários grupos que são distinguidos por classe social,

por origem étnica, por adesão cultural ou religiosa, por ideologias políticas, por raças, até mesmo por orientação sexual.

Todos esses grupos são atores do contexto urbano. A variedade dos grupos sociais está expressa no modo de se viver dentro da cidade ou no mundo urbano. Esses atores urbanos relacionam-se estabelecendo compromissos comerciais e sociais, estimulando e produzindo culturas, disputando entre si os muitos espaços de convivência que existem dentro de uma mesma cidade. “A cidade é um espaço de disputas, conflitos, e, do mesmo modo, lugar de conquistas e transformações” (BRIGHENTI; AQUINO JÚNIOR, 2021, p. 17).

As motivações que levam um indivíduo a viver na cidade são muito variáveis: pode ser uma ocasião para o estudo ou a busca de um emprego, ou ainda a necessidade de desapegar-se das tradições familiares. Numa grande cidade, onde coabitam muitos indivíduos, a grande marca acaba sendo os relacionamentos impessoais, quase que gerando um tipo de anonimato do indivíduo.

O estilo de vida da cidade acaba sendo marcado por um ritmo sempre acelerado e por uma necessidade contínua de deslocamento:

O dinamismo próprio à vida urbana envolve uma série de ambivalências: a proximidade física dos indivíduos coexiste com a distância social; a liberdade individual frente a dependências tradicionais, que pode potencializar diversos tipos de relacionamento, convive com certo isolamento (BRIGHENTI; AQUINO JÚNIOR, 2021, p. 17).

Na cidade, o indivíduo é passível de uma variante de fenômenos sociais, culturais, religiosos, entre outros. O mesmo indivíduo mora num determinado lugar, trabalha em outro, frequenta uma determinada religião, pratica esportes com um determinado grupo. O indivíduo acaba circulando por uma variedade de espaços dentro de uma mesma cidade. Isso, ao mesmo tempo que favorece seu intercâmbio com diversos ambientes, pode levá-lo a um não comprometimento com nenhum desses ambientes, ou quando não com todos eles.

Para afirmar o urbano, é importante pensar o que lhe é antônimo. Se por um lado se tem o mundo urbano, por outro se tem o mundo rural:

Uma clássica distinção entre os mundos urbano e rural é baseada na atividade econômica predominante nesses territórios: as cidades

concentram os setores secundários (industrial) e terciários (serviços), com uso intensivo de tecnologia. A zona rural é destinada às atividades primárias [...], caracterizando-se pela pouca concentração de pessoas e de construções. (BRIGHENTI; AQUINO JÚNIOR, 2021, p. 19).

Essa separação geográfica do mundo urbano e rural nem sempre é acompanhada no âmbito da cultura, pois por meio dos modernos recursos tecnológicos da comunicação as informações circulam muito rapidamente, fazendo com que residentes em áreas rurais tenham acesso a todas as prestações de serviço das áreas urbanas por meio da internet, sem necessariamente precisar residir nos perímetros urbanos.

2.1.3 A cidade: território e lugar

Ao analisar as dinâmicas do mundo urbano, é convergente em vários autores que o urbano é mais do que um espaço geográfico expressado nas várias tipologias de cidade: o urbano ou a cidade é um lugar de identificação dos indivíduos. Aqui, servindo-se de uma análise oferecida pelo Instituto Nacional de Pastoral (INP) da CNBB, é possível identificar essa realidade.

Partindo dessas reflexões que são oriundas do sociólogo D'Assunção Barros, é possível conceber a cidade não somente como um espaço, mas como um todo complexo diversificado. Esse todo é muito maior que as partes.

O sociólogo utilizado na análise do INP vai afirmar que são muitas as realidades que compõem o mundo urbano. Partindo dessa premissa ele analisa a cidade a partir de quatro categorias: territorialidade e desterritorialidade; midiatização e mediatização; subjetividade e autonomia; e novas formas de sociabilidade e exclusão. Mesmo que muito brevemente, servindo-se da exposição já feita pelo INP em sua análise sociopastoral, vale uma breve reflexão dessas categorias como forma de enriquecimento desta pesquisa.

Partindo da categoria da territorialidade, afirma-se que pensar o território urbano hoje não é pensar só em um espaço físico. O espaço geográfico é um espaço social que não é usado de maneira equitativa por todos.

Uma cidade possuidora dos seus diversos bairros geralmente organiza-se com diferenciações de classes sociais, e ainda esses bairros podem ser predominantemente marcados por contextos residenciais, comerciais ou industriais. Ainda, dentro da cidade vão sendo criados os espaços de encontro,

como por exemplo: os centros comerciais, academias, templos religiosos, locais esportivos. Desse modo, já não se pode afirmar a pertença do indivíduo ao território onde reside, mas sim ao local que frequenta para encontrar-se com as pessoas. Os próximos já não são os vizinhos, os próximos são aqueles com os quais as pessoas encontram-se nos locais proporcionadores de encontro (INP, 2010).

Outra marca ou categoria da análise do mundo urbano passa pela comunicação. Por um tempo esta era caracterizada pela imprensa escrita, pelo rádio e televisão. Contudo, as formas de comunicação passaram por uma revolução com o advento da internet, que tem uma capacidade de entrada em todos os espaços.

A cultura chega às pessoas sem que estas precisem ir aos espaços culturais. Por meio da mídia a cultura fica centrada no indivíduo e na sua capacidade de consumo (INP, 2010).

A subjetividade e a autonomia são outro caminho para ingressar na complexidade da análise do mundo urbano, pois a cidade muda o modo de relação entre as pessoas. Antes as relações se davam no contexto da vizinhança, agora as relações se dão num âmbito mais amplo por causa dos veículos de comunicação. Antes no mundo rural as pessoas eram influenciadas pela sua cultura local, todos conheciam todos, existia quase como que uma cultura do cuidado e da vigilância.

No mundo urbano, existe um senso de liberdade que possibilita ao indivíduo misturar-se no meio da massa, e as escolhas não são mais as da cultura da vizinhança. Na grande cidade, fazem-se escolhas por atração, seja no campo da política, da religião, da cultura. A grande cidade abre muitas possibilidades de padrões de comportamento, que mudam o tempo todo.

É importante explicitar que o mundo urbano é marcado pelo ritmo da produção em larga escala. Assim como as indústrias produzem o tempo todo e inovam seus produtos, isso também acontece no âmbito da cultura de quem está inserido no mundo urbano. A cultura torna-se um produto o tempo todo, o que exige dos indivíduos uma constante capacidade de adaptação e nova absorção da cultura produzida.

Esse processo é um terreno propício não só para a subjetividade, mas também para o subjetivismo, no qual o indivíduo deixa-se guiar por seus desejos e sensações (INP, 2010).

Por fim, ainda servindo-se da reflexão oferecida pelo INP, vale um comentário sobre a categoria da sociabilidade e da exclusão, cuja temática liga-se diretamente à questão da economia que ainda será abordada um pouco mais adiante. Com efeito, a vida do indivíduo tem uma forte marca da questão econômica. Dentro do mundo urbano, ele fica exposto às tantas publicidades que estimulam o consumo. A promoção para o consumo não é regida por uma ética e, ao mesmo tempo, nem todos conseguem responder a tão alto nível de consumo, o que gera exclusão na sociedade.

Uma das maneiras de se proteger da exclusão é a formação de associações de cunho político ou social para proteger aqueles que se encontram em maior vulnerabilidade. Por muito tempo, essas instituições tiveram uma presença na vida dos indivíduos, porém, no forte contexto urbano em que se vive, existe uma crise inclusive das instituições político-sociais. Essa crise revela a pouca capacidade de, no mundo urbano, organizar-se, de forma grupal, diante da forte marca do individualismo. Desse modo, o poder do indivíduo hoje não se dá mais pela sua capacidade de organização e representação social, mas pela sua capacidade de consumo (INP, 2010).

A grande marca do mundo urbano já não é mais a cidade enquanto um território geograficamente localizado, mas é o indivíduo presente nesse espaço não só territorial, mas marcado por uma conjectura de relações:

A cidade reforça a autonomia da pessoa em relação a grupos naturais, à família, à vizinhança, ao clã, à raça, à religião, à etnia. No mundo rural, ela está bem identificada e não tem muita possibilidade de frequentar outros grupos. Ora, a pessoa torna-se autônoma e livre quando pode manter contato com outros grupos (COMBLIN, 2003, p. 20).

2.1.4 A cidade e a pessoa humana

Ao se pensar a realidade da cidade e do contexto urbano, não é possível sem fazê-lo na dimensão antropológica, pois na cidade está a pessoa humana, quem dá tônica aos processos que acontecem e se desenvolvem nela.

Segundo Comblim (2003, p. 151), “a cidade é a relação entre homem e a natureza”. À medida que o ser humano foi imergindo na vida e no ritmo da cidade, foi acontecendo um certo esquecimento da vida do campo (do bucólico). Na cidade vai se perdendo a capacidade de observar as coisas pequenas: os pássaros e seu canto; as flores e seu perfume, os sons e as melodias.

Na cidade, as pessoas estão num ritmo acelerado, esse ritmo vai suscitando nos moradores citadinos um tipo de saudade do campo, da natureza, da montanha, da praia. Esse fenômeno tem feito as pessoas criarem uma ideia de que longe das grandes cidades se alcança uma certa paz, um certo repouso, com isso tem crescido entre as classes sociais mais abastadas a necessidade da casa de campo, da casa na montanha, da casa na praia, quase como se nesses ambientes se pudesse resgatar um modo de relação humana, mais sadia do que as relações estabelecidas nas grandes cidades.

A natureza não deveria ser uma espécie de salvação da pessoa; ela deveria ser natural ao seu meio ambiente. Pensar uma cidade que foi crescendo desordenadamente, deixando de lado a natureza, é pensar uma tentativa do ser humano viver, como se fosse possível, sem relação com a natureza.

Aqui é válido ressaltar a dimensão ecológica do ser humano na cidade. O crescimento desordenado das grandes cidades, que são fruto da ação do ser humano sobre o meio em que vive, gera condições ambientais demasiadamente complexas como, por exemplo, os gases nocivos emitidos pelas grandes fábricas e pelo elevado número de veículos em circulação, a contaminação das águas, a poluição sonora, o acúmulo de lixo e sujeira.

É paradoxal pensar que ao mesmo tempo em que os indivíduos notam a complexidade dos problemas ambientais dos grandes centros urbanos também podem notar que, justamente nesse contexto de grandes populações residindo em grandes cidades, nasceram importantes tecnologias como o encanamento da água e seu tratamento, a eletricidade, as técnicas arquitetônicas que combinam luz, calor, circulação de ar.

Vale lembrar que por séculos as cidades já existentes no mundo antigo e medieval não evoluíram na sua organização social e tecnológica, continuando a preponderância da cultura rural. À medida que se avança o desenvolvimento do mundo urbano vai avançando também a tecnologia que vai tornando possível

acomodar tantas pessoas num mesmo espaço, contudo, como veremos mais adiante, não são todas as pessoas que têm acesso aos mesmos recursos.

Dentro da cidade, o ser humano habita e, diferente dos animais, que possuem um instinto de habitar invariável, a pessoa vai com o passar do tempo variando seu modo de habitar. Como se vê, na cidade as pessoas habitam de diferentes maneiras, de acordo com o tempo, a evolução da tecnologia e das condições sociais, mas nem todos habitam na cidade, pois, para milhões de pessoas, quando se pensa em habitação, não se pode fazê-lo dissociado da precariedade.

Na moradia, a pessoa protege-se das adversidades do ambiente, descansa, alimenta-se, convive com a família e tem o momento do lazer. Com efeito, esse seria um projeto ideal de moradia na cidade. Contudo, muitas vezes, o descanso é trocado por exaustivos turnos seguidos que não favorecem o descanso nem o encontro. Dessa forma, as refeições saem do redor da mesa para as rápidas refeições de *fast food*. O lazer é terceirizado nos grandes centros comerciais. A moradia, que antes era um espaço para encontro e convivência, na cultura urbana das grandes cidades cada vez menos é valorizada. O modo como se dão os relacionamentos hoje dispensam o ser casa, o estar em casa, pois cada vez se tem menos tempo. O mundo urbano impõe ritmos que não favorecem os encontros, quase levando a um anonimato da pessoa.

É importante ressaltar que a cidade é também o espaço de trabalho. No período medieval, o trabalho desenvolvia-se no campo e nas oficinas. Hoje, existe uma pluralidade de formas de exercício do trabalho no contexto urbano. Entretanto, apesar de todos estarem na cidade para o trabalho, a cidade não oferece trabalho para todos.

Na cidade, os homens circulam o tempo todo. Uma das características do mundo urbano é rápida circulação e deslocamento das pessoas. Para favorecer esse processo, faz-se necessário o máximo possível de deslocamentos em menos tempo possível. Muitos desses deslocamentos são reduzidos pelo avanço da tecnologia que faz deslocar por meio de signos os pensamentos, as informações sem uma real necessidade de deslocamento da pessoa, o que gera também uma menor necessidade de encontro e interação.

Uma cidade contemporânea também é vocacionada a ser um espaço de recreação, por isso nela se busca e são oferecidos esses espaços para a cultura,

o lazer, o esporte, as compras. De modo geral, no contexto urbano, a recreação é um produto que, comercializado, não está disponível a todos, mas tão somente aos que podem consumir o seu lazer e recreação.

Naquilo que toca à arte, as grandes cidades vêm tentando, por meio da arquitetura moderna, tornar a cidade um espaço belo. Antes, as cidades dependiam das belezas naturais que a circundavam; na contemporaneidade, esses espaços são criados pelo urbanismo. Contudo, mais uma vez o espaço de todos na cidade não beneficia a todos, mas só alguns que podem “comprar” o acesso ao espaço.

Comblin em uma outra definição de cidade explicita que:

A cidade não é apenas o vínculo que une os indivíduos e suas associações, o vínculo dos intercâmbios e da comunicação de onde procede a liberdade, é também uma comunidade, uma comunidade global. É totalidade, e não simplesmente totalidade material, um conjunto de dimensões relacionadas, é totalidade humana (COMBLIN, 2003, p. 176).

De fato, na cidade, não se vê só um aglomerado de pessoas, mas todos os indivíduos vivendo e coabitando um espaço. Assim, vai acontecendo um entrelaçamento do espaço e do indivíduo. De certa forma, o indivíduo vai absorvendo as características da cidade.

Na cidade, constitui-se um vínculo comunitário, uma memória coletiva, pois, somados aos lugares de reunião e de encontro dos cidadãos, esses lugares de encontro vão variando na localidade. Com o passar do tempo, vão assemelhando-se às ágoras gregas, aos templos romanos, às catedrais medievais, aos mercados e feiras, procissões e desfiles, que convergiam para pontos de encontro.

Essa situação na contemporaneidade torna-se complexa devido ao grande conglomerado de residências e o aumento dos distritos industriais, que mitigou os espaços comunitários de encontro. “As cidades da era industrial paleotécnica assistiram às grandes fraturas da comunidade. As cidades se partiram”. (COMBLIN, 2003, p. 178).

Esse processo de ruptura anteriormente elucidado reforça-se ainda mais por conta da divisão de classes, pois os mais ricos vão criando espaços de convivência de acordo com suas condições financeiras, e nesses espaços não

existe a possibilidade de frequência dos mais pobres, a não ser para atuarem como serviçais.

Para que as cidades não se tornem cada vez mais expressão de uma constante fragmentação, é preciso que elas se tornem corpos organizados, e não um amontoado de casas. Assim, assegura-se ao cidadão a experiência da vida citadina pautada no bem comum e, ao mesmo tempo, garante-lhe não perder sua autonomia pessoal.

Pensar o urbanismo, portanto, é pensar na tarefa da pessoa de promover o bem comum de todos os que habitam a cidade. A cidade é lugar das relações, e essas relações não existem sem justiça social.

2.1.5 Cidade: formas de conexão e separação

Nas grandes cidades, o fenômeno urbano, à primeira vista, leva a contemplar muitas pessoas habitando um mesmo espaço. Ao mesmo tempo, dentro desse grande espaço, existem muitos outros espaços que conectam uns aos outros, e outros em algum momento tornam-se totalmente antagônicos.

A generalização da cultura de massa, muitas vezes, ofusca a percepção da existência de muitas pessoas produtoras de muitas culturas, coabitando e coexistindo num mesmo espaço.

Segundo os sociólogos Marchal e Stébé (2018), existem várias tipologias que classificam essa variação no espaço da cidade. Pode-se começar comentando sobre os bairros da burguesia, onde residem as elites abastadas. Os condomínios residenciais fechados, dos mais diversos tipos, de classe média até de classes altas, que criam um mundo à parte, com seus muros e guaritas e uma assistência de segurança privada, são espaços que ao mesmo tempo reúnem uma grande quantidade de pessoas, que habitam o seu “bairro-condomínio”. É um espaço no qual as pessoas não se conhecem e não se encontram, visto que a grande maioria trabalha longe, ficando o dia todo fora de casa, retornando apenas para a pernoite.

Já os bairros do centro da cidade, antes residenciais, muitas vezes habitados por aqueles que queriam estar próximos da boemia, são agora tomados pelas sedes dos bancos e grandes lojas, bastante movimentados durante a semana no horário comercial e noite, mas que nos fins de semana

tornam-se lugares desertos, oferecendo riscos para quem por eles deseja circular.

Por sua vez, os bairros de periferia, que são construídos longe do centro da cidade, vão tornando-se com o passar do tempo pequenos centros, dado que possuem lojas, bancos, serviços públicos. Esses bairros vão caracterizando uma certa independência da periferia em relação ao centro antigo da cidade.

Dentro da realidade da periferia, vão surgindo outras subrealidades como os bairros étnicos formados por migrantes, que, ao se associarem, tentam formar uma rede de mútuo apoio para salvaguardar a sua cultura e suas raízes. Contudo, a grande maioria desses migrantes chega aos grandes centros já muito desprovidos de recursos e de um consolidado projeto de vida. Dessa forma, o simples fato de eles chegarem a um grande centro urbano já os coloca numa situação de marginalidade.

Nas periferias também surgem os guetos, caracterizados por grupos raciais ou étnicos que, formados um número grande de pessoas, ocupam, no entanto, um pequeno espaço habitacional. Esses espaços são marcados quase que por uma total ausência de políticas públicas.

Por fim, existe o fenômeno das favelas que, diferente dos guetos, são grandes áreas de residências, na sua maioria precárias, com uma grande quantidade de moradores. Muitas vezes, por conta da ausência do poder público, acabam sendo geridas por grupos paralelos (gangues, milícias, grupos ideológicos armados). São espaços marcados pela carência dos recursos, e os poucos existentes são oriundos de organizações não governamentais ou instituições com referencial religioso (SISTACHI, 2021, p. 67-69).

Essa brevíssima explanação que aborda as diferentes maneiras de habitar e coabitar num mesmo território urbano mostra como dentro de uma mesma cidade existem realidades muito diversas, por um lado excludentes e muitas vezes incomunicáveis ao mesmo tempo que se inter-relacionam o tempo todo. Por exemplo, as mulheres que trabalham nas residências dos condomínios de luxo são predominantemente oriundas das periferias. Em certo sentido pelo número de horas trabalhadas uma mulher da periferia passa muito mais tempo num condomínio de luxo do que na sua residência precária na periferia.

2.2 CULTURA URBANA

Uma vez que vemos as cidades como espaços mutantes que vão se desenvolvendo ao longo dos séculos, também as observamos como espaços criadores de cultura. Contudo, cabe perguntar se existe uma cultura urbana e quais seriam as suas características.

Segundo o teólogo Leomar Brustolin:

A cultura urbana não se restringe aos limites da urbe e se expande sempre mais, pelas influências do mundo globalizado e conectado pelas redes de internet, as quais geram comportamentos inéditos pelo fluxo e rapidez de acesso a informação. Viver na cidade passa a ser uma opção (BRUSTOLIN, 2018, p.33).

Essa dinâmica da busca pelo urbano dá-se também pela constatação do alto número do êxodo rural das décadas de 60, 70 e 80 do século XX. As pessoas entendiam que deixar a zona rural e ir para cidade daria a elas uma melhora na qualidade de vida e acesso a melhores recursos.

No Brasil, esse fenômeno também está bastante presente quando nesse mesmo período as populações das regiões norte e nordeste do país deslocaram-se para a região sudeste. Os homens, na sua maioria, buscavam trabalho na construção civil e na metalurgia. Já as mulheres iam em busca de trabalhos como domésticas e cuidadoras de crianças. Somado a isso, criou-se o costume de uma vez por ano os migrantes nordestinos retornarem em grande número para suas regiões de origem, levando consigo eletrodomésticos e eletrônicos, brinquedos e doces, indiretamente tentando reportar para os interiores do sertão as “facilidades” da vida das grandes metrópoles.

Na década de 90, iniciou-se o fenômeno do mudar-se para os Estados Unidos da América. Houve um fervilhar de escolas de idioma inglês no país, bem como agências de intercâmbio e trabalho no exterior. Muitos jovens alimentavam a esperança de crescer profissionalmente na América do Norte, para poderem ajudar seus familiares na América Latina.

Hoje, em plena década de 20 do século XXI, observa-se ainda muito fortemente o fenômeno da migração, principalmente dos povos do norte da África e do Oriente Médio, que fazem arriscadas travessias pelo Mar Mediterrâneo. Esses migrantes almejam penetrar o continente europeu, acreditando que neste

continente poderão ter melhores condições de vida, liberdade religiosa e acesso a tecnologias que não lhes são permitidas nos seus países de origem.

Quando se fala de urbano, como uma cultura que pode relacionar-se com a reflexão pastoral, está-se indo muito além de uma simples percepção ou captação de dados, pois se trata de um processo epistemológico que envolve as mais diversas categorias: econômica, geográfica, política, cultural, social, religiosa. Enfim, percebe-se que hoje a cidade é um espaço de pluralidade, no qual não se encaixam mais as tentativas de uniformização. Neste sentido, o Documento de Aparecida caracteriza a cultura urbana como: “híbrida, dinâmica e mutável, pois amalgama múltiplas formas, valores e estilos de vida e afeta todas as coletividades” (DA 58).

Desse modo, vai ficando claro que a cultura, de maneira geral, é um produto fruto da construção humana. Tratando-se da cultura urbana, o produto é construído por aqueles que habitam nas grandes cidades, mas não se limita a esse espaço, atingindo a todos. A cultura, sendo híbrida, vai ligando-se a outras perspectivas culturais. Sendo dinâmica, vai movimentando-se pelos diversos espaços e localidades. E sendo mutável vai modificando-se o tempo todo, numa rapidez tão igual ou maior que a das tecnologias de comunicação.

O teólogo Leomar Brustolin convida a uma percepção de que a cultura urbana passa pela subjetividade e imaginário das pessoas:

De um lado leva o indivíduo a reconhecer-se a si mesmo como responsável pela construção do seu destino, por outro o sujeito se defronta com uma multiplicidade de ofertas que o tornam um sujeito fragmentado, sem referências autênticas de sentido, numa permanente modificação de suas relações com os demais e com a natureza (BRUSTOLIN, 2018, p.45).

É interessante perceber o quanto é antagônica a inserção do sujeito na sociedade, pois, se por um lado ele luta pela sua sobrevivência no contexto da cidade, este espaço que lhe dá a sobrevivência nem sempre lhe assegura o sentido de existência. Na cidade, o sujeito parece estar sempre entre dois extremos: o do individualismo e do coletivismo. No que tange à cultura, esta passa por esta dupla dimensão: por um lado ela desenvolve-se na dinâmica coletiva do bem público; por outro, ela exalta o senso de privacidade, liberdade e espaços individuais da pessoa. Somado a isso, não se observa uma única

forma da dimensão comunitária da cidade, nem mesmo uma única forma da dimensão individual da pessoa. Assim, na cidade, a cultura urbana é marcada por coletividades e individualidades.

Desse modo, a cidade torna-se um expositor dos diferentes estilos de vida que coexistem num mesmo espaço, mas que, na maioria das vezes, não se encontram, ou, quando se encontram, não se conversam.

Brustolin, ao comentar o simbolismo e a representação da cidade, afirma que:

A cidade atrai porque é lugar do encontro, da liberdade, e da vida. A cultura urbana propicia ao indivíduo reter o segredo, isto é, cria um processo de socialização que facilita ao indivíduo a exteriorização da liberdade. A liberdade como ideal é a mola propulsora de muitos que optam pela vida urbana. É na liberdade que a pessoa pode se construir como pessoa. Esse espaço de liberdade supõe a comunidade que permita um tipo de vivência social em que o indivíduo saia do anonimato e da frustração de ser apenas mais um na multidão (BRUSTOLIN, 2018, p.84).

Nessa afirmação do teólogo, percebe-se que uma marca bastante presente na cultura urbana é o desafio de o sujeito-pessoa transitar entre a liberdade individual e a vivência social. Nesse contexto, o sujeito depara-se com um contexto que muda o tempo todo e exige dele adequação. E ainda, na cidade, o sujeito percebe-se não como indivíduo solitário, apesar da sua individualidade, que quando exagerada tornar-se individualismo, ele ainda convive com outros sujeitos que cabe a ele aceitá-los ou não.

Essa aceitação recíproca dos sujeitos não se trata somente de algo relacional no sentido das boas relações, mas reflete as relações de serviço, comércio e consumo. Um sujeito na cidade descobre-se dependente do outro na mais variada prestação de serviço: nas relações entre sujeitos na cidade existe que o fornece o produto e quem o compra. Mesmo que se queira uma vida totalmente privativa e individual, na cidade ela não é absolutamente possível, justamente porque existe a necessidade e as dependências coletivas.

A cultura urbana passa por esta marca: ao mesmo tempo que é promotora da individualidade, ela desperta para necessidade da sociabilidade. Ela aproxima e cria redes, mas também isola e cria submundos.

2.3 OS DESAFIOS DA CIDADE

Os desafios de viver na cidade não passam só pela dialética do indivíduo e da vida em sociedade. Mas, a partir dessa dialética, percebe-se que viver na cidade não é igual para todos os indivíduos, uma vez que a maneira como a cidade se organiza gera uma série de exclusões que, por mais que o indivíduo queira superar, não lhe é possível.

Na cidade, existem as populações marginalizadas, despossuídas de formas dignas de sobrevivência. Há pouco tempo, falava-se da grande massa de migrantes da segunda metade do século XX, que foi alocada nas grandes metrópoles como mão-de obra. Atualmente, com o advento das tecnologias, muitos indivíduos são dispensáveis, fazendo assim com que a cidade se preocupe com a realocação de tantas pessoas que, não tendo emprego, não consomem, e não consumindo, acabam possuindo uma menor qualidade de vida, que impacta na sua saúde, educação, moradia e alimentação.

Hoje, com o advento do agronegócio, percebe-se uma expulsão do campo. Não se quer mais os camponeses lavrando a terra e cuidando do gado, pois esse processo é feito com pouco efetivo e elevado uso de maquinário que possui alta tecnologia e necessita de poucos operadores.

Esses indivíduos, que não são mais necessários no campo, forçosamente acabam deslocando-se para as cidades, que sofrem o mesmo processo de avanço da tecnologia que não demanda tantos operadores. Desse modo, existe um duplo descarte do indivíduo, um novo inchaço dos espaços urbanos, e a cidade passa por um novo êxodo rural e uma nova repovoação dos centros urbanos.

Os processos de exclusão pelos quais os sujeitos passam coloca-os às margens da sociedade, tolhe os seus direitos mais fundamentais, privando-os assim dos recursos necessários para participarem da vida coletiva.

A seguir, serão destacados os desafios sociais, econômicos e políticos.

2.3.1 Desafio social

Quando se fala do indivíduo na cidade, fala-se de alguém inserido numa sociedade. A maneira como essa sociedade se organiza produz um modelo

econômico e político, portanto os desafios sociais projetam-se necessariamente para os desafios encontrados na economia e na política.

No contexto da urbanização, os maiores desafios sociais são os espaços de exclusão:

A exclusão social designa a ruptura da pertença de determinado grupo de pessoas da sociedade, motivada por pela incapacidade em acessar os recursos básicos para suprir suas necessidades vivenciais ou então por outras formas de discriminação. Situações de desigualdade social e preconceitos, onde ocorrem injustiça e marginalização, são formas de exclusão social (NASSIF, 2008, p. 49).

Exclusão social é um fenômeno que leva a pensar diretamente na pessoa e na maneira como ela encaixa-se nos modelos da sociedade vivente. A pessoa pode estar incluída ou excluída, dependendo da sua capacidade de acesso aos recursos disponíveis na sociedade. Na atual conjectura social e urbana, verifica-se que o desafio da exclusão social não passa somente pelo acesso a bens de consumo, mas passa também pela exclusão por conta de etnia, raça, gênero, cultura, religião. Não existe somente uma negação dos bens, existe também uma intolerância pessoal.

Sendo muito amplo o fenômeno da exclusão como desafio do contexto urbano, aqui ele será limitado à reflexão da questão da pobreza e a sua relação com a economia e a política:

Um aspecto perverso do empobrecimento é o alijamento progressivo da vida social, política e econômica. Todo o sistema social de um país tende a gerar exclusão, quer por problemas econômicos, políticos ou religiosos, quer por motivos relacionais (NASSIF, 2008, p.50).

A ausência dessa exclusão só é viabilizada quando se busca uma sanção das problemáticas políticas e econômicas. Do ponto de vista político, não se deve fixar apenas em políticas de governo, mas transformá-las em políticas de Estado e no ponto de vista econômico por meio do favorecimento de postos de trabalho outorgados com justos salários, somados ao acesso aos direitos básicos como saúde, educação, transporte, lazer, segurança. A busca desse equilíbrio colabora primeiramente com o indivíduo, mas, sendo este um ser que vive em sociedade, colabora conseqüentemente com todo o contexto urbano.

2.3.2 Desafio econômico

A economia brasileira do final do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, passou por mudanças substanciais. Após um longo período de inflação e recessão econômica na década de 80, criou-se uma nova moeda que acompanhou um projeto de desenvolvimento social, fazendo baixar a hiperinflação, levando a um maior controle fiscal da economia. Na sequência, no início do século XXI, no campo econômico, o governo federal colocou em prática uma política que trouxe resultados positivos para o Brasil em diferentes aspectos. O controle da inflação e a garantia da estabilidade do Real proporcionaram uma melhor distribuição de rendas e um fortalecimento dos projetos de desenvolvimento social, de financiamentos com juros baixos, de investimento nas bolsas de pesquisas e nos estudos de graduação.

O sucesso econômico da primeira década começou a ser abalado por uma polarização política que levou a uma acusação de crimes de responsabilidade fiscal por parte do governo executivo, levando a um processo de impedimento do governo, uma transição e finalmente eleições bastante polarizadas marcadas por Fake News, levando à ascensão um projeto econômico bastante frágil, pouco voltado à política de distribuição de rendas, maximizando o livre mercado, associando-se a grupos econômicos ligados às indústrias de armamento, agronegócio, mineradoras e madeireiras, levando o país a ficar com um PIB bastante deficitário.

Somado a esses fatores a economia foi bastante abalada pela crise oriunda da pandemia do novo coronavírus que paralisou muitas das atividades econômicas nos anos 2019 e 2020.

Esse panorama econômico tem correlação com o modo de vida no contexto urbano, pois, uma vez que a economia é abalada, o desenvolvimento dos indivíduos nos contextos urbanos também o são seriamente.

A crise econômica está correlacionada com os abalos no mundo do trabalho, pois este vem se tornando cada vez mais imaterial. Antes o trabalho era uma força de produção vendida para os empregadores, hoje ele é imaterial, muitas vezes podendo ser transformado em metadados.

Uma economia que não leva em conta a pluralidade da cidade e as tantas necessidades dos indivíduos gera um cruel processo de exclusão. De fato,

quando se olha para a cidade, ao mesmo tempo em que há um zoneamento da exclusão, como por exemplo as favelas e os condomínios de luxo, percebe-se que existe um total entrelaçamento da pobreza e da riqueza. Numa calçada onde está localizada uma loja de marca luxuosa também está um migrante morando na rua totalmente dependente de esmolas.

A economia que não leva em conta a multiplicidade da cidade é altamente excludente. Quanto mais se aumenta a economia neoliberal, mais aumenta-se a exclusão social.

O processo de desigualdade e exclusão gera uma economia e um governo paralelos. Além da economia oficial que passa políticas de mercado, na cidade existe a circulação de recursos de uma economia “subterrânea”, fruto do tráfico de drogas, armas, pessoas e influências. Essa economia é administrada por um governo paralelo ao oficial, chamado de miliciano, que tenta assumir o controle dos grandes conglomerados habitacionais e periféricos das grandes metrópoles.

A síntese de toda a complexidade econômica se dá na sonegação dos direitos fundamentais da população. Uma economia injusta sacrifica os direitos elementares e colabora para ampliação do abismo existente no contexto cidade.

2.3.3 Desafio político

O contexto das cidades e da cultura que nelas são produzidas pelos indivíduos tem ligação com as políticas que são desenvolvidas nas cidades. A palavra política é originária do termo grego “*politiké*” (pólis), o lugar onde os gregos se reuniam para tomar decisões sobre o bem comum dos cidadãos, dos habitantes da cidade. Portanto, ao se refletir sobre o contexto urbano e a política, faz-se na perspectiva de perceber como a política atinge a vida cotidiana dos cidadãos, suas luzes e sombras.

Quando se pensa em política, deve-se considerar que ela vai muito além das políticas de governo que acabam sendo momentâneas e remediadoras, quase nunca chegando às reais necessidades da população.

Para que as cidades sejam espaços favoráveis aos direitos dos cidadãos faz-se necessária uma mudança de mentalidade na qual se passe da provisoriedade das políticas de governo para a efetivação das políticas públicas.

Aqui se entende políticas públicas como: “ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis” (CNBB, Texto Base da CF 2018).

Quando se parte dessa perspectiva das políticas públicas, entende-se esse processo como um espaço de poder e opinião do povo, nas diferentes necessidades que enfrentam, apesar das diferentes percepções dos tantos grupos que coexistem no mesmo contexto urbano. O fulcro das políticas públicas é a busca dos interesses comuns, compreendendo que a política naturalmente direciona os interesses daqueles que dela participam, envolvendo diferentes atores sociais como o Estado, a sociedade civil e os movimentos comunitários. Essas políticas se relacionam com as necessidades mais elementares dos indivíduos como a educação, a saúde, as relações de trabalho, assistência social, crianças, mulheres, entre outros temas.

Pode-se aqui entender que a Política pública é muito mais ampla que a ação de um determinado governo, que infelizmente pode priorizar apenas alguns atores ou setores da sociedade. As políticas públicas são muito mais amplas porque está na sua gênese a garantia dos direitos bases comuns a todos os cidadãos.

As políticas tornam-se um desafio para o contexto urbano quando são monopólio de alguns grupos que manipulam as decisões para a satisfação de interesses que contemplem a maioria da população. As políticas públicas bem efetivadas passam pela participação mais efetiva, buscando priorizar a solicitude e o cuidado com as pessoas em situação de marginalização, exclusão e injustiça, como o empenho sociopolítico nas complexas questões sociais ameaçadoras da vida.

Pela busca do bem-comum, equilibra-se as necessidades individuais de cada cidadão, ao mesmo tempo que o reporta à interação e sociabilidade e com os projetos de cidadania que levam-no à posse dos direitos que ainda não foram adquiridos suficientemente ou desenvolvidos nos contextos urbanos. (Cf. CNBB, Texto base da CF-2018).

2.4 A EVANGELIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A PASTORAL

Jesus, ao assumir a humanidade, anunciou o Reino de Deus num determinado tempo e lugar. A Boa Notícia transmitida por Jesus não serviu só àquela época, mas é mensagem que se aplica a todos os tempos. Nesse sentido a Igreja, continuadora da missão de Jesus, prolonga sua ação de maneira programática.

O Evangelho anunciado é sempre o mesmo, porém ele vai servindo-se de uma nova metodologia que se comunica com a realidade. Em outras palavras, assim como o Verbo se encarnou na sociedade palestina de vinte séculos atrás, o Evangelho se encarna na realidade de cada época, povo e cultura.

A Pastoral é um termo polissêmico que se presta a uma diversidade de conceitos, originária na figura do Bom Pastor (cf. Jo, 14). O pastor vai à frente das ovelhas. Ainda mais: ele cuida das ovelhas. Nesse sentido, o pastor é um servidor do rebanho.

Por muito tempo, na Igreja associou-se o pastoreio somente aos clérigos, sendo os ministros ordenados os pastores e o fiéis leigos e leigas o rebanho. Com a renovação proposta à Igreja pelo Concílio Vaticano II, percebeu-se que ela não é uma estrutura piramidal, mas uma comunidade variada de ministérios, onde cada pessoa, a partir do chamado recebido do Senhor, tem a cara missão de viver o compromisso batismal, de ser sal, luz e fermento no mundo, dando a todos o testemunho do Evangelho de Cristo.

Assim, o anúncio do Evangelho não é privilégio de um grupo, mas missão de todos os batizados e batizadas, pois a Igreja não é uma fração bipartida de clérigos e leigos, mas é todo o Povo de Deus batizado.

A ação pastoral da Igreja é o cuidado que os batizados exercem de uns para com os outros. Desse modo, os batizados são os sujeitos da Pastoral, dado que o batismo faz do Povo de Deus um povo todo ele profético, sacerdotal e régio. (LG, 14).

Nesse sentido entender o conceito evangelização amplia o conceito de pastoral. Existe uma semântica de termos na eclesiologia que muitas vezes pela similaridade se confundem, além de carregarem conceituações históricas. Esses termos são: pastoral, missão e evangelização.

A Pastoral, como citado acima, é a ação de pastoreio da Igreja assumida por todo o Povo de Deus. A missão (*missio*: enviado), conceito presente no Evangelho, por um longo tempo na história do Cristianismo foi confundida com um certo colonialismo. Levava-se a religião do povo dominante sobre os dominados, realizando uma imposição da cultura que também possui marcas religiosas.

O termo evangelização deriva da palavra Evangelho. Uma boa nova ou notícia, uma mensagem que enche de alegria os seus ouvintes. No Novo Testamento evangelizar tem a característica do anúncio do Reino messiânico e a sua chegada entre as pessoas. Em resumo, evangelizar é anunciar e levar à prática do Evangelho, é a inauguração do Reino de Deus e a continuação deste por meio da comunidade dos seguidores e seguidoras de Jesus.

São Paulo VI, na exortação *Evangelii nuntiandi*, definiu a evangelização:

Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade: 'Eis que faço de novo todas as coisas'. No entanto não haverá humanidade nova, se não houver em primeiro lugar homens novos, pela novidade do batismo e da vida segundo o Evangelho. A finalidade da evangelização, portanto, é precisamente esta mudança interior; e se fosse necessário traduzir isso em breves termos, o mais exato seria dizer que a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios (EN 18).

De suma importância é esta definição de Paulo VI, pois ela revela a grande novidade do Concílio, na qual todas as pessoas são candidatas à recepção do anúncio do Evangelho. Ainda dá credibilidade à força transformadora do Evangelho, que transforma a pessoa na sua interioridade e gera uma humanidade e sociedade nova.

Neste sentido, uma Pastoral urbana é um projeto de evangelização que visa transformar as cidades e as suas dimensões, humanizando as relações e tornando as estruturas mais justas e fraternas. Ao falarmos de Evangelização nos deparamos com um ponto semântico bastante abrangente, uma vez que o conceito de evangelização é mutante de acordo com os diversos contextos e percepções teológicas da realidade.

Neste sentido, não estamos delimitando o conceito de evangelização, mas apresentando de qual ponto de vista estamos partindo. Uma vez que nesta pesquisa está sendo lançado um olhar para a Diocese de São João da Boa Vista, a evangelização neste contexto tem duas características. Primeiramente uma tentativa de implantar na Diocese os ensinamentos do Concílio Vaticano II, e num segundo momento, digamos mais contemporâneo, alinhar a caminhada pastoral desta Igreja particular com o Magistério do Papa Francisco.

2.5 AS ATITUDES FUNDAMENTAIS PARA UMA PASTORAL URBANA

Uma vez que foram apresentadas as origens da cidade, a cultura que nesta se produz e os desafios que a acompanham, e ainda uma breve distinção semântica entre pastoral e evangelização, agora serão apresentadas as atitudes fundamentais para uma pastoral urbana propriamente dita. Desse modo, o projeto pastoral da Igreja passa por uma evangelização inculturada que favoreça o encontro pessoal com Jesus de Nazaré.

Toda vez que se fala de Pastoral, faz-se alusão à autoafirmação que Jesus fez de si mesmo no Evangelho de João (cf. Jo 10,11). Ele se apresenta como o Bom Pastor que dá a vida pelo rebanho. Nessa expressão Jesus mostra seu zeloso cuidado para aqueles que lhe são confiados.

A Igreja é continuadora da missão de Jesus, portanto se Jesus cuida do rebanho a Igreja é chamada à mesma missão de cuidado. Tratando-se de um cuidado pastoral urbano, este se mostra a todos que estão no contexto urbano. Aqui cabe ressaltar que não se entende com isso somente o contexto geográfico, ou seja, dos que moram na cidade, mas aqui se pensa em todos os têm contato com a cultura urbana, que é muito mais abrangente e atinge muito mais pessoas que somente aqueles que residem na cidade (ALMEIDA, 2009, p. 185).

Para que esse cuidado pastoral aconteça, primeiramente é preciso de um conhecimento da cidade. Lembrando que cidade evoca o coletivo, pois na nela, apesar de muitas vezes o indivíduo sentir-se sozinho, ele não está. Portanto, um projeto pastoral que pensa a cidade pensa também a coletividade e necessariamente precisa debruçar-se sobre todos os meandros que envolvem a cidade com sua dimensão econômica, política e social, como vem-se fazendo até este momento da pesquisa.

Em um segundo momento é preciso pensar a cidade como um todo e ao mesmo tempo na pluralidade das suas partes. Oriunda da teologia do Concílio de Trento, por muito tempo a Igreja Católica aprendeu a ler a realidade a partir da paróquia, como se aquele delimitar geográfico representasse tudo o que a cidade significa. Na perspectiva das grandes cidades, tudo se encontra na paróquia, pois numa extrema periferia pode-se estar o desejo e algumas vezes até mesmo o uso dos produtos de luxo, e num bairro nobre da cidade muitas vezes pode se constatar situações de extrema pobreza.

Dessa forma, a paróquia urbana é o todo presente numa parte da cidade. Ela se interliga e comunica-se com a totalidade da cidade. É o local e o global que se encontram ao mesmo tempo (INP, 2008, pp.28-29).

Quando se vê a globalidade da cidade e seus contextos urbanos, automaticamente surge a seguinte pergunta: como falar de Deus nesse contexto? Ou melhor, nesses contextos que coexistem ao mesmo tempo?

Nesse sentido, é preciso levar em consideração a pessoa, a comunidade em que essa pessoa está inserida e a sociedade em que a comunidade está incluída. Surge um tripé: pessoa, comunidade e sociedade.

O fato de apresentar um tripé não significa uma fragmentação da evangelização, mas uma evangelização holística que leva em conta o todo e as partes ao mesmo tempo.

Quando se pensa na evangelização da pessoa, se pensa na pessoa inserida no contexto comunitário e social, no qual uma das grandes marcas é a busca da autonomia e o consumo como perspectiva de felicidade.

A evangelização deve levar a pessoa uma busca e construção da identidade pessoal: “a identidade do ser humano se tece na conjugação harmônica entre sua natureza individual e social. Desfaz-se esta harmonia, quando a pessoa se fecha no egoísmo ou se deixa absorver ou é agredida pelo mundo exterior (INP, 2008, p. 31).

A forte cultura urbana muitas vezes não colabora para esse processo de construção da identidade, mas estimula a pessoa a se fechar num mundo próprio e narcísico, que muitas vezes leva a um relativismo ético.

Uma pastoral urbana nesse sentido passa pela acolhida da pessoa na sua totalidade e modo de ser, procurando atender as suas necessidades e despertando-a para um senso crítico que não permita que ela fique olhando a

realidade somente a partir dos seus contextos de fechamento. Essa abertura de mente gera na pessoa uma liberdade autêntica.

A liberdade é um outro elemento essencial que leva a pessoa à consciência de ser única, possuidora de direitos inalienáveis, fundamentando assim a sua dignidade.

Tratando-se da pastoral urbana no âmbito da comunidade, a Igreja encontra-se diante do desafio de mostrar para o indivíduo a necessidade de ser viver em comunidade. Uma fé vivida em multidões e massas não leva em conta a necessidade relacional da pessoa e como esta vai se conhecendo na medida em que procura conhecer o seu semelhante. Esse processo se dá, justamente, na comunidade.

Assim, a Igreja é chamada a dar um passo mais abrangente, de não pensar a comunidade somente a partir do seu núcleo doutrinal e celebrativo, pois na cidade coexiste uma multiplicidade de comunidades de seguidores de Jesus. Existe uma pluralidade de Igrejas e de religiões.

Dentro do pluralismo característico das cidades está a diversidade religiosa e são, sobretudo as religiosidades modernas, as que mais florescem nos espaços urbanos. Esse fato está intrinsecamente vinculado com o pluralismo cultural, o qual tem suas raízes na modernidade, principal gestadora do pluralismo (WOLFF, 2021, p. 209).

A própria configuração pastoral da Igreja no Brasil tem reforçado a identidade das estruturas paroquiais não mais como território, mas como comunidade de comunidades. A fé vivida em comunidade vai despertar para a cultura do encontro, justamente o inverso de uma tentativa de tornar a experiência religiosa meramente uma experiência individual, no campo das emoções e das necessidades primárias.

A comunidade é um campo que ajuda o indivíduo preservar sua pessoalidade, porém não de maneira individualista. Na comunidade o indivíduo pode se abrir para as relações, algo que nem sempre é possível no ritmo frenético dos grandes centros urbanos.

Por fim, é preciso pensar uma pastoral urbana que leve em conta o âmbito da sociedade, pois a religião também é uma presença pública, que se comunica diretamente com a sociedade, na qual está inserida.

A vocação humana advoga para a convivência de cidadãos livres, numa sociedade livre, justa e solidária. A Igreja enquanto comunidade, igualmente só cumpre a sua missão, na medida em que se faz missionária, sai de si, e exerce um serviço na sociedade, o espaço de edificação do Reino de Deus, que não é uma realidade intimista e individual (BRIGUENTI, 2004, p. 111).

Nesse sentido, pensar o papel das igrejas e das religiões, no contexto urbano, é pensar em grupos que despertem para o princípio da solidariedade, segundo a qual cada pessoa signifique para a comunidade onde pratica a fé e para a sociedade como um todo. Ainda o papel das instituições religiosas deve servir como uma antítese à sociedade da exclusão, da violência e do consumismo.

A Pastoral urbana na sua atuação junto à sociedade ajuda a mesma a pautar-se pelo princípio da subsidiariedade, segundo a qual a ação das pessoas é complementada, naquilo em que elas não são capazes. (INP, 2008, p.35)

Essa ação ajuda por demais na reconstrução do tecido social e no combate às tendências ora anarquistas, ora totalitárias, que assombram o modo de se viver em sociedade. No tecido social se busca valorizar toda pluralidade presente na cultura urbana, nas suas mais diversificadas expressões, contra as tendências da sociedade de consumo, que não leva em conta a pessoa e sua liberdade, mas encara como mais um consumidor.

Em uma sociedade em que a distribuição de renda ainda é uma problemática bastante presente, a ação pastoral na Igreja no contexto urbano é ao mesmo tempo um processo que fortalece a formação de redes para a superação das injustiças sociais e ao mesmo tempo é uma voz que recorda ao Estado seu papel de provedor e desenvolvedor do bem comum.

3 LEITURA BÍBLICO- HISTÓRICA E TEOLÓGICA DA CIDADE

O intuito deste capítulo é demonstrar que, ao longo de toda a Bíblia, do Gênesis ao Apocalipse, a Bíblia faz referência à cidade e lida com ela como lida com os seres humanos. De cidade em cidade, Jesus andou da Galileia a Jerusalém, onde foi rejeitado, julgado e condenado.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE A PARTIR DA BÍBLIA

A história do surgimento e desenvolvimento das cidades mistura-se com a história do Povo de Israel relatada no Primeiro Testamento.

A salvação vinda de Deus é um projeto para a pessoa, mas que passa pela pertença a um povo. A grande característica dos relatos do Primeiro Testamento é a história da Salvação que passa pela história de Israel.

Deus comunica-se e dá-se a conhecer ao seu povo por meio dos contextos em que este estava inserido.

Neste sentido, a história da criação do homem e da mulher configura o compartilhamento da missão divina com o ser humano. Deus é o criador de todas as coisas, e todas as coisas existem para o bem do ser humano.

Ao ser humano Deus confiou a missão de crescer, multiplicar e dominar a terra. Essa imagem do homem e da mulher como dominadores muitas vezes, e até nos dias de hoje, é mal interpretada, entendendo-se dominação como exploração irresponsável dos recursos, e não como uma gestão de cuidado dos bens criados.

3.1.1 A cidade no Primeiro Testamento

Na Sagrada Escritura a história inicia-se com um jardim, o lugar do relacionamento perfeito dos seres criados com o criador, e termina no livro do Apocalipse com a imagem da Cidade celestial de Jerusalém, uma cidade redimida por Cristo Ressuscitado, na qual habitam todos os que foram salvos (COX, 2005).

Do Jardim da criação (Gn. 1-3.) à Jerusalém Celeste (Ap. 21,1) temos um desenvolvimento histórico de como o ser humano foi se constituindo habitante da cidade.

Na história dos Patriarcas Noé, Abraão, Isaac, Jacó e José, vemos os reflexos de um povo nômade que dependia do seu rebanho como forma de subsistência. Em Abraão estava presente o anseio para ter uma terra sua, em outras palavras estava o reflexo do desejo de passar do nomadismo para o estabelecimento em um lugar fixo.

A vida tribal vivida por Abraão e seus descendentes nos clãs familiares era predominantemente marcada pela mobilidade (Gn. 12- 25), deslocamento, em busca de pastos adequados para o rebanho. Essa forma de viver impactava na leitura que os primeiros patriarcas faziam do mundo, a partir das suas crenças, da vida econômica e do modo de viver em sociedade (SCHULTZ, 2008, p. 14ss).

O relato do patriarca José é um relato da transição do nomadismo para o estabelecimento em uma sociedade fixa, em uma cidade (Gn. 37-50). Nesse período está acontecendo a construção das grandes cidades egípcias. O ingresso do povo hebreu por vias migratórias representado no relato do Patriarca José não só comunica aos leitores do Primeiro Testamento a transição do nomadismo para o sedentarismo, como mostra o encontro das variadas culturas marcadas pelas suas crenças e modos de organização.

A permanência do Povo Hebreu no Egito foi um período propedêutico para que este se constituísse como nação e posteriormente fundasse seu modo de viver em comunidades estáveis (cidades).

A saída do Povo hebreu do Egito presente no relato de Moisés (Ex 1- 15) é um relato da constituição da estabilidade de um povo. Esse processo passa justamente por um duplo movimento: a conquista de cidade e o estabelecimento nas cidades. (SCHULTZ, 2008, p. 35ss)

O povo nômade entendeu no idos do século XIII a. C as vantagens de se estabelecer em cidades, e nesse período foi-se construindo as civilizações no contexto das cidades. O povo hebreu torna-se um povo conquistador que ao ir entrando nas urbes, seja por meio da migração, seja por meio da conquista, vai estabelecendo-se na cidade e posteriormente erguendo as suas próprias.

O povo hebreu vai aprendendo a viver em cidades. Desse modo a fé deste povo também vai se desenvolvendo contexto.

Uma vez que povo foi se estabelecendo no contexto urbano, foi surgindo a necessidade de novos modos de organização. Os relatos dos juízes do Primeiro Testamento é justamente uma amostragem do modo como as pessoas foram se organizando para viver em sociedade (1 Sm. 8). Ali começam os códigos de leis do Povo de Israel que em muito é um código organizativo para se viver no contexto da cidade. Os primeiros juízes são ao mesmo tempo conquistadores das cidades estrangeiras e organizadores das cidades habitadas a partir de então pelo povo de Israel.

O coroamento dessa teologia da cidade no Primeiro Testamento se dá com a Monarquia (1 Sm. 13). Ali não só se estabelece a vida na cidade, mas a vida de uma nação em várias cidades que formam um Reino. (SCHULTZ, 2008, p. 97ss)

Aqui pode-se dizer que o contexto de cidade atinge seu apogeu com o estabelecimento das capitais Jerusalém e Betel. Começa a ficar claro nos relatos do Primeiro Testamento os meandros da vida nas grandes cidades.

A cidade passa a ser interpretada na teologia dos profetas como a noiva de Deus. Ele é o esposo que faz uma aliança esponsal com sua noiva Sião (Jerusalém) (Ez16,6; Os 1,2).

Deus é fiel à sua esposa, a torna fecunda e a enfeita com suas joias. A joia por excelência é o Templo de Jerusalém, sinal da aliança de Deus com o Povo. A fidelidade do povo é expressa na beleza da cidade com seus muros, portas e o templo.

A vida social do Povo Israel passa pela cidade. Ela se torna a referência para o existir do povo. Os salmos de Davi ressaltam os cânticos de subida: todos os anos o povo saía de seus vilarejos e outras cidades para se encontrar em Jerusalém, para a festa da Páscoa. Nessa festa é possível ver todos os mecanismos que fazem movimentar a vida cidade: a religião, o governo, os impostos, o comércio, a circulação variada de pessoas, a organização dos diversos setores da sociedade.

A teologia dos profetas também vai reportar que é na cidade que acontecem os pecados, as infidelidades de Israel, ou seja, as injustiças sociais.

Na teologia dos profetas Israel é comparada com a esposa infiel ao esposo que é Deus.

Na cidade acontecem as injustiças, a corrupção, a alteração das balanças comerciais, a opulência e o luxo dos ricos, os grandes banquetes com o esbanjar dos alimentos. (Is 40,20; Os, 3,1).

Na teologia profética começa a aparecer a tríade dos pobres personificados nos estrangeiros, nos órfãos e nas viúvas. Aqui se trata de tríade representativa dos tantos pobres que sofriam as injustiças sociais nas cidades, não tendo os direitos mais basilares, enquanto as camadas mais abastadas gozavam da suntuosidade dos palácios.

A infidelidade do Povo de Israel é expressa nas injustiças que ocorrem na cidade. A justiça de Deus é desenhada no Exílio da Babilônia, que não só é uma deportação do povo, mas é uma destruição da cidade com seus muros e suas portas, seus palácios e o seu templo. A destruição da cidade por parte dos invasores estrangeiros é também a destruição da cultura.

Uma vez que Israel não é fiel à aliança, abraçando aos ídolos dos povos vizinhos e sendo injusta com os pobres, ela tem sua capital e suas cidades destruídas (Dn 1).

A glória do Povo de Deus no Primeiro Testamento está na edificação da cidade de Jerusalém, chamada Cidade Santa, mãe de todos os povos. A infidelidade do povo de Israel é a destruição da cidade. Nesse contexto, todas as teologias do exílio vão ter uma correlação da imagem da Cidade, pois a esperança do povo de Israel não é somente sair do Egito, mas reconstruir a cidade de Jerusalém (Ne 1,3) (SCHULTZ, 2008, p. 119ss).

Mais uma vez percebe-se aqui que a teologia da aliança do Primeiro Testamento está interligada como uma teologia da cidade.

O apogeu da teologia do pós-exílio está expresso da reforma/reconstrução de Jerusalém (dentro desta a reconstrução do Templo): Esdras e Neemias. (SCHULTZ, 2008, p. 246ss)

Mais uma vez, com o restabelecimento da cidade de Jerusalém se entende o restabelecimento da aliança. No período tardio do Primeiro Testamento a urbanização de Jerusalém cada vez mais fazia dela não somente um centro urbano no sentido de uma grande cidade, mas também um centro de cultura urbana.

Em Jerusalém confluía a cultura urbana anterior ao exílio (Monarquia de Saul, Davi, Salomão e dos reis seguintes) e posterior a ele, pelo contato com os povos dominadores: Babilônia, Pérsia, Macedônia, Grécia e Roma.

3.1.2 A cidade no Novo Testamento

Os textos bíblicos do Novo Testamento se desenvolveram em um pouco mais de um século, e apresentam diferentes formas de relação na cidade, desde o meio rural onde se sucedeu o ministério de Jesus até grandes cidades como Jerusalém, Roma e Antioquia.

No período em que Jesus desenvolveu o seu ministério de pregação, a maioria da população de Israel vivia e trabalhava no campo. Os camponeses tinham sua subsistência garantida na agricultura e na pecuária, e suas relações comerciais davam-se por meio do sistema de troca.

Muitas cidades na época de Jesus foram construídas pela expansão do Império Romano, que foi organizando a população em áreas urbanas, mesmo que muitas vezes os camponeses não estivessem preparados para esse tipo de transição.

Com a dominação romana, o povo começou a ser fortemente tributado, o que exigiu dos camponeses que até então viviam uma economia de subsistência a passarem a ter necessidade do uso de moedas nas transações comerciais. Nesse sentido, a capacidade de produção dos camponeses não conseguia acompanhar as demandas pedidas nas grandes cidades, o que gerou um forte empobrecimento da população. Muitos camponeses perderam seus campos por causa de dívidas.

Jesus desenvolveu o seu ministério em meio ao contexto que era marcado pelo campo e pela cidade, tanto que em suas pregações aparecem as duas realidades. Jesus aponta para os pássaros do céu e para os lírios dos campos e, ao mesmo tempo, passou por cidades como Jerusalém, Cafarnaum, Betsaida, Caná, Nazaré, Tiro, Sidônia e Betânia.

Porém, desde sua infância, Jesus viveu muito mais no mundo camponês. Nos Evangelhos, ele é chamado de filho do carpinteiro (do trabalhador), e os exemplos de suas pregações recordam a sua intimidade com o mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, os evangelistas colocam-nos em contato com um

Jesus itinerante que andava de aldeia em aldeia, que foi à Jerusalém, e nesses locais anunciava a proximidade do Reino.

Além dessas informações os Evangelhos não nos contam muito mais elementos sobre a relação de Jesus com o ambiente urbano. Algumas pistas apontam que talvez ele possuísse moedas, pois Judas guardava um bolsa de moedas. Talvez isso indicava que Jesus estabelecia relações comerciais ou o fato de Jesus comentar a questão dos impostos. Em algumas falas de Jesus, ele fala sobre o exército ou até mesmo dialoga com militares (conversa com o centurião e cura seu filho).

De alguma maneira, a partir dos relatos dos Evangelhos, pode-se afirmar que Jesus frequentou o ambiente urbano e dele tomou conhecimento.

Após a morte e a ressurreição de Jesus, os discípulos se dispersam a partir de Jerusalém. Tiago, por exemplo, desenvolve seu ministério em Jerusalém, a capital de Israel, ou seja, viu-se diante do desafio a necessidade de se fazer o anúncio dos ensinamentos de Jesus no contexto de uma capital. Isso também pode ser dito de Pedro, que pregou em Jerusalém, posteriormente em Antioquia e por fim em Roma. Pedro foi um pescador e camponês que teve de adaptar-se ao contexto urbano para anunciar a Boa-Nova dos cristãos.

Um destaque especial vale ser dado a Paulo, pelos relatos dos Atos dos Apóstolos e das cartas paulinas. Ele foi alguém que predominantemente circulou pelas mais importantes cidades do Oriente Médio e Ásia menor, deixando muito claro como o Evangelho de Cristo desde o princípio foi inserido e adaptado no contexto da cidade:

Paulo é uma pessoa da cidade. Ele provavelmente nasceu em Tarso e na época de sua experiência pascal estava em uma cidade: Jerusalém ou Damasco. Depois de um tempo na última, e um breve passagem por Jerusalém, ele foi para a Cilícia, sem dúvidas para Tarso, e depois para a Síria, ou seja, Antioquia. Após uma breve primeira visita evangelizadora às regiões do Sul da Galácia, se acreditarmos em Atos, Paulo desenvolverá sua estratégia missionária nas cidades e regiões do Mar Egeu: Trôade, Filipos, Tessalônica, Atenas, Corinto, Éfeso, Visitar cidades permite evangelizar judeus em sinagogas e pagãos em ágorai (praças). (LA SERNA ano apud WOLFF, 2021, p.120).

Paulo, além de desenvolver sua pregação no contexto urbano, tinha um ofício profissional que o colocava nesse contexto. Ele é apresentado no Novo Testamento como consertador de tendas. As tendas eram muito importantes

para os peregrinos da época, que, por causa das atividades comerciais, se deslocavam em lombo de animal em vários dias de viagem, o que exigia montar e desmontar as tendas. No ofício de consertar tendas. Paulo tinha contato com os comerciantes, e além de oferecer seu serviço, ele criava meios de evangelização. Isso também se dava nas tantas viagens realizadas pelo apóstolo. Ele ficava vários dias nos portos e nos navios e tinha contato com pessoas de várias localidades, aproveitando também dessas ocasiões para falar da mensagem cristã.

Diretamente, Paulo esteve em uma lista de cidades, como foi apresentado na referência acima, mas indiretamente, por conta da profissão e contatos de viagem, Paulo chegou por meio de seu anúncio a muitas outras cidades da época. De fato, é possível ver no apostolado de Paulo um modo de adaptação da mensagem do Evangelho ao contexto de muitas cidades, de diferentes regiões geográficas do mundo conhecido da época.

As relações de Paulo, apresentadas no Novo Testamento, também revelam que, na cidade, ele circulava em vários setores e classes sociais. Vê-se Paulo no contexto da sinagoga com grupos judaizantes. Vê-se ele também entre os gregos chamados na época de gentios. Vê-se ele entre pessoas da alta sociedade como comerciantes e donos de grandes casas (emprestadas para as liturgias), falando e recomendando escravos (Onésimo na carta à Filemon). Vê-se também Paulo falando com militares, com mulheres, com homens adultos e jovens.

As relações do apóstolo eram multifacetárias, mostrando que, além do Evangelho adequar-se a várias cidades, dentro de uma mesma adequava-se a vários grupos de pessoas.

Paulo no contexto de seu julgamento e sentença apela para o fato de ser cidadão romano, mostrando que ele tinha clareza dos direitos e deveres próprios da cidadania. Na teologia moral paulina, várias vezes Paulo faz listas em que elenca os vícios e as virtudes das pessoas. Muitas dessas virtudes e muitos desses vícios são próprios do contexto urbano.

A maneira como Paulo foi espalhando a mensagem evangélica foi colaborando também para a organização da Igreja nascente, inclusive aproveitando da própria organização urbana, por exemplo usando o termo

ekklesia da língua grega, termo próprio para uma assembleia da cidade, passando a ser usado para designar a assembleia cristã.

Na literatura do livro do Apocalipse, também vai aparecer a imagem da cidade. O autor do texto vai projetar na dimensão escatológica uma imagem da atualidade, afirmando que Deus habita a cidade celeste, bem como toda a mensagem do texto é dirigida a sete Igrejas, presentes em sete cidades da Ásia menor. Assim, numa perspectiva textual mais simbólica e alegórica, o autor do livro do Apocalipse também vai apresentando o desenvolvimento do cristianismo no contexto urbano:

A cidade, que a princípio parece ser vista de forma negativa no ministério de Jesus, foi aceita e assumida desde o início pelas comunidades cristãs. Num primeiro momento, apenas como forma estratégica (Paulo) para passar, num segundo momento, a uma organização eclesiástica gradual seguindo o esquema da casa que é uma cidade em miniatura. Como a Igreja está organizada e estruturada, a hierarquia, que a Igreja- casa de Deus considera necessária, segue os esquemas políticos da cidade (LA SERNA apud WOLFF; PALAFOX; PEREZ, 2021, p.128).

A grande adaptação do cristianismo primitivo, no contexto da cidade, mostrado nos escritos do Novo Testamento, é um sinal da necessária adaptação de todos os tempos para que a mensagem cristã continue chegando no mundo urbano.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA CIDADE NA HISTÓRIA DA IGREJA

Com o desenvolvimento do cristianismo nas cidades, os cristãos começaram a se reunir para suas celebrações. No final do primeiro século e ao longo do segundo, essas celebrações, na maioria das vezes, não aconteciam em espaços públicos ou templos. O espaço celebrativo era a casa das pessoas, de modo que em muitos bairros espalhados pelas cidades as pessoas se reuniam para o culto.

A religião cristã foi se espalhando pelas diversas partes da cidade. Desse modo não é possível pensar a presença da religião nas cidades sem pensar essa interligação dos espaços da cidade como espaços para o culto.

Nesse sentido essas casas utilizadas para o culto (ou *titulli*, como eram chamadas) além de serem o espaço celebrativo também eram espaço para

outras atividades sociais, como assembleias cívicas e apresentações de canções. Coexistia no mesmo espaço o sagrado e o profano, e os cristãos da época pareciam não ter dificuldade de otimizar os espaços nessas duas direções.

A transição para se tornarem espaços somente usados para a finalidade do culto deu-se em linhas gerais por dois motivos: primeiro porque foram diminuindo a intensidade da perseguição dos cristãos; segundo, porque conforme os proprietários das casas (*titulli*) iam falecendo, deixavam os seus prédios como doação para a comunidade, e estas iam adaptando e transformando os prédios em espaços usados somente para o culto.

A partir de então, os lugares do culto estavam inseridos no contexto das cidades, mas não se misturavam mais com as atividades profanas dentro dos seus espaços.

Um cronista do século IV, de fato informa que o Papa Anacleto (século I) ordenou 25 presbíteros, aos quais o Papa Evaristo (século II) confiou 25 igrejas titulares (títulos) de Roma; o Papa Dionísio (século III) teria cedido o título aos presbíteros como residência (eventualmente com outros ministros cristãos), enquanto o Papa Marcelo (+304) transformou os títulos em centros de administração eclesiástica. (DUCHESNE apud ALMEIDA, 2009, p.37).

Essas igrejas domésticas surgiram antes da institucionalização da religião cristã, e representam o mergulho da religião no contexto urbano. A Igreja foi aprendendo a existir nos ambientes da cidade e se comunicava nestes e com estes ambientes.

Logo nos primeiros séculos, apesar da Igreja também existir em ambientes rurais, toda a sua força propulsora se desenvolvia no contexto urbano das grandes cidades da época:

Na Itália: Nápoles desde o século I; Ravena, desde o século III; 16 Dioceses, no final do século III, às quais crescem 55 no século IV, outras 155 no século V, de forma que no início do século VI, a Itália atingia o número de 258 Dioceses. Na Gália (atual França e regiões adjacentes, incluindo partes da Bélgica e da Alemanha): Lião, desde 175; no século III (Arles, Vienne, Reims, Trier, Bourges, Bordoux, Tours, Sens, Paris, Metz) no século IV (Toulouse, Narbonne) (antes de Constantino); dezenas de sedes episcopais, além de Valence e Niemes, na região de Vienne e Narbonne (sob o imperador Constantino); umas 15 na mesma região, no fim do século; inúmeras no século V (PIETRI apud ALMEIDA, 2009, p.39).

Esses dados acima apresentados, muito mais que fazer uma demonstração histórica do desenvolvimento das Dioceses na Europa, quer justificar que os grandes centros urbanos da época foram também os lugares de desenvolvimento da evangelização. Desde o início existe um intercâmbio e uma coexistência entre a cidade e o cristianismo.

A Igreja antiga era formada pelo epíscopo rodeado dos seus presbíteros e diáconos, responsáveis pela Igreja local. Essa Igreja local se desenvolvia imersa nas atividades das pessoas que habitavam as cidades, ia se misturando no cotidiano das pessoas, das atividades urbanas e das atividades religiosas. A religião dá sentido ao modo de habitar na cidade, e o modo de se viver numa grande cidade vai moldando os projetos organizativos da Igreja local. Nesse sentido, a Igreja tinha uma identidade episcopal e urbana. O bispo era para a urbe e a urbe era para o bispo.

Olhando para a história do Cristianismo, é num segundo momento que as comunidades eclesiais começam a se instalar no interior. Conforme os cidadãos das grandes cidades precisavam se deslocar para cuidar dos seus campos é que vão levando com eles a experiência religiosa. A religião cristã parte dos grandes centros para o interior. Hoje muitas vezes tenta-se construir um discurso inverso dizendo que religião é coisa de cidade do interior. A história desmonta essa falácia apontando que o nascedouro das igrejas foram as grandes cidades nos séculos I a V.

Para a formação da Igreja local necessita-se de um povo, e esse povo são todos os cristãos presentes na cidade, de modo que a Igreja não é para alguns, ela é para todos os cidadãos, mesmo para os que não participam. Os laços dos que vivem na cidade se unem na comunidade celebrativa.

Nas cidades, já existia o costume da Assembleia. Ou seja, o costume de reunir-se em Assembleia é anterior ao costume da Igreja. Esta apropriou-se dessa estrutura já existente para a sua organização própria:

A assembleia do povo é a expressão da cidade: é ativa e toma parte das decisões coletivas e das eleições dos magistrados. Ora também na Igreja se formou a ideia da existência de um povo, formado por todos os cristãos da cidade, um povo ativo. Os bispos consultam a assembleia nas grandes decisões. O que significa que reconhecem na assembleia dos cristãos de uma cidade a expressão da Igreja local (COMBLIN,1991, p.207).

Na Idade Média, a Igreja e a cidade continuaram a sua “união”, porém com novas nuances. Se antes a Igreja existia no ambiente da cidade e estava diretamente ligada a figurado bispo que também era bispo da cidade, na Idade Média houve um enfraquecimento da ação evangelizadora dos grandes centros. Muitas vezes nas grandes cidades o que de fato estava presente era a estrutura administrativa e jurídica da Igreja, a cúria diocesana, que não comunica os elementos evangelizadores, mas somente os estruturais.

A vida religiosa começa a acontecer no interior, nos feudos, fazendas e campos onde se concentravam os camponeses. Estes, com o auxílio de clérigos iletrados ou muitas vezes sem a presença destes, movimentavam a vida religiosa das comunidades locais, muito distantes do grande centro urbano, da figura do bispo. Acontece uma certa dissociação da influência e da coexistência da Igreja na cidade.

Outro aspecto, e este mais danoso, é o fato de os bispos permitirem que os senhores feudais erijam nos seus feudos igrejas (paroquiais), que mantenham o soldo dos clérigos a serviço dessa igreja local. Desse modo os clérigos se transformam em servos dos senhores feudais, já não tendo a liberdade da pregação e praticamente fazendo desaparecer a dinâmica das assembleias, ou seja, “o povo já não participava das decisões da igreja local” (ALMEIDA, 2009, p. 48), mas:

Para reforçar a coesão do império, se divide o território em Dioceses e em paróquias, obrigando os bispos e os presbíteros a uma residência local. Não só. Apoia-se na hierarquia para reforçar a estabilidade da sua administração, concedendo aos bispos insígnias imperiais e outorgando-lhes prerrogativas de senhores feudais. Qual a consequência? A principal é que, a partir daí, os bispos consideram seus sacerdotes como vassalos, substituindo a intercolegialidade primitiva por uma obediência de tipo vertical. Dessa forma, a comunidade local, que tinha sido essencialmente o lugar de uma experiência de comunhão e missão, se transforma progressivamente num território sobre o qual se exercem diferentes poderes (MAERTES apud ALMEIDA, 2009, p. 49).

A maior consequência pastoral desse tempo é que a fé, ao invés de se tornar uma vivência que faz se misturando ao cotidiano das pessoas nos locais onde elas habitam (cidades ou campos), torna-se um mecanismo de prestação de serviço em linhas gerais sacramentais e burocráticos.

Na segunda metade da Idade Medieval a Europa passou por um período de mudanças. A partir do século XII começou-se um período de inovação das técnicas agrícolas, o surgimento das primeiras universidades (Bolonha, Paris, Pádua, Salamanca) e do desenvolvimento das artes, e isso afetou diretamente a vida das cidades, pois começaram a surgir novos espaços para os cidadãos, inclusive fora do contexto religioso.

Nesse período o Papa Gregório VII (1073-1085) faz uma grande reforma na Igreja. Nesse período também surgem as ordens mendicantes com destaque para os seguidores de São Francisco de Assis e de São Domingo de Gusmão.

A pregação dos frades trouxe para os cidadãos espaços diferentes dos da paróquia onde aconteciam exclusivamente a recepção dos sacramentos. As pregações se tornaram espaços menos institucionais. Somado a isso, nos ambientes da universidade existia espaço para os alunos fazerem suas abordagens. Nas grandes cidades a presença da Igreja não se dava somente por meio das paróquias, mas também por meio de outras instituições como: escolas, orfanatos, hospitais, albergues, entre outros.

Apesar dessas mudanças terem ajudado inserir outros modos de presença da Igreja na cidade, elas não evitaram reformas mais acentuadas na relação da Igreja com a cidade, como é o caso da Reforma Protestante.

A partir do século XVI com a Reforma Protestante foram surgindo novas formas de presença da Igreja, como novas eclesiologias, fundamentadas no sacerdócio batismal dos fiéis, com a livre interpretação da Sagrada Escritura, possibilitando uma nova inserção do Cristianismo no ambiente urbano. Nesse período, inicia-se a colonização dos novos continentes, e a Igreja vai lançando-se e fazendo-se presente por meio do movimento missionário que leva à América Latina mais o devocionismo das ordens mendicantes do que as estruturas das paróquias, que vão se espalhar somente a partir do fim do século XVIII e início do século XIX.

Mais uma vez vai percebendo-se agora nas colônias luso-hispânicas que, conforme vão surgindo as cidades, juntamente com elas vão surgindo as igrejas. No território citadino a Igreja tem uma presença de destaque, que influencia nas relações sociais dos cidadãos.

Na época da Revolução Francesa e do Iluminismo, a Igreja passou por um período de resistência no qual a fé era questionada, bem como a

necessidade da Igreja como instituição na sua colaboração com a sociedade. Nesse contexto, a Igreja tornou-se também abertamente contra tudo aquilo que era chamado de modernidade, não só não querendo dialogar com a sociedade como também a condenando:

A Revolução Francesa não fez senão consumir uma evolução anterior. Suprimiu o que restava dos municípios, reduziu as cidades ao estado de simples circunscrição administrativas, e coroou as obras dos reis, substituindo a corte ou aumentando a burocracia triunfante. Não trouxe às estruturas da Igreja nenhuma mudança fundamental: a Igreja vive com suas estruturas rurais (COMBLIN, 1991, p. 222).

No início do século XX, as mudanças da sociedade civil também começaram a impactar a renovação da Igreja. Começa-se um período de urbanização que vai despertando a sociedade para outros atores que não mais a Igreja. Ela já não é mais a única voz ouvida na sociedade, por estar presente e falando em meio a muitas outras vozes. Nessa esteira, ela vai sentindo-se desafiada a mudar sua linguagem e sua maneira de dialogar com o mundo contemporâneo. O grande marco referencial desse processo é o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965).

No período imediatamente anterior ao Concílio, a Igreja percebia que sua presença e diálogo com a sociedade não se dava mais somente pela representatividade do clero. Diante disso, começa um processo de valorização do papel do leigo. Nesse sentido, tem destaque o Movimento da Ação Católica que capitaneava o apostolado dos leigos nas fábricas, escolas, partidos políticos e associações.

Em decorrência disso, a Igreja Católica já não se percebia sozinha no contexto da cidade, mas nos espaços urbanos também estavam presentes as Igrejas da Reforma, o Movimento Pentecostal e as outras religiões, o que foi forçando a um diálogo, como dizia o próprio Papa que inaugurou o Concílio: “Vamos buscar o que nos une e não o que nos separa”. O Movimento ecumênico foi de suma importância para renovar as estruturas da Igreja e sua presença nas cidades.

Nesse contexto, existe uma maior valorização da Igreja e da cultura local, e a modernidade que antes era expurgada pela Igreja agora é acolhida e

escutada. Esse movimento de renovação abre novas possibilidades para a Igreja dialogar com a sociedade.

3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA CIDADE NO MAGISTÉRIO CONTEMPORÂNEO DA IGREJA

Depois de toda a contextualização a partir da Sagrada Escritura e da História da Igreja, é perceptível que em todos os tempos sempre existiu uma relação entre a religião e a cidade. Em se tratando do cristianismo, essa relação passa pelo processo de evangelização.

Assim sendo, cabe agora buscar no Magistério contemporâneo a necessidade da evangelização na cidade e como ela se dá, para posteriormente estreitarmos mais essa pesquisa, perguntando como a evangelização na cidade pode acontecer na Diocese de São João da Boa Vista, uma Diocese do interior do Estado de São Paulo.

São Paulo VI, Papa do Concílio, na sua exortação intitulada *Evangelii Nuntiandi*, afirmava que a “Igreja existe para evangelizar” (EN 14). A ação pastoral e evangelizadora da Igreja não tem outra finalidade senão a de a partir dos contextos das cidades, encontrar nelas espaços para o anúncio do Evangelho.

Evangelizar não constitui um processo de conquista proselitista das pessoas para as fileiras da Igreja, mas significa justamente apresentar a Igreja como servidora da cidade, nas suas mais diversas necessidades.

Para contextualizar a Igreja e sua relação com a cidade, aqui vamos servir-nos de três textos: O documento Síntese do I Congresso Internacional de Pastoral nas Grandes Cidades, que aconteceu em Barcelona em 2014, os textos do pontificado do Papa Francisco, e das Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2019- 2023.

3.3.1 A pastoral nas grandes cidades: Congresso de Barcelona

Em 2014, na cidade de Barcelona, reuniram-se os bispos das grandes metrópoles do mundo para refletirem e perguntarem-se como é possível pensar a evangelização no contexto da cidade. Estavam presentes os arcebispos de Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro, Santiago do Chile, Chicago, São

Francisco, Monterrey, Kinshasa, Douala, Abuja, Bombaim, Manila, Seul, Roma, Varsóvia, Bordéus, Lisboa, Zagreb, Madrid e Nápoles, entre outras grandes cidades.

O Papa Francisco, ao dirigir um discurso de encerramento aos participantes, dizia:

Alegra-me pensar que estamos a caminho juntos, e que o fazemos no sulco de numerosos santos pastores que nos precederam; como exemplo, cito apenas o Beato Giovanni Battista Montini, que durante o seu episcopado em Milão se preocupou com zelo apaixonado pela grande missão da cidade. Nos escritos do Beato Paulo VI, quando era arcebispo de Milão, existe uma fonte, um canteiro de realidades que nos poderão ajudar neste empreendimento. O seu exemplo e a sua intercessão, juntamente com a da nossa Mãe celestial, nos ajudem a realizar uma frutuosa mudança de mentalidade, a aumentar a nossa capacidade de dialogar com as diversas culturas, a valorizar a religiosidade dos nossos povos e a compartilhar o Evangelho e o pão com os mais pobres das nossas cidades (PAPA FRANCISCO, 27 nov. 2014).

Na conclusão do seu discurso, que, como ele mesmo diz, foi bastante espontâneo, o bispo de Roma, que também é uma grande cidade, vai apresentando quais passos dar rumo à evangelização na cidade: mudança de mentalidade, diálogo com as diversas culturas, valorizar a religiosidade dos povos e compartilhar o Evangelho e o pão com os mais pobres. Na conclusão do discurso do Santo Padre, já é possível contemplar um esquema pastoral a serviço da evangelização na cidade.

As Atas desse congresso são pouco conhecidas, porém no prólogo da publicação das Atas que aqui no Brasil foi feita por meio das Edições CNBB, o cardeal Sistach, que na época do Congresso era o arcebispo de Barcelona, partilha como se deu a ideia para a celebração desse congresso:

Em certo sentido, o Congresso foi concebido depois de conversas que tive com o Cardeal Jorge Mário Bergoglio no Vaticano nos dias em que antecederam o conclave de 2013 e poucos dias depois com ele mesmo eleito Bispo de Roma e sucessor de Pedro. Papa Francisco exprimi-me sua preocupação pela pastoral da grande Buenos Aires e das grandes cidades, coincidindo com minha preocupação com megalópole Barcelona e toda a sua área metropolitana. Tendo retornado para Barcelona, decidi celebrar um Congresso Internacional de Pastoral das Grandes Cidades. Programei-o pensando em duas fases: a dos especialistas e a dos pastores diocesanos das grandes cidades dos cinco continentes (SISTACH, 2016, p. 12).

Fica clara nessa explanação do Cardeal de Barcelona que esse congresso nasceu todo no esteio do coração do Papa Francisco e carrega as marcas desse pontificado.

O Papa Francisco é uma voz muito influente na pastoral das grandes cidades, pois foi arcebispo de Buenos Aires, uma grande região metropolitana da América do Sul.

Cabe aqui mesmo, de forma bastante abreviada, tornar conhecidas as Atas do Congresso, com o objetivo de levar o leitor dessa pesquisa a querer lê-la na íntegra para perceber o quanto esse congresso que aconteceu apenas um ano após a eleição de Francisco traz em si sementes para o que posteriormente veríamos nos documentos do Santo Padre e, conseqüentemente, aqui no Brasil, nas Diretrizes da Ação evangelizadora da Igreja no Brasil.

O Documento Síntese do Congresso Internacional de Pastoral nas grandes cidades (SISTACH, 2014) tem por finalidade evidenciar os elementos que apareceram nos debates dos especialistas em pastoral e que depois serviram de iluminação para os diálogos dos bispos presentes.

O texto é composto de três partes: constatações, com 11 números; propostas, com 20 números; e pontos-chaves a considerar na Pastoral das grandes cidades, com 20 números.

Na primeira parte, que apresenta as constatações, parte-se do pressuposto que até o ano 2050 62% da população mundial estarão vivendo nas cidades.

O lugar específico para a concentração da população são as regiões metropolitanas onde estão reunidas todas as diferenças possíveis (sociais, étnicas, culturais, econômicas). Nelas coexistem a miséria e a opulência. Nesse sentido, o texto vai afirmar que a cidade é ambivalente e produz ambivalência. Na cidade se oferece aos cidadãos infinitas possibilidades, mas na mesma proporção aparecem as dificuldades para se chegar às possibilidades.

O Papa Francisco sempre reforça que ao lado dos cidadãos existem os “não-cidadãos”. Essa expressão simbólica do Papa recorda algo muito presente no contexto urbano, que é a desigualdade social provocada por um sistema econômico que gera desemprego e um acúmulo desproporcional da riqueza nas mãos de poucos.

Nas cidades existe uma forma de desenvolvimento tolhida de humanidade que desintegra o tecido social com o individualismo e a competição, e incrementa o tempo todo os espaços de pobreza. Sem contar que no espaço das grandes cidades existe uma massificação tamanha que em pouco tempo a pessoa vai perdendo a sua identidade cultural, familiar, seus valores e referências, quase que sendo sugado pelo processo de massificação e fragmentação presente na cultura urbana (ATAS, I, 03 05).

Na cidade está presente o fenômeno religioso. A grande maioria das pessoas ainda carregam dentro de si estruturas religiosas, e algumas delas ainda se ligam a essas estruturas buscando os lugares de culto. Com o crescimento das grandes cidades, cresce também o aumento da religiosidade. É certo que esse fenômeno varia de continente para continente: por exemplo, na Europa se tem uma queda no número das pessoas que se consideram religiosas, enquanto na Ásia esse número é cada vez mais crescente. No Congresso esse debate estendeu-se especificamente aos números da Igreja Católica, os números das suas perdas e ganhos de fiéis.

O número 11 das Atas vai apontar o Papa Francisco como o primeiro Papa completamente urbano da história da Igreja, e que no seu pontificado se lê os sinais para os desafios enfrentados pela Igreja no contexto urbano, que são justamente os da promoção de uma Igreja mais colegiada e descentralizada, capaz de acolher a diversidade.

Na segunda parte das Atas, constam as propostas concretas para a Pastoral na cidade. Primeiramente, lançar um olhar para a grande cidade. Aqui algo surpreendente: é que apesar do encontro estar acontecendo em Barcelona, uma cidade europeia, o grande luzeiro para a reflexão dos especialistas e dos bispos foi o Documento de Aparecida, um documento da América Latina, cujo membro da redação havia sido o então Cardeal de Buenos Aires, Jorge Bergoglio. Parece que aqui, mesmo que de modo tímido, começa-se a contemplar uma inversão, na qual já não é mais somente a Europa que sabe ensinar, mas a América Latina ensina a Europa.

Os participantes do encontro frente a essa proposta fazem uma leitura do número 214 do Documento de Aparecida: “Deus vive na cidade, entre as suas alegrias, desejos, esperanças, assim como entre suas dores e sofrimentos”. Olhar a cidade nessa perspectiva é um convite para uma pastoral que vai ao

encontro, como futuramente ficaria consagrada a expressão do Papa Francisco “Igreja em saída”.

O Congresso vai salientar que a cidade precisa ser contemplada e lida teologicamente, pois ela é um espaço privilegiado para o encontro com Cristo e com os irmãos (ATAS, II, 01- 03).

Uma segunda proposta é a saída missionária. Assim, os participantes do Congresso vão recordar a importância da missionariedade da Igreja, a missão, que não é uma escolha pastoral entre tantas outras, mas é o modo de ser da Igreja. Nos próprios Evangelhos se contempla Jesus, o missionário do Pai, que após ser batizado sai andando de cidade em cidade e se encontrando com as mais diversas realidades da sua época, preconizando assim como deveria ser a missão da Igreja, recordando que entre os lugares preferidos da missão de Jesus está periferia.

Nessa parte do Documento, além das variadas citações da exortação *Evangelii Gaudium* do Papa Francisco, encontramos citações do belga erradicado no Brasil José Comblin.

Nessa mesma direção o Documento vai apresentar a missão como paradigma para a grande cidade, partindo do princípio de que a Igreja primitiva se encontrava nas casas (como abordamos no início desse capítulo). O paradigma para a missão nas grandes cidades é redescobrir a importância das pequenas comunidades seja nos bairros, seja nos ambientes de identificação comum (escola, trabalho, locais de lazer), aproveitando os espaços e as pessoas nas suas diversas circunstâncias para serem evangelizadas. Aqui o documento faz uma larga menção à valorização da piedade popular das pessoas como caminho de evangelização. Neste ponto, os congressistas também alertaram para que não se perca de vista a identidade e a missão dos bispos e das suas Igrejas particulares, bem como das paróquias conectadas com ela. Contudo, que a Diocese e a paróquia, muito mais que uma unidade territorial, sejam uma comunidade de comunidades.

Na proposta posterior as Atas vão apresentar a Igreja como sujeito que comunica o Evangelho na cidade. A Igreja particular está em uma cidade e deve ser plenamente urbana, ou seja, deve ter estrutura, linguagem e hábitos que pertencem à cidade ou a ela se sujeitam. A Igreja também é chamada a formar

os seus agentes e dar-lhes espaços. As Atas dão destaque ao papel da Mulher e seu espaço no tecido eclesial e urbano na formação dos leigos.

Um último ponto é a nova adequação e mentalidade na formação dos futuros ministros ordenados, formados para serem pastores na grande cidade com a capacidade de ver e escutar a realidade.

Por fim, na terceira parte deste Documento Síntese do Congresso de Barcelona estão os pontos-chave a ser considerados na pastoral nas grandes cidades. Aqui estão pistas concretas que podemos dizer que auxiliariam na elaboração de uma pastoral urbana no sentido de: olhar a grande cidade; saída missionária na grande cidade; o paradigma missionário da Igreja na grande cidade; a Igreja como sujeito que comunica o Evangelho na grande cidade; e ser pastor na grande cidade.

3.3.2 A pastoral nas grandes cidades: os textos do pontificado do Papa Francisco

Sendo o objetivo deste ponto da pesquisa pensar a realidade da cidade a partir do magistério contemporâneo, os textos do pontificado do Papa Francisco tornam-se um luzeiro para esse diálogo e atualização.

Aqui não se fará uma explanação dos textos de Francisco, levando em conta a vasta literatura que se tem disponível sobre isso, mas recordar-se-á que a partir desses textos temos à nossa frente as prioridades do pontificado do Papa Francisco, e dessas prioridades podemos tirar luzes para a evangelização na cidade.

O primeiro texto que inaugura o pontificado do Santo Padre é a Exortação apostólica *Evangelii gaudium*, que é o coração de todo o magistério do primeiro Papa latino-americano, uma ampla e profunda abordagem sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual, como ele mesmo diz no início do texto “... a fim de convidá-los para uma nova etapa evangelizadora marcada por essa alegria e indicar caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos” (EG 1).

O Papa faz um apelo para a transformação missionária da Igreja. É cunhada uma das mais famosas expressões do seu pontificado: “igreja em saída”. Essa transformação só pode acontecer se os discípulos de Jesus superarem a crise do compromisso comunitário e tomarem consciência de que

o anúncio do Evangelho é missão de todo o povo de Deus e que este anúncio tem uma dimensão social que deve ser motivada e impulsionada pelo Espírito Santo.

Após dois Sínodos para a família o Papa Francisco promulga a Exortação Pós- sinodal *Amoris laetitia*, sobre o amor na família. Neste texto, muito mais que refletir a família à luz da Palavra de Deus com suas luzes e sombras, o Papa procurou apontar perspectivas pastorais para a família que passam pelo acompanhamento, discernimento e integração das famílias.

A juventude também encontrou lugar no magistério do Papa Francisco. Após realizar um Sínodo sobre o tema da juventude ele publicou a Exortação *Christus Vivit*, para os jovens e para todo o povo de Deus. O texto todo é um grande discernimento eclesial dirigido aos jovens e sobre os jovens a toda a Igreja, mostrando que quem forma a juventude e ajuda a abrir espaços para o protagonismo da mesma é todo o povo de Deus.

Uma grande novidade do pontificado do Papa Francisco é a encíclica *Laudato si*, a primeira encíclica da história da Igreja a tratar sobre o tema da ecologia. O Pontífice procura mostrar que nada neste mundo nos é indiferente. Na esteira desse texto, aconteceu um Sínodo sobre a Amazônia, e o Papa Francisco apresentou uma exortação que ele intitulou “Querida Amazônia”, na qual fala do seu sonho de uma Amazônia que lute pelos direitos dos mais pobres, dos povos nativos, dos últimos, de modo que sua voz seja escutada e que sua dignidade seja promovida.

Por fim, colocamos em destaque a terceira encíclica do Papa Francisco, intitulada “*Fratelli tutti*”, sobre a fraternidade e a amizade social, na qual o Papa não quer olhar para o sofrimento dos povos e não quer deixar ninguém de fora, principalmente aqueles que ele chama de “os últimos”.

Obviamente, aqui não estão todos os textos do Santo Padre, mas foram colocados esses porque servirão de sustentação para o último capítulo desta pesquisa, que vai tocar diretamente a realidade da Diocese de São João da Boa Vista. A evangelização na cidade (*Evangelii Gaudium*) passa pelos jovens (*Christus vivit*), pelas famílias (*Amoris laetitia*), pelos pobres (*Fratelli tutti*) e pelo cuidado com a Casa Comum (*Laudato si* e Querida Amazônia).

3.3.3 A pastoral nas grandes cidades: Diretrizes Gerais da Ação evangelizadora da Igreja no Brasil

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) atualizou suas Diretrizes para a ação evangelizadora da Igreja no Brasil para o quadriênio 2019-2023.

Nessas Diretrizes apresenta-se os desafios da evangelização no contexto urbano e utiliza-se da imagem simbólica da casa, com seus quatro pilares: Palavra, Pão, Caridade e a Missão, elementos fundantes das comunidades eclesiais missionárias. O objetivo geral dessas diretrizes é:

Evangelizar no Brasil cada vez mais urbano, pelo anúncio da Palavra de Deus, formando discípulos e discípulas de Jesus Cristo, em Comunidades eclesiais missionárias, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, cuidando da Casa Comum e testemunhando o Reino de Deus rumo à plenitude (DGAE 2019-2023, p.13).

A grande novidade dessas DGAE é a constatação de um Brasil cada vez mais urbano como ponto de partida para a evangelização. Nesse sentido, as diretrizes já não apresentam o conceito de urbano como uma questão geográfica, mas como uma questão de mentalidade. Assim, quando se fala de urbano já não se pensa somente nas grandes capitais, mas numa cultura que vai permeando todo o território, inclusive as pequenas cidades do interior:

Um dos desafios mais relevantes é, sem dúvida, a cultura urbana, pois nosso mundo vai se tornando cada vez mais urbano. Isso acontece não só porque as pessoas tendem a residir nas cidades, mas também porque o estilo de vida e a mentalidade dos ambientes citadinos se expandem sempre mais, alcançando os rincões mais distantes, com todas as consequências- humana, éticas, sociais, tecnológicas e ambientais entre outras. É por isso que pensar a relação entre evangelização e cultura urbana, torna-se um imperativo à ação evangelizador em nossos dias (DGAE 2019-2023, n.28, p. 27).

As cidades, sejam elas grandes ou pequenas, são pontos de encontro das pessoas. Nelas acontecem não só as relações humanas e de dependência, mas também o fenômeno do individualismo, no qual as pessoas não querem se envolver na comunidade. É neste contexto que a Igreja é chamada a exercer sua ação evangelizadora.

A cidade também é o lugar dos desafios sociais, áreas de pobreza e exclusão, falta de saneamento, desestrutura familiar, falta de oportunidade para os jovens terem o primeiro emprego, degradação da ecológica da Casa Comum. A ação evangelizadora da Igreja também vai ao encontro desses desafios:

Quando a Igreja fala em evangelização da cultura urbana, tem clareza de que não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos da vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o Desígnio da salvação (DGAE 2019-2023, n.31, p. 28).

Como discípulos de Jesus, vai-se identificando nas diversas realidades as marcas globais da cultura urbana, e ao mesmo tempo considerando a pluralidade das expressões que se manifestam em cada lugar.

O modelo proposto pelas DGAE é o da formação de pequenas comunidades que criam um ambiente humano e de proximidade, que vão inculturando o Evangelho assim como no início do cristianismo, conversando com as diversas realidades, propondo um caminho de sinodalidade no qual todo o Povo de Deus se sinta protagonista. O alimento dessas comunidades é a escuta da Palavra, a celebração da Eucaristia, a caridade que supera a desigualdade e a missão que coloca a Igreja sempre em postura de saída.

4 EVANGELIZAÇÃO NAS CIDADES DA DIOCESE DE SÃO JOÃO BOA VISTA ¹

Considero que aqui se chega na parte mais específica e particular da pesquisa. Depois de uma contextualização das cidades e da cultura urbana, e uma leitura bíblica, histórica e teológico-pastoral desses conceitos se chega à Diocese de São João da Boa Vista, uma Diocese do interior do Estado de São Paulo, considerada pequena nos padrões de outras Dioceses brasileiras, contudo afetada tanto quanto pelo fenômeno da cultura urbana.

A Diocese passou por um período de latência pastoral devido a longa enfermidade do seu quarto bispo diocesano, Dom David Dias Pimentel, e quando assumida as atividades pastorais pelo novo bispo, Dom Antonio Emidio Vilar, SDB, transferido do interior do Mato Grosso para o interior de São Paulo, iniciou-se o processo da elaboração de um novo Plano Diocesano de Pastoral, que em linhas gerais sempre esteve em busca de responder: como? De que forma? Por quais caminhos evangelizar a Diocese? Neste interim, o padre que assumia a Coordenação Diocesana de Pastoral e a quem foi solicitada a elaboração de um Plano de Pastoral era recém-chegado de uma missão em Brasília junto à CNBB, e constatou alguns elementos:

- A Diocese de São João da Boa Vista, mesmo sendo uma Diocese de interior, sofre os mesmos impactos da cultura urbana de uma grande capital como Brasília, por exemplo.
- O novo Plano de Pastoral da Diocese seria o primeiro dentro do pontificado do Papa Francisco com importantes textos como *Evangelii Gaudium*, *Amoris Laetitia*, *Christus Vivit*, *Laudato si*, e, posteriormente com o Plano já em andamento, *Querida Amazônia* e *Fratelli Tutti*.
- Para elaboração do Plano Diocesano de Pastoral foi solicitado pela Assembleia Diocesana uma retomada do que foi trabalhado no 1º Sínodo Diocesano de 1996 a 2000, do qual eclodiram três urgências: jovens, família e pobres.

¹ Baseado no relatório da Visita *Ad limina Apostolorum*. Grande parte texto é autoria do próprio mestrando.

Assim sendo, nada mais natural que ao elaborar um Plano Diocesano de Pastoral se comunicasse as três prioridades: jovens, com a Exortação *Christus Vivit*; família, com a Exortação *Amoris Laetitia*; pobres, que puderam receber o contributo do recente texto *Fratelli Tutti*. Com o projeto caminhando, e percebendo-se a urgência do tema da ecologia tão provocado por *Laudato si* e pela Querida Amazônia, criou-se uma Pastoral Diocesana da Ecologia.

Com as fontes das DGAE 2019- 2023, que pensam a evangelização no contexto urbano, com os textos do magistério do Papa Francisco é possível, juntamente com o Plano Diocesano de Pastoral, propor-se a responder a pergunta de como evangelizar as cidades da Diocese de São João da Boa Vista.

Neste quarto capítulo serão apresentados:

- Um breve histórico da Diocese de São João da Boa Vista, composta por dezoito cidades marcadas pela cultura urbana;
- O Sínodo Diocesano que apresentou as três prioridades: jovens, famílias e pobres;
- O Plano Diocesano de Pastoral que, pautado nas três prioridades, procura agir por meio do Magistério do Papa Francisco;
- Perspectivas para a evangelização nos próximos anos.

4.1 HISTÓRICO DA DIOCESE DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

A localização da Diocese é no sudeste do Brasil, e abrange os seguintes municípios do Estado de São Paulo: São João da Boa Vista, Aguaí, Águas da Prata, Caconde, Casa Branca, Divinolândia, Estiva Gerbi, Mococa, Mogi Guaçu, Itobi, Espírito Santo do Pinhal, Santa Cruz das Palmeiras, Santo Antônio do Jardim, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Tambaú, Tapiratiba e Vargem Grande do Sul.

O território tem uma extensão de 7.089 km, e as fronteiras se fazem com as arquidioceses de Ribeirão Preto (ao norte) e Pouso Alegre – MG (ao sudeste), e com as Dioceses de Guaxupé – MG (ao leste), Amparo (ao sul) e Limeira (ao sudoeste).

A população é de 620.980 habitantes (Anuário Pontifício 2021), e os católicos são 465.735 (75,5%). A composição étnica da população é de brancos

(80,11%), negros (4,89%), pardos (14,69%), amarelos (0,24%) e indígenas (0,06%). A língua falada é o português em todo o território diocesano.

Antes do período colonial, a região era habitada por grupos indígenas ao longo dos rios Mogi Guaçu e Jaguari-mirim, sem a presença de colonizadores europeus. Durante o período colonial até o século XVII, os índios caiapós habitavam a região. Com a chegada dos bandeirantes vindos de Jundiá em 1650-1655, que viajavam rumo ao oeste de Minas Gerais e a Goiás em busca de ouro, pedras preciosas e escravos índios, a população indígena local foi diminuindo e, às margens do rio Mogi-Guaçu, foi formado um vilarejo para dar pouso aos bandeirantes.

Após a Independência, o desenvolvimento econômico iniciou-se com a produção de café e com a instalação do ramal ferroviário da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (1875). Com a abolição da escravatura, em 1888, deu-se início à fase industrial através de imigrantes italianos, espanhóis e libaneses que se instalaram na região para a lavoura de café e para as primeiras cerâmicas. Em 1909, foi instalada a iluminação elétrica, substituindo os lampiões de querosene.

Na última década houve um desenvolvimento industrial e comercial nas três maiores cidades: Mogi Guaçu, São João da Boa Vista e Mococa. As demais cidades da Diocese mantêm-se sobre uma cultura e economia agrícola, fundamentada na agricultura familiar.

Em 1961, Por Decreto de São João XXIII, foi erigida a Diocese de São João da Boa Vista na província metropolitana de Ribeirão Preto.

A partir de 1961 a Diocese teve cinco Bispos. Destes, um foi religioso, da Sociedade São João Bosco (Salesianos). A Diocese teve quatro Bispos provenientes do clero de outras Dioceses. A Diocese nunca teve bispos provenientes do clero diocesano local.

O bispo, sua excelência reverendíssima Dom Antônio Emídio Vilar, SDB, nasceu em 14 de novembro de 1957, em Gardinha, Diocese de Guaxupé. Em 23 de julho de 2008, foi eleito Bispo de São Luiz de Cáceres – MT, e, no dia 28 de setembro de 2016, foi transferido para a Diocese de São João da Boa Vista – SP. Atualmente, no Regional Sul 1 da Conferência, é bispo referencial da Juventude do Regional Sul 1 da CNBB até 2022.

Para o mais recente Anuário Pontifício (2021), o número de sacerdotes diocesanos é 198. A idade média dos sacerdotes é 49 anos. 76 sacerdotes exercem seu ministério fora da Diocese.

No que diz respeito às relações dos leigos com o clero, nota-se que existe uma profícua participação destes na vida da Diocese, envolvendo-se em pastorais, movimentos e Novas Comunidades. Existe um Conselho Diocesano de leigos, uma Escola de Fé e Política.

A formação dos leigos se dá a nível paroquial pelos párocos, mas também através das escolas de teologia para leigos, atualmente três na Diocese, nas cidades de São João da Boa Vista, Mogi Guaçu e Casa Branca, somando mais de duzentos e cinquenta alunos matriculados.

O empenho dos leigos manifesta-se sobretudo através da animação pastoral das paróquias nos serviços litúrgicos, catequese, pastorais sociais e participação das espiritualidades promovidas pelos movimentos.

O compromisso com a pastoral da caridade se dá por meio do envolvimento em iniciativas, promovidas pelos movimentos. A Diocese tem como um dos seus pontos-chave no atual Plano Diocesano de Pastoral um ano temático sobre as pastorais sociais, além de estar fazendo um caminho para a implementação de uma *Caritas* diocesana.

Na Diocese ainda existe a presença de dezesseis Novas Comunidades, todas fundadas nela, algumas das quais com membros presentes em outras Dioceses. O Plano Pastoral atual compreende um quadriênio de 2019 a 2022 cuja prioridade é trabalhar os temas da juventude, da família e das pastorais sociais. O acompanhamento se dá sob a orientação do Coordenador Diocesano de Pastoral e do Colegiado de Pastoral, buscando desenvolver atividades a nível paroquial, de forania e diocesano.

O espírito missionário na Diocese está bastante presente por meio dos conselhos missionários paroquiais, da Infância e Adolescência Missionária. Temos a Comunidade Missionária Providência Santíssima que forma presbíteros, leigos e leigas consagradas para atuar na missão da Diocese em diversas partes do Brasil e “*ad gentes*”.

Essa descrição bastante analítica acima feita ajuda a vislumbrar como se dá a evangelização com os atributos eclesiológicos muito próprios dessa realidade eclesial.

As grandes marcas da evangelização na região deram-se com a acolhida de padres oriundos da Europa, principalmente da Itália, Espanha e Holanda. Esses padres de modo geral ficaram muitos anos inseridos nas comunidades paroquiais, que eram no número de uma por cidade. Dessa forma estabeleceu-se uma forte cultura clericalista, com as atividades sempre centradas no padre e sempre partindo de sua vontade.

Nossa Diocese nasceu no mesmo período em que estava sendo gestado e acontecendo o Concílio Vaticano II. Dessa maneira os dois primeiros bispos diocesanos, que foram padres conciliares, foram grandes entusiastas do Concílio, despertando o protagonismo dos leigos, formando comunidades, oferecendo formações. As décadas de 70, 80 e 90 foi um período de efervescência do laicato, com a formação dos conselhos paroquiais e diocesanos.

Contudo, no processo de formação das comunidades, a Diocese não sofreu a mesma incidência de outras regiões do Brasil com as Comunidades Eclesiais de Base. Estas até se formaram, mas para a finalidade celebrativa. Essas comunidades de modo geral não conseguiram se organizar nos trabalhos de cunho social e político.

Esse processo deu-se porque o segundo bispo diocesano, Dom Tomás Vaquero, que antes da eleição ao episcopado fora um grande professor universitário, alinhou-se mais com os movimentos eclesiais europeus do que com as correntes eclesiais latino-americanas, de modo que na Diocese de São João da Boa Vista aconteceu uma grande abertura para acolher tais movimentos, principalmente: Cursilho de Cristandade, Caminho Neocatecumenal, Focolares e Renovação Carismática Católica.

O bispo incentivava largamente as atividades desses movimentos, aos quais acorriam a participação de muitos leigos e leigas, de modo que estes ainda hoje representam mais de sessenta por cento das lideranças pastorais da Diocese.

Com ascensão desses movimentos, cresce também a eclesiologia por eles difundida, que em muito bebe do Concílio Vaticano II, incentivando a vida litúrgica, uma espiritualidade cristocêntrica, um forte senso do espírito comunitário. O protagonismo dos leigos aqui se dá na medida em que estes vão se envolvendo nas dinâmicas dos movimentos.

A lacuna nesse processo, que voltaremos tratar mais adiante, se dá justamente no pouco envolvimento em causas sociais e ainda na recepção de uma teologia moral bastante rígida, com marcas que atuam diretamente na temática da sexualidade humana.

A forte difusão desses movimentos colaborou para um outro fenômeno, que foi o grande número de candidatos ao ministério ordenado. Nossa Diocese, em proporção de população, é uma das que mais possui ministros ordenados. Esse grande número de padres, oriundos dos movimentos, colaboraram para que muitas paróquias da Diocese tivessem as marcas eclesiais dos movimentos. Por quase duas décadas ficou praticamente inexistente a aplicação de um plano de pastoral. O que na verdade aplicou-se foram as diretrizes dos movimentos, que influenciam até hoje no canto, na estética litúrgica, na linguagem, nos modos de organização e nos conteúdos formativos. Ademais, o grande número do clero favorece a que todos os ofícios sejam realizados sempre pelos ministros ordenados.

Vale ressaltar que foram criadas muitas paróquias, inclusive algumas sem estrutura. Diante disso, o protagonismo dos leigos, muitas vezes, resume-se aos ofícios na liturgia. É quase inexistente na Diocese comunidades que se reúnam para celebrar a Palavra, ou para fazer a leitura orante. Na sua grande maioria os fiéis se encontram ou para as atividades dos movimentos ou para a celebração dos sacramentos.

Esse fenômeno colaborou para uma Igreja com marcas bastante clericalistas, onde tudo depende do padre ou gira ao redor dele. Em muitas paróquias os conselhos não existem ou se reúnem muito pouco e ainda para tratar de assuntos de teor econômico (“como conseguir mais dinheiro para a comunidade?”).

Dentre os movimentos eclesiais, um que teve baste influência foi a Renovação Carismática Católica, e o fruto da sua atuação foi o surgimento de dezesseis Novas Comunidades. Esses grupos reúnem-se ao redor de um fundador ou fundadora com algumas marcas bastante personalistas e, ainda, seguem um estilo de vida bastante próprio. Muitos residem em casas comuns com ritmos diários de oração e outras atividades.

Se por um lado esses grupos parecem estar bastante voltados para si, ou para suas intuições carismáticas, por outro lado vários deles possuem fortes

marcas missionárias, realizando missões fora do território diocesano e fixando residências em regiões mais limítrofes do Brasil.

Em resumo, as marcas da evangelização na Diocese de São João da Boa Vista estão muito ligadas à influência dos movimentos e do grande número de ministros ordenados. Essa fórmula resulta na eclesiologia bastante presente na Diocese. Essa eclesiologia tão característica não protegeu esta Igreja de viver as tentações dos agentes de pastoral, conforme o Papa Francisco reflete no segundo capítulo da *Evangelii Gaudium*.

Na atual conjuntura, já se percebe um envelhecimento das lideranças. Os jovens já não se sentem atraídos aos movimentos eclesiais como no passado. Esse declínio do número de membros gera nos leigos e leigas uma desesperança em relação ao futuro, um pessimismo estéril e um esfriamento da necessidade de buscar novas linguagens para atrair as novas gerações.

A seguir, será apresentado um período muito frutífero da história recente da Diocese, organizado pelo terceiro bispo diocesano por meio de um Sínodo. Foi um período em que a Igreja particular olhou para fora da sua realidade, começou a pensar em ações pastorais conjuntas que revelavam não somente uma unidade diocesana, mas desta com a CNBB e com iniciativas promovidas pela Santa Sé. Nesse período, não desapareceu a atuação dos movimentos eclesiais, mas esses receberam uma fluência da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, possibilitando à Igreja particular a elaboração de planos diocesanos de pastoral. O Sínodo, na época em que aconteceu, ajudou a Diocese a entrar numa sintonia pastoral, talvez nunca antes experimentada.

Para compreender o significado histórico desse tempo, faz-se necessário revisitar as atas das sessões sinodais, como será feito adiante.

4.2 O SÍNODO DIOCESANO QUE APRESENTOU AS TRÊS PRIORIDADES: JOVENS, FAMÍLIAS E POBRES²

Em 1995, na cidade de São José do Rio Pardo, da Diocese de São João da Boa Vista, numa assembleia presbiteral convocada por Dom Dadeus Grings,

² Baseado no Relatório do 1º Sínodo Diocesano (1996-2000).

terceiro bispo Diocesano, começaram as primeiras motivações para a realização de um Sínodo diocesano.

Para explicar à Diocese do que se tratava um Sínodo diocesano, organizou-se, na Diocese, uma novena celebrada em todas as comunidades de bairro com os temas:

- 1- História de um rebanho;
- 2- Os horizontes da evangelização;
- 3- A evangelização hoje;
- 4- Os desafios da realidade;
- 5- Orientações práticas para a ação evangelizadora e pastoral;
- 6- Os evangelizadores;
- 7- Com Maria, Mãe da Igreja;
- 8- Nesse encontro aconteceu uma Assembleia paroquial, cujo objetivo era eleger os dois delegados sinodais de cada paróquia;
- 9- O nono encontro foi a Assembleia Diocesana de Pastoral, acontecida no dia 15 de novembro de 1995, com assessoria do teólogo pe. José Benedito de Almeida David, que apresentou a todos o documento 54 da CNBB, sobre a eclesiologia do Concílio Vaticano II.

Paralela à novena, aconteceu uma pesquisa que foi tabulada em toda a Diocese. A partir dessa pesquisa, toda a Diocese já estava motivada a viver o caminho sinodal.

A abertura do Sínodo diocesano aconteceu no dia 26 de novembro de 1995, Solenidade de Cristo Rei, num ginásio de esportes da Diocese, com a presença de milhares de fiéis.

O tema escolhido para o Sínodo foi “caminhar juntos e evangelizar”, com o lema bíblico que expressa a missão de João Batista, patrono da Diocese: “preparai os caminhos do Senhor” (Mt 3,3).

O Sínodo tem sua expressão na máxima participação do Povo de Deus que apresentou os desafios para se viver em comunidade na Diocese. Os principais desafios são: o testemunho da unidade, a capacitação teológica e bíblica dos fiéis, a preocupação com os jovens e as crianças no terceiro milênio, a evangelização das famílias, a aproximação da sociedade com cristãos participando na política e nos sindicatos, buscar conhecer mais o documento 54 da CNBB.

Começava-se a desenhar os caminhos da Igreja diocesana, até chegar às urgências pastorais para sua ação evangelizadora.

O Sínodo desenvolveu-se ao longo de quatro anos (1996-2000), justamente os anos em que a Igreja em todo o mundo, estimulada pelo Papa João Paulo II, estava se preparando para a chegada do terceiro milênio.

Em 1996, o primeiro ano do Sínodo foi intitulado de “ano do anúncio”. Essa é a primeira exigência da evangelização, o querigma que proclama Jesus Cristo como Senhor, e chama cada um à conversão, formando a consciência missionária no clero, nos seminaristas, nas paróquias, nas pastorais e movimentos, buscando criar estruturas de evangelização nas paróquias e um método diocesano de catequese que vise a unidade da Igreja particular.

Destaque que neste ano iniciou-se na Diocese um projeto de visitação das famílias “porta a porta”.

Em 27 de abril de 1996 aconteceu a primeira sessão do Sínodo. Com o auxílio da teóloga Lúcia Pedrosa de Pádua, do CERIS, foram interpretadas cientificamente as pesquisas ocorridas no ano anterior. A partir da análise feita pela professora a aula sinodal foi dividida em grupos que detectaram os desafios da Diocese: famílias desestruturadas, juventude sem direção, dimensão social e protagonismo dos leigos. Tornaram-se estes a partir de então os desafios a serem trabalhados na Diocese.

A segunda sessão do Sínodo aconteceu em 15 de junho de 1996 e contou com a assessoria do pastoralista Alfeu Piso, que fez sua exposição a partir das prioridades elencadas na primeira sessão:

- a) Sobre a juventude: a situação em que se encontravam os jovens era decorrente da crise da família, da alienação dos meios de comunicação que leva ao hedonismo e ao pragmatismo;
- b) Sobre a família: existe um processo de desintegração da família, uma não valorização dos sacramentos, uma formação deficiente dos filhos;
- c) Sobre a dimensão social: existe na Diocese uma péssima distribuição de renda e pouca mobilidade social, levando muitas vezes a uma pastoral de assistencialismo que precisa ser superada.

Na segunda sessão do Sínodo desapareceu o pilar da formação dos leigos, pois os delegados sinodais entenderam que os jovens, famílias e os

agentes sociais são todos leigos, e formando-os logicamente os leigos já estariam sendo formados.

A terceira sessão aconteceu em 24 de agosto de 1996, em São José do Rio Pardo, e foi assessorada pelo Cardeal Aloísio Lorscheider, arcebispo de Aparecida. Dom Aloísio ressaltou que para a Diocese trabalhar as suas prioridades fazia-se necessário partir de uma teologia da evangelização, e o pano de fundo da sua exposição foi a IV Conferência do Episcopado Latino-Americano, acontecida em Santo Domingo em 1992.

A quarta sessão do Sínodo aconteceu nos dias 14 e 15 de novembro de 1996, em Casa Branca, e foi assessorada pelo Pe. Alberto Antoniazzi, que fez uma releitura da pesquisa promovida pela Diocese casa por casa. A pesquisa alcançou 104.773 famílias. 7.097 famílias se recusaram a responder à pesquisa, e 5.609 famílias não foram encontradas em suas casas. A população da Diocese de acordo com censo de 1991 era de 509.328 habitantes, então a pesquisa alcançou 80% da população da Diocese.

No primeiro ano do Sínodo, dedicado ao anúncio, foi possível um olhar científico sobre a Diocese a partir das pesquisas realizadas e depois analisadas por teólogos. Foi um período valioso, levando em conta que foram envolvidos seis mil leigos no projeto das pesquisas. Todas as famílias visitadas ouviram o anúncio do Querigma, receberam uma mensagem de Dom Dadeus, bispo diocesano, e nas casas foi rezada a Bênção de Aaraão.

O segundo ano do Sínodo foi dedicado ao “diálogo”, sendo que os dois temas mais aprofundados foram diálogo e família. O diálogo no sentido de a Diocese se articular entre si, mas também com os irmãos de outras igrejas, realizando experiências religiosas para trabalharem juntos na promoção da justiça e da paz. Esse ano, que se aprofundou sobre o tema da família, culminou com o II Encontro Mundial das Famílias no Rio de Janeiro, com a presença do Papa João Paulo II.

Os trabalhos deste ano iniciaram-se na semana de 18 a 21 de fevereiro com um encontro de reciclagem do clero e dos leigos, assessorado por Dom Antônio do Carmo Cheuinche, bispo auxiliar de Porto Alegre, tratando da articulação entre a evangelização e a cultura e inculturação do Evangelho na sociedade pós-moderna.

No dia 22 de fevereiro, com a assessoria de Dom Cheuiche, aconteceu a quinta sessão do Sínodo com o tema: diálogo cultural e as seitas nos interpelam. Aqui faço uma ressalva sobre o termo seita que, talvez, na época era bastante utilizado, porém nos dias atuais penso que não seja um termo que favoreça o diálogo.

Ao término dessa sessão, foi solicitado aos delegados sinodais um mapeamento que visou tomar um primeiro contato para conhecer e saber quais as entidades religiosas, os organismos sociais, os clubes de serviço e os trabalhos ligados à família que existem na Diocese. Ficou também determinado que na sexta sessão cada paróquia deveria designar um delegado da família no ano a ela dedicado.

A sexta sessão sinodal realizada em 19 de abril de 1997 contou com a presença de quarenta e dois delegados sinodais da família, sendo orientada por Dom Cláudio Humes, arcebispo de Fortaleza, responsável pelo setor família da CNBB e encarregado do II Encontro Mundial das Famílias no Rio de Janeiro com presença do Papa João Paulo II.

Dom Humes ressaltou que a primeira mensagem que se deve levar à família não é a da moral e das cobranças, mas deve-se falar de Jesus Cristo como uma boa notícia, e partir disso pensar a família nas suas sombras e suas luzes. A partir dessa sessão, motivou-se a Diocese para enviar delegações para encontrar-se com o Papa no Rio de Janeiro, e ainda o bispo Diocese programou-se para visitar todas as paróquias da Diocese e encontrar-se com as famílias.

Levantou-se também a necessidade de a Pastoral Familiar oferecer uma sólida base de formação às famílias, investir tempo na preparação dos noivos para o sacramento do matrimônio e atuar junto às famílias que vivem em “condições especiais”.

A sétima sessão do Sínodo foi realizada a 23 de agosto de 1997, em São José do Rio Pardo. No início da sessão Dom Dadeus compartilhou sobre sua visita pastoral às paróquias da Diocese, afirmando que o Sínodo tem entrado na vida das paróquias aos poucos, não atingindo seu ideal máximo, mas evoluindo satisfatoriamente.

Depois, partindo dos dados de que 17% das famílias da Diocese vivem em situação irregular, verificou-se a necessidade de uma pastoral familiar que vá ao encontro das novas necessidades. Para assessorar nesse processo, foi

convidado o Frei Almir Ribeiro Magalhães, OFM. Que retomou as provocações da Campanha da Fraternidade de 1994, “E a família como vai?”. A fala do Frei Almir relembrou a missão na Pastoral Familiar antes do matrimônio, com os casais e com os “casos especiais”. No plenário dessa sessão, destacou-se: assumir a Pastoral Familiar como prioridade diocesana e paroquial, capacitar os agentes da Pastoral Familiar, integrar os movimentos familiares entre si e com as demais pastorais e a reestruturação do curso de noivos.

Em 03 de setembro de 1997, aconteceu a Segunda Assembleia Presbiteral assessorada pelo Pe. Luiz Carlos Gonçalves, coordenador diocesano do Sínodo Diocesano. Foi uma oportunidade para acenar ao clero a necessidade de padres e leigos trabalharem juntos para a evolução do Sínodo, bem como para perceber os passos que já foram dados.

A oitava sessão do Sínodo aconteceu nos dias 14 e 15 novembro de 1997 em Casa Branca, dedicada ao tema do diálogo, assessorada pelo Pe. José Bizon. A Diocese de São João da Vista não conta com a presença das Igrejas históricas. A maioria das Igrejas presentes são pentecostais ou neopentecostais, e não existe uma prática de diálogo com elas. Foi uma oportunidade importante para os leigos conhecerem os documentos da Igreja que falam sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso.

Além das sessões mencionadas sobre a família e o diálogo, o Ano do Diálogo na Diocese ainda foi marcado pela Campanha da Fraternidade com um subsídio diocesano próprio.

A Diocese também publicou um livreto sobre o sacramento do Batismo, do qual as comunidades se serviram para refletir sobre a importância desse sacramento em comunhão com o projeto do Papa João Paulo II, na preparação para o novo milênio.

Em todas as paróquias, aconteceu um retiro paroquial no qual se meditou o Evangelho de Marcos, valendo-se do livreto publicado pelo CNBB: “caminhamos na estrada de Jesus”.

Os evangelizadores “porta- a- porta” receberam mais um curso de preparação, ministrado pelo pároco ou pessoas por ele indicadas, tendo como roteiro o livreto “A Boa-Nova já chegou”, organizado pelas Pontifícias Obras Missionárias” (POM). Após a preparação, os evangelizadores foram enviados para visitação em celebrações paroquiais.

Por conta da especial atenção dispensada às famílias, Dom Dadeus celebrou na Igreja Catedral uma missa de envio de delegados da Diocese para o II Encontro Mundial das Famílias no Rio de Janeiro com a presença do Papa João Paulo II.

A Diocese promoveu também um momento festivo do Sínodo, que foi um grande show animado pelo Padre Zezinho, autor da música “Oração pela Família”. O evento aconteceu num campo de futebol da cidade de São João da Boa Vista, com a participação de milhares de pessoas.

Nesse mesmo ano, o subsídio da novena de Natal também foi diocesano, com o tema: “Com os olhos fixos em Jesus”.

Num contexto em que os valores da família dão sinais de fragilidade, a voz do Sínodo se levantou em sua defesa, num trabalho que procurou atingir as bases. Assim como todos os objetivos alcançados no Ano do Diálogo, sobretudo no que se refere à família, a Diocese de São João da Boa Vista concluiu seus trabalhos de 1997.

1998 foi o ano em que o Sínodo Diocesano celebrou o Ano do Serviço, na dimensão da preparação para o Jubileu do Ano Santo de 2000. De acordo com o que foi pedido pelo Papa, foi celebrado o Ano do Espírito Santo e do sacramento da confirmação. Nesse ano, voltou-se o olhar para a juventude, um dos desafios propostos pelos delegados sinodais para ser trabalhado na Diocese.

Na ocasião, aconteceu um encontro de formação com o clero durante o dia, e à noite com os leigos, assessorado pelo Pe. João Batista Libânio, SJ, que trabalhou uma gama de assuntos: relação entre Igreja e Estado; utopia; cesaropapismo; clericalismo; supressão dialética, consciência pacifista; suplência; implicação mútua não redutível; sistemas econômicos; razões epistemológicas; modernidade; mitos e globalização. A reflexão dele ajudou a tomar consciência de que a Igreja, a partir da década de 80, deixou de ser protagonista da história política do Brasil, devendo assumir agora o papel da parceria. A Igreja agora, mais do que um papel político, tem um papel cultural.

Em 14 de fevereiro aconteceu a nona sessão sinodal, contando com a assessoria de Dom Angélico Sândalo Bernardino abordando o tema da evangelização e do serviço, apresentando as contribuições da Igreja no Brasil

para o serviço e a função dos presbíteros para o serviço social como aqueles que apontam caminhos, incentivam e colaboram com os fiéis.

No plenário, os delegados questionaram, pedindo sugestões concretas para organizar-se a dimensão do serviço na evangelização. Foram apontados pelo assessor três tópicos: conscientização para participação, elenco das atividades sociais e buscas de parcerias. Foi pedido, ainda, que cada paróquia elaborasse um projeto de promoção humana.

A décima sessão do Sínodo aconteceu no mês de maio e também foi assessorada por Dom Angélico Sândalo Bernardino, com o tema: “o Espírito Santo inspira e sustenta os serviços da Igreja”. O assessor conduziu a sessão como que num clima de retiro espiritual, levando os presentes a se situarem no ambiente eclesial e a se questionarem sobre como estão no relacionamento com Deus e com a comunidade.

No mês de agosto, aconteceu a décima primeira sessão, sob orientação de Dom Irineu Danelon, responsável pelo setor da juventude da CNBB. Estavam presentes quarenta e quatro delegados jovens eleitos pelas paróquias. Foi aberta a palavra a um jovem da cidade de Mococa que participou do Concílio da Juventude organizado pelo Pastoral da Juventude (PJ) em Lins, e também a uma jovem de Vargem Grande do Sul que participou da 3ª Semana Social Brasileira em Itaici.

A reflexão de Dom Irineu girou em torno de dois questionamentos: Quais os valores perenes e como transmiti-los à juventude? Quais os novos valores e como cultivá-los entre os jovens? Depois de ouvida a partilha dos jovens o bispo assessor falou da importância de dar espaço aos jovens, formá-los, investir na liderança, para que o jovem seja o evangelizador do jovem.

No mês de novembro do mesmo ano, aconteceu a décima segunda sessão sinodal, assessorada pelo vice-presidente do CELAM, Dom Luciano Mendes Almeida, que seguiu a reflexão sobre o tema da juventude: discípulos de Jesus missionário no mundo: o serviço como transformação para a nova sociedade e compromissos da Pastoral da Juventude.

Dom Luciano provocou sobre a necessidade de a Igreja, que é pequena como um grão de mostarda, agir dentro de um mundo mais amplo, no qual ainda não chegou o Evangelho. O Brasil sendo o país mais católico do mundo sequer conseguiu alimentar o seus famintos.

Muitas vezes parece que a herança que estamos deixando para os jovens é a da desigualdade social em todos os setores: saúde, educação, salários. O jovem abre os olhos para a vida e vê o coração embrutecido pela falta de moral: banalização do sexo, violência, fraudes eleitorais. Isso gera constante decepção no jovem.

“A Igreja não será jovem se o jovem não for Igreja”, citava enfaticamente Dom Luciano.

Dom Luciano ainda exortou a abrir espaços de acolhida para os jovens, a nomear um sacerdote para acompanhá-los, a que a liturgia tenha um rosto mais jovem. Jesus não é alguém de quem se lembra, é uma presença. Ele está no meio de nós. Não somos só seguidores de Jesus, somos seus companheiros e amigos.

Com essas três sessões concluiu-se o terceiro ano sinodal, um ano dedicado ao serviço da juventude, que precisa ser mais considerada e envolvida na vida pastoral da Diocese.

Em 1999, iniciou-se o quarto ano sinodal, intitulado Ano do Testemunho. Seguindo a orientação do Papa João Paulo II, em preparação ao grande jubileu, esse ano foi dedicado a Deus Pai, ao sacramento da reconciliação e à virtude da Caridade.

Das quatro exigências irrenunciáveis da evangelização, segundo a orientação da CNBB, as reflexões giraram em torno do testemunho eclesial.

No início do ano, aconteceu a décima terceira sessão sinodal, assessorada por Dom Antônio Celso Queiroz, sobre a organização interna da Igreja, com presença de quarenta e dois delegados paroquiais. O assessor dividiu sua reflexão basicamente em dois temas principais: o mistério da Igreja e a visibilidade da comunhão. Com a fala de Dom Celso, ficou claro que nossa vida de comunidade e de comunhão na Igreja deve estar valorizada pela conscientização do serviço e da vivência da caridade.

A décima quarta sessão sinodal aconteceu em abril. A assessoria ficou por conta do próprio bispo diocesano, Dom Dadeus Grings, com o auxílio de padres do próprio clero. Dom Dadeus salientou a necessidade de um novo ardor missionário que deve estimular os agentes de pastoral a inovar sempre na organização, diálogo e serviço.

O bispo contou com a ajuda do presbítero Monsenhor Augusto Alves Ferreira, que apresentou uma reflexão sobre a organização da Igreja, que é Povo de Deus enquanto comunidades organizadas em serviços. Ficou bastante evidenciado que dois desses serviços que muito colaboram é que cada comunidade paroquial possua um Conselho de Pastoral Paroquial (CPP) e um Conselho de Assuntos Econômicos (CAEP). Num segundo momento dessa Sessão falou-se da necessidade de comunhão entre o pároco e o vigário paroquial, bem como uma maior integração das pastorais e movimentos na animação conjunta da vida pastoral das paróquias.

Em agosto, aconteceu a décima quinta sessão sinodal que contou com a assessoria do Frei Alberto Beckhauser. Na abertura da sessão foi homenageado Dom Helder Câmara, falecido na noite anterior. Estavam presentes na sessão quarenta e seis delegados das paróquias, e a grande temática da reflexão nessa sessão foi a liturgia.

Frei Alberto, partindo da explanação do que é a liturgia em si, mencionou que, em Santo Domingo, João Paulo II destacou a necessidade de todas as pastorais apoiarem-se na centralidade da liturgia.

Entre as duas sessões que aconteceram em 1999, o clero participou de uma atualização assessorada por Dom Aloisio Lorscheider, sobre a temática da eclesiologia.

No final do ano, aconteceu a décima sexta sessão sinodal, assessorada por Dom Orani João Tempesta, natural desta Diocese, que era o Coordenador Diocesano de Pastoral no início do Sínodo, e que durante o processo foi eleito bispo diocesano de São José do Rio Preto.

Dom Orani partiu de duas questões: qual a finalidade do Sínodo diocesano? E qual seu sonho inicial? A partir desses dois questionamentos o assessor fez uma articulação entre o testemunho e a pastoral orgânica. As diversas pastorais atingirão eficazmente seus objetivos quando estiverem vivamente comprometidas numa pastoral orgânica, evangelizando através do testemunho de comunhão e participação.

Numa segunda e terceira colocação, Dom Orani apresentou o binômio comunhão e missão e a necessidade da comunhão entre as comunidades e os movimentos eclesiais.

No ano 2000 ocorreu a grande conclusão do 1º Sínodo Diocesano da Diocese de São João da Boa Vista. O Sínodo havia sido planejado para quatro anos, esgotando as quatro exigências da ação evangelizadora propostas pela CNBB, no Documento 54: anúncio, diálogo, serviço e testemunho. Sem consulta prévia aos membros sinodais a comissão central decidiu por prolongar o Sínodo por mais um ano, a fim de rever melhor cada uma das exigências e proporcionar possibilidades de levá-las à prática e, sobretudo, completar a caminhada proposta pelo Papa João Paulo II, sobre o grande jubileu para esse ano.

A décima sétima sessão aconteceu em fevereiro e versou sobre a primeira exigência, o anúncio. Foi assessorada pelo pe. João Cândido da Silva Neto, que apresentou sua experiência de coordenação da catequese infantil, que trata do mistério da Palavra de Deus, estando mais ligada à Palavra do que aos sacramentos.

O pe. Durval Cola apresentou sua experiência missionária na Diocese de Rio Branco, e Dom Dadeus Grings discorreu sobre a mística da missão. Toda a pastoral tem um cunho missionário, daí a necessidade da missão eclesial.

Em maio, aconteceu a décima oitava sessão sinodal tratando da exigência do serviço. Dom Dadeus convidou quatro seguimentos da sociedade para ampliar a reflexão: segurança, abordada pelo Tenente José Antônio Darcie; saúde, com o dr. Benedito Carlos Rocha Westin; educação, com a professora Célia Ranzani; e política, com o deputado Sidney Beraldo. A partir da reflexão proposta por esses seguimentos da sociedade, conclui-se a necessidade de maior diálogo entre a Igreja e a sociedade.

A décima nona Sessão deu-se em junho, sendo uma reunião de vários assuntos, sobretudo o encerramento do Sínodo e também a preparação do Congresso Eucarístico Diocesano, precedido dos congressos eucarísticos paroquiais.

No mês de agosto, aconteceu um encontro de atualização do clero com a assessoria teológica de Dom João Braz de Aviz, bispo de Ponta Grossa- PR, com o tema “O evento pascal como evento do crucificado-ressuscitado que se identifica solidariamente com os pobres”.

Por fim, aconteceu a vigésima sessão do Sínodo, conduzida pelo relator sinodal Cônego João Antônio Darcie, com uma síntese de toda a caminhada.

O encerramento aconteceu no dia vinte e seis de novembro, com uma celebração eucarística na qual foram ordenados três diáconos transitórios e dez presbíteros. A grande afluência de fiéis que acorreram às ordenações afunilou o encerramento do Sínodo numa grande participação ao término, estando a Diocese vivendo o Congresso Eucarístico Diocesano. Foi dada a benção do Santíssimo Sacramento e aconteceu uma procissão eucarística.

Foi importante narrar uma síntese da caminhada sinodal pois foi a partir desse Sínodo que aconteceu no final do século XX que a Diocese delineou suas prioridades pastorais para serem trabalhadas nas cidades que a compõem.

Convém ressaltar que o Sínodo Diocesano ocupou um importante papel na caminhada eclesial da Diocese. Foi de fato a grande implantação da eclesiologia do Concílio Vaticano II, pois trouxe uma nova tônica e valorização para o papel dos leigos e leigas, abriu na Diocese um processo de escuta de todos e não somente do clero e ainda lançou a Diocese para a missão.

O que aconteceu para que esse Sínodo não fosse adiante? Aqui, obviamente, ao se propor a responder a essa pergunta, tratar-se-á de uma reflexão parcial da situação. Mas é possível assinalar algumas possibilidades.

Primeiramente, por mais que o Sínodo tenha animado e dinamizado as lideranças leigas, a Diocese possui uma forte marca clerical. O Sínodo foi impulsionado pelo bispo, mas, aqui, cabe um questionamento: o clero abraçou o Sínodo porque acreditava na sua proposta, ou para cumprir um protocolo de “obediência” ao bispo?

O fato de o bispo ter sido transferido não seria o suficiente para parar o caminho sinodal. Pelo contrário, o numeroso clero e as tantas lideranças laicais teriam a possibilidade de continuá-lo. E por que isso não foi feito? Talvez porque não era interessante ao clero dar voz aos leigos, mas sim manter um sistema de dependência destes em relação aos padres. A Diocese aqui revelou uma forte marca clericalista, por meio da qual ela move as suas forças de acordo com o desejo dos padres ou destes em relação ao bispo.

O Papa Francisco tem denunciado constantemente o clericalismo como um mal na Igreja, e de fato essa denúncia é muito plausível, pois ele pode sufocar as dinâmicas das pastorais.

Em 2018, quando o Papa Francisco se encontrou com cinquenta mil jovens no Circo Máximo em Roma, fez uma forte crítica ao clericalismo:

Eu penso muitas vezes em Jesus que bate à porta, mas de dentro, para que o deixemos sair, porque nós, muitas vezes, sem testemunho, o mantemos prisioneiro das nossas formalidades, dos nossos fechamentos, dos nossos egoísmos, do nosso modo de viver clerical. E o clericalismo, que não é só dos clérigos, é um comportamento que diz respeito a todos nós: o clericalismo é uma perversão da Igreja (PAPA FRANCISCO, 11 ago. 2018).

É interessante que, na visão do Papa Francisco, o clericalismo não é algo que nasce somente do clero, mas muitas vezes nasce também dos leigos. Muitas vezes, é cômodo aos leigos ficar na dependência dos clérigos, fazer somente aquilo que é pedido, pois isso exime a necessidade de criatividade, de protagonismo e de responsabilidade.

Por outro lado, a chegada do novo bispo trouxe novas linhas diretivas à Diocese. Essas foram absorvidas sem questionamento nenhum quase que numa total passividade. Os padres e leigos da época talvez não tenham feito um esforço suficiente para fazer valer o longo caminho sinodal. Prevaleceu o desejo de ficar numa zona de conforto, onde não se fez necessário os riscos do protagonismo leigo, os afãs da missão, a escuta atenta da formação e ainda uma sintonia de comunhão com a Igreja no Brasil (CNBB).

O novo projeto trazido por Dom David Dias Pimentel teve praticamente três marcas: a renovação estrutural e financeira da Cúria Diocesana; a construção de um novo seminário para formar os estudantes de Teologia; um forte sacramentalismo litúrgico.

No Brasil, várias Dioceses abraçaram os chamados projetos de gestão eclesial, que lembram sim as responsabilidades fiscais da Diocese enquanto pessoa jurídica, mas, ao mesmo tempo pode implantar uma cultura empresarial que resume tudo no operacional. Na Diocese de São João da Boa Vista adotou-se esse modelo, que chegou a angariar à Diocese o título de “diocese modelo”, por conta de sua organização e gestão econômica. Por muitos anos, foi essa titulação que encheu a Diocese de orgulho, quase não se vendo a necessidade de possuir a mesma excelência na caminhada pastoral.

Esse modelo de gestão tornou a Cúria Diocesana rígida e ao mesmo tempo começou a onerar as paróquias cada vez mais, criando novas taxas e emolumentos.

Com esse processo, mesmo se tratando de uma Diocese com fortes marcas clericalistas, houve um afastamento do clero do governo financeiro da Cúria, o que favoreceu um certo oportunismo de alguns leigos.

Vinte anos depois, a Diocese hoje é modelo de um sistema financeiro falido, estando endividada e mais uma vez fazendo recair sobre as paróquias a quitação de tais endividamentos. São consequências práticas de uma Igreja particular que escolheu pôr a primazia no modelo econômico neoliberal ao invés de investir em bons projetos de evangelização.

Em relação à construção de um novo seminário a Diocese teve um ganho, uma vez que esta pode oferecer aos seus seminaristas a oportunidade de estudar em uma Pontifícia Universidade.

Sobre a forte marca dos ritualismos litúrgicos, o fenômeno que atingiu a Diocese, é mais generalizado uma vez que no pontificado de Bento XVI houve um forte retorno de vestes e gestos rituais. Tratando-se da Diocese de São João da Boa Vista, por ter um grande número de padres e seminaristas, por conta da forte influência dos movimentos europeus, acabou-se por reforçar o clericalismo já bastante presente na Diocese. O clericalismo é um modo de pensar, justificado por uma teologia, e ele pode ser reforçado por meio de sinais externos ligados à liturgia que sacralizam o ser sacerdotal em detrimento do sacerdócio comum dos fiéis.

O projeto do Sínodo Diocesano passou por uma lacuna de mais de duas décadas, pois o bispo que animou todo o processo sinodal, Dom Dadeus Grings, foi transferido para a arquidiocese de Porto Alegre, e o novo bispo não permitiu que o processo sinodal continuasse. Desse modo, foi a partir da emeritidade do sucessor imediato de Dom Dadeus que o novo bispo retomou a caminhada sinodal, porém agora como novas luzes: a teologia da pastoral urbana, que se desenvolveu muito nas duas primeiras décadas do século XXI e no pontificado do Papa Francisco.

4.3 A EVANGELIZAÇÃO NAS CIDADES DA DIOCESE PARTINDO DOS JOVENS, FAMÍLIAS E POBRES

O que contribuiu para que a Diocese de São João Boa Vista retomasse seu projeto de evangelização? Além da nomeação de um novo bispo, Dom

Antônio Emídio Vilar, que trouxe consigo uma vasta experiência pastoral da região amazônica, onde fora bispo por nove anos, com certeza outro fator fundamental foi o pontificado do Papa Francisco, que provocou a Igreja para ir além das suas estruturas. Em sintonia com ele as Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, propostas pela CNBB. Portanto, antes de adentrar no projeto evangelizador da Diocese de São João da Boa Vista faz-se necessário percorrer, mesmo que de forma muito abreviada, as principais marcas pastorais do magistério do Papa Francisco e seus reflexos na Igreja no Brasil.

4.3.1 A evangelização a partir do modelo de Igreja do Papa Francisco

O pontificado do Papa Francisco inaugura novas perspectivas pastorais com sua conhecida expressão: “Igreja pobre para os pobres” (VATICAN NEWS). O Santo Padre faz-nos retornar ao mistério da Encarnação, do Deus que se fez pobre e sempre se aproximou dos pobres e marginalizados.

A partir dessa interpelação, cada cristão é chamado a ser instrumento de Deus no serviço, na libertação e na promoção dos pobres, para que possam integrar-se plenamente na sociedade. Isso supõe docilidade para ouvir o clamor dos vulneráveis e socorrê-los.

Basta recordar o terceiro capítulo do livro do Êxodo: “Eu bem vi a opressão do meu povo que está no Egito e ouvi o seu clamor, conheço seus sofrimentos e desci a fim de os libertar. Agora te envio, vai e liberta o meu povo” (Ex 3,7-14).

A Igreja em todos os tempos reconheceu a exigência de ouvir esse clamor dos povos, e a partir da graça recebida no batismo assume o compromisso de ser povo sacerdotal, profético e pastoral. Essa é a missão de toda a igreja e não de uma minoria mais engajada.

Ao ouvir o clamor dos pobres a Igreja está dando uma resposta a interpelação de Jesus: “dai-lhes vós mesmos de comer”. Essa resposta se dá a cada dia com gestos de solidariedade, mas se dá também na cooperação da promoção de soluções das causas estruturais da pobreza. O Papa Francisco tem ajudado a desenvolver uma nova mentalidade que pense em termos de comunidade, na qual se valorize a vida e a comunhão dos bens.

Vale lembrar o memorável discurso de abertura do V CELAM feito pelo hoje Papa emérito Bento XVI: “A opção pelos pobres é mais que uma categoria cultural, política ou filosófica, ela é uma forma especial de prioridade na prática da caridade cristã. Está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza”.

Para implementar tal modelo de Igreja é preciso uma contínua conversão pastoral. Conversão que gere pastores com cheiro de ovelhas e que gere ovelhas protagonistas e comprometidas com a causa do Reino.

a) Conversão Pastoral: Igreja, sinal de comunhão

A conversão pastoral precisa gerar uma Igreja-comunhão. A Igreja, como se afirma no Símbolo da fé, é “una”, pois tem uma só fé, uma só vida sacramental, uma única sucessão apostólica, uma comum esperança e uma mesma caridade. Assim se descobre que a Igreja é uma só para todos não existe uma igreja para um gueto, mas existe uma família de fé, que, mesma espalhada no mundo, ou nas paróquias de nossas Dioceses, está unida num só corpo e num só espírito.

Outra constatação é que a Igreja comunhão precisa nos converter de todo o tipo de fragmentação, vai se afirmando mais o que divide do que aquilo que une. É preciso humildade para curar com paciência e sacrifício as feridas da divisão.

É importante ressaltar que unidade não é fruto de um consenso primário, nem mesmo de uma democracia interna, nem de esforço de sintonias. A unidade é fruto de uma fecunda abertura ao Espírito Santo. Ele pode expurgar do seio da Igreja as divisões e criar novos laços de comunhão.

Na sua primeira encíclica, *Lumen fidei*, o Santo Padre recorda que:

Hoje poderá parecer realizável a união dos homens com base num compromisso comum, na amizade, na partilha da mesma sorte com uma meta comum; mas sentimos muita dificuldade em conceber uma unidade na mesma verdade; parece-nos que uma união do gênero se oporia à liberdade do pensamento e à autonomia do sujeito. Pelo contrário, a experiência do amor diz-nos que é possível termos uma visão comum precisamente no amor: neste, aprendemos a ver a realidade com os olhos do outro e isto, longe de nos empobrecer, enriquece o nosso olhar. O amor verdadeiro, à medida do amor divino,

exige a verdade e, no olhar comum da verdade que é Jesus Cristo, torna-se firme e profundo. Esta é também a alegria da fé: a unidade de visão num só corpo e num só espírito (LF 47).

b) Conversão pastoral: Igreja, sinal de acolhida

A conversão pastoral passa pela acolhida. Cristo amou a todos e entregou-se por todos. Nesse caminho de conversão, é preciso que todos se reconheçam pecadores. Por isso, a Igreja precisa fazer uma opção concreta de acolhida: uma Igreja que não rejeita os pecadores, mas mostra um rosto terno reconciliador. A Igreja ao tornar-se casa que acolhe precisa recordar-se dos vários rostos do Cristo pobre e sofrido presente no mundo: os tóxico-dependentes, os migrantes, os moradores de rua, os povos indígenas, os refugiados, as mulheres vítimas da violência, as crianças que crescem sem acesso à educação, os portadores de necessidades especiais, os encarcerados e tantos outros rostos que infelizmente fazem esta lista ser tão grande.

Para fazer esse caminho, é preciso beber na fonte da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, justamente quando o Santo Padre afirma a conversão pastoral vivida na comunhão da Igreja:

A pastoral em chave missionária exige o abandono deste cómodo critério pastoral: 'fez-se sempre assim'. Convido todos a serem ousados e criativos nesta tarefa de repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores das respectivas comunidades. Uma identificação dos fins, sem uma condigna busca comunitária dos meios para os alcançar, está condenada a traduzir-se em mera fantasia. A todos exorto a aplicarem, com generosidade e coragem, as orientações deste documento, sem impedimentos nem receios. Importante é não caminhar sozinho, mas ter sempre em conta os irmãos e, de modo especial, a guia dos Bispos, num discernimento pastoral sábio e realista (EG 33).

c) Conversão pastoral: Igreja, sinal de harmonia e respeito à criação

A conversão pastoral passa pela construção da Casa Comum em harmonia com o projeto do Criador.

Contemplando as problemáticas ecológicas, cabe perguntar: o que Deus tem a ver com as questões ambientais e ecológicas? A plausibilidade dessa pergunta leva a uma análise sistemática da ecologia a luz da fé cristã.

Tal análise põe em relevo o ser humano moderno e a sua construção paradigmática a partir do cristianismo, não podendo descartar a tensão relacional entre a pessoa humana criada e as coisas criadas, e consequentemente com o Criador.

Entende-se que a articulação entre teologia e ecologia serve para provocar uma ampliação do interesse pela questão ambiental, e pode ser uma pedagogia interessante para despertar nos homens e mulheres a consciência do Deus Criador e a necessidade não só de respeitar a criação, mas de relacionar-se com ela, passando-se de uma sociedade antropocêntrica para uma sociedade “sociocósmica e biótica.

A encíclica do Papa Francisco, *Laudato Si*, também propõe uma abordagem ecológica integral: todas as coisas e seres do mundo como realidades interrelacionadas, formando um grande todo. Não se pode falar de ecologia ambiental adequadamente sem falar de ecologia humana, de economia, de justiça social, de ética. Como lembra o Papa na encíclica, “o grito da terra é também o grito dos pobres”. Com efeito, quando não se cuida do todo e não se cuida do meio ambiente, quem mais sofre as consequências são os mais vulneráveis, os pobres.

A degradação da “casa comum” é decorrente da ganância desmedida, da injustiça, da voracidade produtivista e consumista, as quais não só retiram da natureza mais do que é necessário para viver e do que ela pode dar, como também produzem lixo e poluição que a destroem. A degradação humana, a degradação ética e a degradação ecológica estão intimamente ligadas.

Convém ressaltar que o tema da ecologia foi tratado em quatro das cinco Conferências Episcopais Latino-Americanas e em cinco Campanhas da Fraternidade promovidas pela CNBB, e já descortina na reflexão do próximo ano ao tratar da temática dos biomas.

Com efeito, o desenvolvimento de uma sociedade pacífica toda comunal passa pelo meio ambiente, e isso não é possível sem atitudes coordenadas e baseadas na ética da comunhão, da alteridade, do reconhecimento do ser humano como meu irmão.

Assim como a Trindade é toda comunhão, o ser humano à sua imagem e semelhança imita nos seus relacionamentos essa forma de comunhão toda

trinitária. Trata-se de uma comunhão com toda a raça humana, mas também com todo o cosmo criado por Deus.

Na *Laudato si*, o Papa Francisco recorda-nos que cuidar da casa comum é uma questão de fraternidade; é a medida para sabermos o quanto consideramos o outro nosso irmão:

“Não pode ser autêntico um sentimento de união íntima com os outros seres da natureza, se ao mesmo tempo não houver no coração ternura, compaixão e preocupação pelos seres humanos. É evidente a incoerência de quem luta contra o tráfico de animais em risco de extinção, mas fica completamente indiferente perante o tráfico de pessoas, desinteressa-se dos pobres ou procura destruir outro ser humano de que não gosta. Isto compromete o sentido da luta pelo meio ambiente. Não é por acaso que São Francisco, no cântico onde louva a Deus pelas criaturas, acrescenta o seguinte: ‘Louvado sejas, meu Senhor, por aqueles que perdoam por teu amor’. Tudo está interligado. Por isso, exige-se uma preocupação pelo meio ambiente, unida ao amor sincero pelos seres humanos e a um compromisso constante com os problemas da sociedade” (LS 91).

d) Conversão Pastoral: Igreja e o cuidado da família

A conversão pastoral precisa dar o devido espaço à família. Nem o casal nem a família vivem em um vácuo. Os membros de cada um desses pequenos núcleos, além de interagirem entre si, estão inseridos numa sociedade, que, por sua vez, se encontra em constante transformação. No intercâmbio com as estruturas socioeconômicas, culturais e religiosas, também as próprias pessoas estão sendo modificadas. E as pessoas, por sua vez, mudam a sociedade.

O Papa Francisco pede um esforço evangelizador e catequético dirigido à família, além de uma conversão missionária de toda a Igreja, para que não se fique “em um anúncio meramente teórico e desvinculado dos problemas reais das pessoas”. A Pastoral Familiar deve fazer experimentar que o Evangelho da família responde às expectativas mais profundas da pessoa humana, como se pode contemplar com clareza na Exortação *Amoris Laetitia*:

Por isso exige-se a toda a Igreja uma conversão missionária: é preciso não se contentar com um anúncio puramente teórico e desligado dos problemas reais das pessoas. A pastoral familiar ‘deve fazer experimentar que o Evangelho da família é resposta às expectativas mais profundas da pessoa humana: a sua dignidade e plena realização na reciprocidade, na comunhão e na fecundidade. Não se trata apenas de apresentar uma normativa, mas de propor valores, correspondendo

à necessidade deles que se constata hoje, mesmo nos países mais secularizados'. De igual modo "sublinhou-se a necessidade duma evangelização que denuncie, com desassombro, os condicionalismos culturais, sociais, políticos e econômicos, bem como o espaço excessivo dado à lógica do mercado, que impedem uma vida familiar autêntica, gerando discriminação, pobreza, exclusão e violência. Para isso, é preciso entrar em diálogo e cooperação com as estruturas sociais, bem como encorajar e apoiar os leigos que se comprometem, como cristãos, no âmbito cultural e sociopolítico (AL 271).

e) Conversão Pastoral: o cuidado da juventude

"Cristo vive: é Ele a nossa esperança e a mais bela juventude deste mundo! Tudo o que toca torna-se jovem, fica novo, enche-se de vida" (CV, 01). Com essas palavras o Papa Francisco iniciou sua Exortação Pós-Sinodal "Cristo vive". A exortação é dividida em nove capítulos, que abordam desde o que a Palavra de Deus diz sobre os jovens até o discernimento vocacional. Na conclusão, o Papa apresenta o seguinte desejo:

"Queridos jovens, ficarei feliz vendo-vos correr mais rápido do que os lentos e medrosos. Correi 'atraídos por aquele Rosto tão amado, que adoramos na sagrada Eucaristia e reconhecemos na carne do irmão que sofre. O Espírito Santo vos impulse nesta corrida para a frente. A Igreja precisa do vosso ímpeto, das vossas intuições, da vossa fé. Nós temos necessidade disto! E quando chegardes aonde nós ainda não chegamos, tende a paciência de esperar por nós" (CV 229).

Esse documento constituiu para o futuro próximo a carta magna da pastoral juvenil e vocacional nas várias comunidades eclesiais, todas marcadas – ainda que de modos diferentes, segundo as diferentes latitudes – por uma profunda transformação da condição juvenil.

A Exortação começa expressando a intenção de abrir um diálogo com os jovens e dentro dela alterna passagens em que se dirige diretamente ao leitor e outras de discurso indireto. O Papa Francisco não separa os jovens do resto da Igreja, mas através deles pretende dirigir-se a todos os cristãos.

O objetivo é começar deixando espaço ao que emerge quando a Palavra de Deus encontra os jovens e interage com as relações que eles tecem entre si, dentro das famílias, das comunidades e das sociedades. Só assim os eventos poderão desdobrar seu significado e oferecerão estímulos para um

discernimento que visa reconhecer a vontade de Deus não no abstrato, mas na concretude da história e até da vida cotidiana.

Por isso, a proposta do Papa Francisco é aquela da complementaridade e do diálogo entre gerações, projetando a experiência dos Padres Sinodais para um nível universal: "neste Sínodo experimentamos que a corresponsabilidade vivida com os jovens cristãos é fonte de profunda alegria também para os bispos. Nesta experiência reconhecemos um fruto do Espírito que renova continuamente a Igreja" (PAPA FRANCISCO, 27/10/2018).

4.3.2 A evangelização a partir das Diretrizes da CNBB

A missão da Igreja é evangelizar. Evangelizar é oferecer ao mundo o próprio Jesus. A ação evangelizadora da Igreja não é uma experiência que nasce do vácuo ou de uma criatividade obsoleta. Ela nasce do encontro pessoal com Jesus de Nazaré, ele é o Evangelho e ao mesmo tempo o evangelizador por excelência.

O Evangelho chega até nós por meio da Igreja, e a fé cristã é individual no sentido da adesão de cada pessoa. Porém, não é uma experiência que se faz sozinho, isolado. A fé cristã é vivida no seio de uma comunidade, esse é o ambiente favorável para a maturação do cristão.

A Igreja no Brasil, por meio de sua Conferência episcopal (CNBB), tem feito um caminho muito interessante para propor às nossas comunidades a vivência do Evangelho. Esse caminho passa por um olhar profundo para a Igreja primitiva como que uma tentativa de responder à pergunta: como os cristãos dos primeiros anos da Igreja viviam a fé?

Quando o episcopado se propõe a responder a essa indagação, vai por consequência redescobindo o essencial da vivência da fé em comunidade. Esse essencial era como que colunas que sustentavam a vida comunitária. Se é assim, o que eram as colunas daqueles tempos devem hoje ser as colunas dos nossos tempos.

A descoberta primeira é fazer memória da Igreja como Casa. As primeiras comunidades cristãs se reuniam na casa, esta era o espaço da comunidade. Hoje, dois milênios depois, mesmo que nos reunamos em templos, não podemos perder o espírito de familiaridade, de uma Igreja que é casa e escola de

comunhão, lugar para todos se achegarem e se sentirem amados, incluídos, escutados e acompanhados.

O objetivo geral da Ação Evangelizadora desse quadriênio é: anunciar a alegria do Evangelho no Brasil cada vez mais urbano, e formar discípulos em comunidades de fé, para sair em missão rumo às periferias existenciais, em solidariedade com os pobres, sofridos e abandonados, no cuidado da Casa Comum, testemunhando o Reino de Deus, até à plenitude (DGAE 2019-2023, p. 13).

Especialmente diante da cultura urbana, cada vez mais abrangente, as novas diretrizes estão estruturadas a partir da imagem da comunidade cristã como “casa”, “construção de Deus” (1Cor 3,9). No centro, como eixo, está a Comunidade Eclesial Missionária, sustentada por “quatro pilares”: Palavra, Pão, Caridade e Missão. Em cada um deles, as antigas urgências são reagrupadas e permanecem mostrando sua atualidade:

- Pilar 1: Palavra – Iniciação à Vida Cristã e Animação Bíblica;
- Pilar 2: Pão – Liturgia e espiritualidade;
- Pilar 3: Caridade – Serviço à vida plena;
- Pilar 4: Missão – Estado permanente.

Essas Diretrizes foram elaboradas para ajudar a Igreja no Brasil a responder, durante os próximos quatro anos, aos desafios evangelizadores num mundo e num país cada vez mais urbanos. São desafios humanos e religiosos, sociais e políticos, culturais e ambientais que atingem a todos, em todas as partes, indistintamente. Como resposta inculturada a esses desafios, as Diretrizes destacam, de modo central, a importância das comunidades missionárias, com a imagem da casa, sustentada sobre pilares (DGAE 2019-2023 n.203 ss).

A Igreja no Brasil, em sua ação evangelizadora, assume o compromisso de formar comunidades que vivam como Casa da Palavra, do Pão, da Caridade e da Missão. Nelas, as pessoas, movidas pelo Amor da Trindade Santa, vivenciam e testemunham a comunhão fraterna, como em família, entre amigos, irmãos na fé, companheiros de jornada nas estradas da vida, peregrinando rumo à Pátria Definitiva. Como casa, as comunidades que queremos são espaços do encontro e da ternura, o lugar da família, que têm suas portas abertas.

4.3.3 A evangelização na Diocese a partir dos jovens, das famílias e dos pobres³

Uma vez que foi possível vislumbrar as marcas pastorais do pontificado do Papa Francisco e seus reflexos no magistério do episcopado brasileiro, agora é possível lançar um olhar para o Plano de Pastoral da Diocese de São João da Boa Vista, que é uma retomada dos trabalhos do Sínodo Diocesano.

Na Diocese de São João da Boa Vista, aconteceu, no ano de 2017, uma Assembleia Diocesana de Pastoral, que, partindo dos trabalhos do 1º Sínodo Diocesano (1996-2000), definiu três eixos pastorais prioritários que devem percorrer horizontalmente toda a pastoral diocesana. São eles: juventude, famílias e os pobres.

a) Um ano para a juventude

No ano de 2018, a Igreja Católica, em comunhão com o Santo Padre, o Papa Francisco, viveu um tempo de graça por ocasião do Sínodo dos Bispos que refletiu sobre: “os jovens, a fé e o discernimento vocacional”.

O Sínodo foi uma oportunidade para ver e conhecer a realidade juvenil, ouvir seus clamores, sugestões e esperanças e, em conversão pastoral, oportunizar à juventude o “sair”, para que sejam sal e luz.

No ano de 2019 a Diocese no seu projeto de evangelização procurou voltar o olhar para a juventude guiada pelo espírito de sinodalidade que vem sendo plantado na Igreja pelo Papa Francisco, no qual o elemento mais importante é o da escuta. A escuta é o primeiro e mais grave serviço pastoral que podemos prestar à nossa Igreja particular. Disse o Papa Francisco aos jovens por ocasião da preparação do Sínodo: “Também a Igreja deseja colocar-se na escuta da vossa voz, da vossa sensibilidade, da vossa fé; até mesmo das vossas dúvidas e das vossas críticas [...]. Fazei ouvir o vosso grito, deixai-o ressoar nas comunidades e fazei-o chegar aos pastores”.

Foi organizada uma escuta diocesana da seguinte maneira:

³ Baseado no Plano Diocesano de Pastoral 2019-2023.

- a) Escuta dos jovens por meio do método SWOT em sintonia com o Projeto IDE da Comissão Episcopal Pastoral da Juventude da CNBB;
- b) Escuta sobre os jovens nos Conselhos Paroquias de Pastoral – CPP;
- c) Escuta das foranias por meio de uma noite de reflexão e atenção sobre a realidade da juventude;
- d) Escuta diocesana por meio da Assembleia Diocesana do Setor Diocesano da Juventude (SDJ);
- e) Formação diocesana do Clero (durante o dia) e das lideranças leigas (à noite) sobre o Sínodo da Juventude, com Dom Eduardo Pinheiro, bispo de Jaboticabal e Padre Sinodal do Sínodo da juventude.

A pedido do Papa Francisco, a Diocese propôs-se a ouvir da juventude suas alegrias e esperanças, seus anseios e desafios.

Para isso serviu-se da ajuda do Setor Diocesano de Juventude (SDJ), que enviou uma proposta para todos os grupos e expressões juvenis presentes da Diocese. Posteriormente, a Comissão Diocesana do SDJ tabulou os resultados em vista da apresentação de uma síntese às quatro foranias e à Assembleia Diocesana do Setor Diocesano da Juventude.

A escuta deu-se em sintonia com o Projeto IDE da Comissão Episcopal Pastoral da Juventude da CNBB, que se serve do método SWOT.

SWOT é a sigla dos termos ingleses *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças), que consiste em uma ferramenta de análise bastante popular no âmbito empresarial. A Análise SWOT é um importante instrumento utilizado para planejamento estratégico, que se constitui no recolhimento de dados importantes que caracterizam o ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças). Graças à sua simplicidade, pode ser utilizada para qualquer tipo de análise de cenário.

Os jovens analisaram sua realidade interna (ambiente intereclesial) – olhar dentro:

- a) Forças (Quais são os nossos pontos fortes? / O que está sendo bom e tem nos ajudado?);
- b) Fraquezas (Quais nossos pontos fracos? O que não está sendo bom? O que não está nos ajudando?).

Também será analisada a realidade externa (ambiente social) – olhar para fora:

- c) Oportunidades (Que oportunidades a sociedade está nos oferecendo?);
- d) Ameaças (O que está presente na sociedade e nos ameaça?).

O Setor Diocesano da juventude recolheu essa escuta e fez uma tabulação que depois foi apresentada na Assembleia Diocesana do SDJ.

As comunidades paroquias também ofereceram sua contribuição nesse Ano Diocesano da Juventude por meio de uma escuta nos Conselhos de Pastoral Paroquial. Aos jovens foi dada a oportunidade de saber o que as lideranças pastorais mais maduras da Diocese pensam sobre sua atuação nas comunidades. Aqui acontece um intercâmbio das gerações de agentes pastorais.

Esse processo se deu por meio de um pequeno questionário que servirá de instrumento para provocar o diálogo nas lideranças pastorais de nossas paróquias.

As respostas do questionário foram enviadas à Secretaria Diocesana de Pastoral e depois tabuladas pelo Coordenador Diocesano de Pastoral e pelo assessor do SDJ, e foram apresentadas às Foranias e na Assembleia diocesana do SDJ.

O questionário constou das seguintes perguntas:

- a) Qual têm sido a participação e a valorização da juventude nos espaços pastorais de nossa paróquia?
- b) Quais os pontos fracos que percebemos na acolhida dos jovens nos espaços pastorais de nossa paróquia?
- c) Olhando para os bairros que compõem nossa paróquia, que oportunidades e espaços estão sendo oferecidos aos jovens (estudo, esporte, emprego, lazer)?
- d) Olhando para os bairros que compõem nossa paróquia, quais as ameaças que mais fragilizam os nossos jovens (drogas, violência, homicídio, suicídio, desemprego)?

Cada Forania foi chamada para uma noite de comunhão fraterna onde se escutou e celebrou a juventude. Essa noite foi uma oportunidade de viver a sinodalidade proposta pelo Papa Francisco. Participaram dessa noite: o bispo

diocesano, o coordenador diocesano de pastoral, assessor diocesano do SDJ, o vigário forâneo, os párocos e vigários paroquiais, representação dos jovens de todas as paróquias, representação do CPP de todas as paróquias, representação dos religiosos e novas comunidades presentes nas foranias e coordenadores forâneos de pastoral.

O ponto auge do Ano da juventude foi a Assembleia de um dia em que estiveram presentes representantes de todos os grupos juvenis de nossa Diocese. Na parte da manhã foi apresentado aos jovens as escutas feitas na Diocese (grupos juvenis e CPP, noites das foranias), bem como a retomada dos eixos do Projeto IDE da Comissão Episcopal Pastoral da Juventude da CNBB, que já estavam sendo vivenciados na Diocese. Na parte da tarde, os jovens desenharam um plano de atividades para os anos posteriores, tentando responder aos apelos surgidos na escuta diocesana. A responsabilidade da preparação da Assembleia foi do Setor Diocesano de Juventude, em comunhão com o Bispo Diocesano e o Colegiado de Pastoral.

A Pastoral Presbiteral e o Colegiado de Pastoral da Diocese ofereceram um dia de formação ao clero e uma noite de formação às lideranças leigas com Dom Eduardo Pinheiro, bispo diocesano de Jaboticabal e Padre Sinodal no Sínodo dos Jovens. As contribuições desse Ano da Juventude foram importantes para a Diocese pois ajudaram a fazer uma leitura das diversas juventudes presentes na Diocese.

Considerando-se que a Diocese de São João da Boa Vista é uma Diocese com mais de seiscentos mil habitantes, hoje ela atinge em média um público de quatro mil jovens, por meio das pastorais, movimentos eclesiais, Novas Comunidades e participação nos sacramentos.

Esse grupo já tem uma predisposição em acolher a mensagem da Igreja, e ainda aqueles que estão mais engajados nas realidades eclesiais atribuem muito da sua formação à influência da internet, seguindo perfis de padres ou leigos que apresentam uma visão bastante dogmática da teologia, somada às fortes marcas da teologia moral, que acabam por contribuir para uma relação formal com o sagrado e muitas vezes marcada pelo excessivo temor de Deus.

Existe na Diocese uma dificuldade de se atingir os jovens que estão fora da Igreja. A linguagem e a acolhida são bastante tímidas, e há ainda o reforço constante da moral. Não se abre espaços para a discussão de temas que

interessam à juventude, principalmente aqueles que tocam a sexualidade e a afetividade.

No campo da reflexão teológica, existe um forte acento na piedade e na devoção. É muito comum ver nos grupos de jovens noites de adoração ao Santíssimo Sacramento, momentos de piedade mariana, *workshop* da vida dos santos e santas. Porém, é quase imperceptível espaços de reflexão madura sobre os temas da fé e sua relação com a razão, uma abertura para se pensar a sexualidade humana e formatos que vão além da moral casuística, e ainda existe uma total amnésia das reflexões sobre os temas da doutrina social da Igreja.

Em contrapartida, apesar dessa perspectiva pastoral, é muito perceptível nos jovens a sensibilidade para projetos caritativos. Eles sempre estão envolvidos em campanhas e projetos de ajuda a realidades sociais mais sensíveis. Talvez essa fosse uma porta de entrada para ajudar os jovens se abrir para as realidades extra eclesiais, porém não só na forma caritativa, mas pensando na transformação da realidade por meio de políticas públicas eficazes.

Ainda se faz necessário criar caminhos de abertura para os jovens escutarem e acolherem outros jovens que vivem e pensam fora dos “muros” da Igreja. Essa dinâmica pode construir caminhos autênticos de diálogo, inclusive o ecumênico e o inter-religioso.

Por fim, deve-se preparar jovens que sejam lideranças positivas no agora e no futuro próximo com os leigos e leigas engajados, como presbíteros e consagrados, como profissionais liberais, sujeitos das políticas públicas que colaborem para a melhoria da vida eclesial e social.

b) Um ano para a família

No ano de 2020 – e depois prorrogado para 2021 por conta da Pandemia – voltou-se o olhar para a família, guiado pelo espírito de sinodalidade, que vem sendo plantado na Igreja pelo Papa Francisco a partir da Exortação *Amoris Laetitia*, no qual os elementos mais importantes são a escuta, o discernimento e o acompanhamento.

O matrimônio sacramental dos cristãos, num primeiro nível, proclama, vive e celebra a comunhão íntima de vida e de amor entre o homem e a mulher. A um nível mais profundo, a comunhão de vida e de amor entre o homem e a

mulher explicitam e manifestam a comunhão íntima de vida e de amor e de graça que une Cristo e o seu povo, a Igreja.

Diante dos desafios destes tempos nos quais a avalanche de informações traz consigo muitas deformações teológicas, doutrinárias e morais, faz-se necessário escutar um grande clamor para que se tenha um mesmo linguajar e crença e não relativismos teológicos, doutrinários e morais. Não se trata de abolir a reflexão, e sim de ter parâmetros e respostas concretas que não leve ao relativismo quanto à família. Tal obstáculo não pode ser superado se não houver dois meios necessários que irão ao encontro da necessidade de nosso povo: catequização (formação) e fé (dom e adesão às verdades da Igreja).

Para viver bem essa realidade, foi proposto o Ano Diocesano da Família, com os seguintes eixos temáticos:

Primeiro eixo temático: História do matrimônio; Bíblia; Magistério;

Segundo eixo temático: Moral matrimonial e bioética (vida, sexualidade e teologia do corpo);

Terceiro eixo temático: Desafios atuais; Pastoral Judicial; Casos especiais (casais de segunda união, homoafetividade);

Quarto eixo temático: Preparação dos noivos para o matrimônio.

Cada um desses momentos foi acompanhado de:

- Roda de Conversa: um encontro com casais representantes das paróquias coordenado por membros da Equipe Diocesana do Ano da Família, no qual aconteceu uma roda sobre o eixo temático em questão, levanto problemáticas e questões para o encontro com o assessor;

- Encontro com o assessor: para cada eixo temático organizou-se um encontro diocesano com um assessor especialista no assunto. Nesse encontro, além da palestra oferecida foi possível um diálogo com o assessor a partir das rodas de conversa;

- Escuta Paroquial: após cada assessoria, os representantes paroquiais puderam encontrar-se com outros casais ou com os CPPs para um repasse da assessoria recebida, juntamente com um questionário correspondente ao eixo temático. Esses questionários serviram de base para a Assembleia Diocesana de Pastoral;

- Encontro com as equipes da preparação dos noivos: diferente dos primeiros três eixos temáticos, no caso da preparação para os noivos foi feito um

dia de formação específico desse tema, com os agentes pastorais que realizam essa missão em suas comunidades, e ainda a partir desse encontro iniciou-se o plano piloto de unificação do projeto diocesano de formação dos noivos.

- Semana da família: organizou-se para celebrar a semana da família com um subsídio diocesano que contemplou os eixos vividos ao longo do Ano Diocesano, de modo que se concluíram as semanas da família paroquiais com a grande Jornada Diocesana.

- Jornada Diocesana das Famílias e da Defesa da Vida: o objetivo desse encontro foi promover um momento celebrativo e público para mostrar a beleza da família cristã e o compromisso com a defesa da vida.

- Assembleia Diocesana de Pastoral: com a Assembleia coroou-se o Ano Diocesano da Família, reunindo as três escutas feitas nas paróquias a partir dos três eixos temáticos e do projeto diocesano para a preparação dos noivos.

O Ano da Família foi o mais desafiador para a Diocese, pois passou pelo desafio da Pandemia. Muitos encontros presenciais não puderam acontecer, sem contar a fragilidade das pessoas que vivenciaram a pandemia. Inclusive, nesse ano o casal coordenador do setor família perdeu a única filha. Foi um ano em que muito mais do que seguir um cronograma de atividades fez-se necessário o cuidado pastoral das famílias: acolhendo, escutando, acompanhando e consolando.

A família está passando por um processo constante de mudanças. No interior de São Paulo, onde está localizada a Diocese de São João da Boa Vista, a realidade familiar sempre existiu, por uma forte tradição da família nuclear, até a década de sessenta, com um grande número de filhos.

Até o início do século XXI, as forças pastorais da família na Diocese eram marcadas pelo Encontro de Casais com Cristo, caracterizado por um encontro de final de semana com marcas querigmáticas, que depois formava núcleos de encontros que duravam muitos anos. Ainda, a presença dos movimentos eclesiais também é responsável pela formação das famílias na Diocese.

As estruturas existentes acabam por ter capacidade de acompanhar somente as famílias nucleares que vivem a fé. Contudo, com o crescente número de divórcios, segundas uniões, casais homoafetivos, filhos homoafetivos, toxicodependência, distanciamento da religião entre tantos outros aspectos que

têm marcado as famílias hoje, é preciso como Diocese fazer esta pergunta: que espaços existem na Igreja particular para acolher essas realidades que envolvem a família?

Faz-se necessário pensar em modos de escuta, acompanhamento e acolhida. Só depois desse passo é possível falar da doutrina cristã acerca da família, e mesmo assim apresentar uma moral discernida que supere todo o casuísmo.

É preciso, ainda, além do olhar para as realidades espirituais e afetivas da família, lançar um olhar para a dimensão social, pois muitos desafios familiares nascem da falta de recursos elementares como saúde, emprego, educação, moradia digna. Não se pode ser a Igreja que fala de um Cristo que não desça até essas realidades.

A atuação pastoral da Igreja deve: levar as famílias a um caminho em que aprendam a acolher e tolerar as diferenças existentes dentro da própria casa; ensinar os casais a lidar com a crise do amor que, muitas vezes, pode ser reacendido, mas também que, muitas vezes, com muita honestidade é preciso reconhecer que chegou ao fim; orientar as famílias que elas precisam torna-se lugar de respeito, e que, portanto, nenhum tipo de violência pode ser legitimado, pois a violência sempre será um crime e sempre precisará ser combatida; além disso, é preciso superar uma visão antiquada de que Pastoral Familiar é uma pastoral feita com casais unidos em matrimônio. Ou seja, a Pastoral Familiar deve ampliar sua capacidade de acolher as pessoas que vivem circunstâncias diversas do sacramento do matrimônio.

O Ano da Família na Diocese de São João da Boa Vista, com certeza, não foi realizado para se chegar a conclusões, mas para ajudar a comunidade diocesana se perguntar sobre quais portas devem abertas.

c) Um Ano sociotransformador

No Ano de 2022, a Diocese quis dar passos no caminho da evangelização organizando os serviços, de modo que garantam a vivência de uma dimensão essencial da missão da Igreja, a prática do amor aos pobres e a todas as pessoas que sofrem injustiças, assumindo com nova força essa opção pelos pobres, manifestando que todo o processo evangelizador envolve a promoção humana

e autêntica libertação sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade (DAP 399).

Nesse ano, a caminhada histórica da Diocese também foi marcada por uma transferência de bispo. Dom Antônio Emídio Vilar, quinto bispo diocesano foi transferido no início do ano 2022 para a Diocese de São José do Rio Preto. Assim sendo, o projeto do ano sociotransformador foi vivido dentro da sede vacante, sob a condução do Administrador Diocesano, pe. João Cândido da Silva Neto.

O fato de se estar em sede vacante e se na espera do novo bispo tornou as iniciativas pastorais um pouco mais arrefecidas, porém isso não impediu que a Diocese se organizasse para vivenciar tal experiência.

O Ano Sociotransformador decorreu do seguinte modo:

- Articulação das Pastorais Sociais da Diocese: desenvolvendo uma parceria que envolve um projeto pastoral orgânico entre as pastorais: da Saúde, da Criança e da Pessoa Idosa;

- Formando consciência por meio da Escola de Fé e Política: incentivando cristãos, leigos e leigas, para a missão política, favorecendo a aquisição de competência e habilitação para agir no complexo campo da política, participando da construção de uma sociedade justa e solidária, à luz da Doutrina Social da Igreja e das Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil;

- Fortalecendo o diálogo com a sociedade civil: por meio do Conselho Diocesano de Leigos, ampliando cada vez mais os encontros que visam favorecer o diálogo da Igreja diocesana com as instâncias da sociedade civil nela presente;

- Momentos de formação: ao longo desse ano se ofereceu momentos de formação em nível de forania e Diocese sobre os temas relevantes da Doutrina Social da Igreja e do magistério do Papa Francisco;

- A constituição de Diaconias: a Diocese tem dado passos firmes preparando candidatos para receber a ordem do diaconato. O diácono possui uma tríplice missão: o anúncio da Palavra, o serviço da liturgia e o serviço da caridade. Sendo a caridade um dos pilares da missão diaconal, serão constituídas diaconias para o serviço os pobres;

- Noites de escuta nas foranias: ao longo do ano, o Administrador Diocesano visitou as quatro foranias da Diocese para um momento de escuta acerca das realidades sociais da Igreja particular. Esse instrumento serviu de ferramenta para a Assembleia Diocesana de Pastoral;

- Atividade Comum: o Papa Francisco instituiu o Dia Mundial do Pobre. Nesse dia, as comunidades foram chamadas a fazer uma ação social pública que dê visibilidade à missão da Igreja de cuidar dos mais vulneráveis. Assim sendo, as comunidades paroquiais, religiosas, novas comunidades foram estimuladas a promover um dia de “ação social”;

- Assembleia Diocesana de Pastoral: como coroamento do Ano Diocesano, ajudando a Igreja particular a elencar metas concretas para a promoção pastoral e social na Diocese;

O Ano sociotransformador, apesar de ter sido vivido dentro da sede vacante, ajudou a Diocese mapear qual é a sua percepção da realidade social.

A Igreja é vista com bons olhos, mas de forma assistencialista. As pessoas gostam muito de se dedicar a causas sociais e oferecem uma prontidão na resposta aos necessitados na solidariedade voluntária, bem como acompanhamento após análise das famílias assistidas.

Ainda, a Igreja possui mecanismos para realizar a integração com a sociedade, poder público, pastorais e movimentos.

Os momentos de escuta, que aconteceram ao longo desse ano, ajudaram a Diocese a mapear suas fraquezas no que tange à realidade sociotransformadora. Vale aqui ressaltar alguns pontos:

- Realizar um mapeamento das obras sociais da Diocese, levando ao conhecimento de todos os programas sociais existentes;
- Formação qualificada e cuidado para não expor as famílias assistidas;
- Participação e envolvimento dos jovens;
- Articulação com o poder público, CAPES, conselhos municipais e outros setores;
- Superar o assistencialismo, ajudando os assistidos através de uma visão holística que englobe as famílias e assistidos no máximo de programas possíveis;

- Uma Igreja em saída, que vá ao encontro dos vulneráveis e ofereça possibilidades para a independência social, mais evangelização, escuta, acolhida e acompanhamento;

- Melhorar o apoio dos padres e dos membros da Igreja nos trabalhos sociais;

- Preparar-se para novos desafios, por exemplo: LGBTQI+;

- A sociedade se omite porque acha que a Igreja tem muito dinheiro;

- Melhorar a unidade das várias pastorais para o bem da sociedade;

- Nas paróquias com mais recursos a Igreja é vista como omissa;

- Formação para o clero e leigos sobre a ação social da Igreja;

- As arrecadações nas paróquias são mais utilizadas para a estrutura e construções do que com o cuidado para com o povo;

- Falta de católicos comprometidos nas políticas públicas e partidárias;

- Quando a Igreja abre questionamentos ou problematiza o social é vista como “partidária”, não devendo “interferir” na vida política da sociedade;

- Falta espírito profético na ação sociotransformadora e no questionamento das estruturas;

- Mais uma parceria de conveniência do que projetos que beneficiem a população;

- Muitas vezes a Igreja beneficia-se do poder público, acontecendo favores entre as partes. É preciso mais diálogo institucional e menos favores bilaterais.

- É preciso criar um núcleo por cidade, onde exista um representante de cada paróquia para fazer parceria com a prefeitura;

- Fazer cadastro único na cidade para saber quem é ajudado, permitindo que um número maior de pessoas sejam atendidas;

A partir dessas perspectivas, é possível perceber que a Diocese tem um longo caminhar pela frente para fazer a passagem do assistencialismo para uma realidade de transformação social e articular com as esferas públicas da sociedade.

4.3.4 Perspectivas pastorais futuras⁴

A Diocese de São João da Boa Vista é uma Diocese de pequeno porte, presente no interior de São Paulo. Traz em si as marcas próprias do povo interiorano, e ao mesmo tempo começa a sentir os efeitos da cultura urbana, que se espalha muito rapidamente através dos modernos meios de comunicação. Está sentindo alguns fenômenos como o da indiferença aos temas religiosos entre os mais jovens, a fragmentação da família e uma menor adesão nos projetos sociais para o cuidado dos mais pobres.

O protagonismo dos sacerdotes, diáconos permanentes, religiosos/as, seminaristas e dos fiéis leigos e leigas no serviço do Reino de Deus é evidente e gratificante, muito mais alegrando do que preocupando o coração de seu pastor.

O laicato é uma grande riqueza. Seu dinamismo e dedicação é exemplar. Milhares deles e delas atuam, em suas respectivas paróquias, nos movimentos apostólicos, nas pastorais, nos organismos eclesiais e demais serviços. Aí recebem a formação de que necessitam para a ação evangelizadora.

Identificam-se também alguns problemas, tais como: algumas resistências e incompreensões aos modelos da catequese de inspiração catecumenal; certa carência de formação litúrgica nas paróquias; certa dificuldade em compreender as novas formas de exclusão e sofrimentos apresentados pela sociedade hodierna; o desafio da cultura urbana com suas luzes e sombras. Um dos principais desafios pastorais é a evangelização na cultura urbana: a transmissão integral da fé no interior de uma cultura, em rápidas e profundas transformações, que experimenta forte crise ética com a relativização do sentido de pecado. Torna-se imperativo à nossa ação evangelizadora pensar a relação entre evangelização e cultura urbana.

Uma vez vivido esse triênio, da juventude, família e pastorais sociais, outros caminhos vão se desenhando à frente para a animação pastoral da nossa Igreja particular:

a) A preocupação com a Ecologia Integral, ajudando os diocesanos a abraçar a cultura do cuidado para com a casa comum, procurando refletir e

⁴ Baseado no Relatório da visita *Ad limina apostolorum* de 2022.

aplicar as proposições do Papa Francisco presentes na “*Laudato si*” e na “Querida amazônia”;

b) Cuidado do presbitério. A Diocese, apesar de pequena, tem um clero bem numeroso, e é preciso seguir e acompanhar cada presbítero, principalmente os mais jovens, superando a o clericalismo, buscando favorecer entre eles ambientes para uma salutar vivência da fraternidade presbiteral. Aos poucos se percebe o aumento dos padres que vão chegando à idade da aposentaria. Também para com esses é preciso ter um zeloso cuidado.

c) Ampliar a relação com os meios de comunicação, e por meio deles atingir pessoas que ainda não chegaram fisicamente no ambiente eclesial, mas o podem fazer por meio da evangelização nas redes sociais. Para isso é preciso ampliar a presença e atuação nesses meios.

d) O espírito de missionariedade. A Igreja particular tem condições de ajudar mais igrejas, como já tem feito, enviando missionários clérigos e leigos, e mais, suscitando na própria realidade um espírito missionário, que faça as comunidades saírem de suas zonas de conforto e avancarem para lugares geográficos e existenciais onde o Evangelho ainda não chegou. Como Igreja Diocesana é preciso cada vez mais evangelizar com novo ardor e novos métodos.

e) É preciso reinserir nas comunidades o espírito da pobreza evangélica, despertando os leigos para a partilha e os clérigos para adotarem estilos de vida mais modestos.

f) É preciso querer dialogar com a cultura urbana e contemporânea buscando oferecer respostas às necessidades dos homens e mulheres de hoje. Buscando trazer sempre à memória o espírito do Concílio Vaticano II, de ser uma Igreja em constante diálogo com o mundo moderno.

g) Continuar na Diocese a implantação das Diaconias. Por meio da missão própria vivida pelos Diáconos permanentes será possível atingir esferas da Igreja que ainda não foram contempladas, mas principalmente vai recordar à Igreja particular a urgente necessidade de cuidar dos mais pobres.

h) O empenho na cultura do cuidado das crianças, adolescentes e das pessoas vulneráveis. Para isso já existe uma comissão permanente que ajuda a espalhar a cultura do cuidado e a manter na Igreja Diocesana um olhar vigilante da realidade.

i) Continuar espalhando a devoção e o exemplo de vida dos “santos locais”, para que sejam um estímulo para nossos diocesanos também abraçarem uma vida iluminada pelas bem-aventuranças e pela prática das virtudes.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa, mesmo que de modo sintético, põe em relevo que a humanidade está passando por um processo crescente de urbanização, e que a evangelização será necessária em todas essas realidades de grandes cidades, bem como no interior onde os números demográficos das cidades não são tão elevados, mas a cultura urbana já chegou, ocasionando uma mudança quase total do estilo de vida, de conduta e das mútuas relações entre as pessoas.

Minha percepção na Diocese de São João da Boa Vista, mesmo sendo uma Diocese de interior com pouco mais de meio milhão de habitantes espalhados em dezoito municípios, é que vivemos uma realidade humana e social urbana que deixou, ou está deixando, de ser rural. Devemos tomar consciência das consequências dessa realidade sociológica na configuração da nossa organização diocesana. Essa constatação é básica para programar e organizar uma pastoral evangelizadora na Diocese.

Temos colhido luzes nas Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, da CNBB, mas consciente de que essas luzes são reflexos de uma luz mais ampla, que é o pontificado do Papa Francisco.

O Papa Francisco tem advertido com clareza e insistência que não vivemos em um mundo rural, que somos chamados à evangelização de homens e mulheres urbanos. O Papa Francisco, antes de ser o bispo de Roma, uma grande cidade, foi bispo de Buenos Aires, uma cidade cosmopolita. Por causa disso, muito mais que oferecer teorias, o Papa mostra que uma autêntica pastoral urbana dá-se na dedicação do pastor que, no seu trabalho em equipe com os demais agentes de pastoral, vai encontrando, na medida em que se caminha de modo sinodal, as respostas para os desafios próprios dessa época.

Na Diocese de São João da Boa Vista, duas décadas antes do pontificado do Papa Francisco, já se insistia na cultura da sinodalidade, ou seja, nós já estávamos celebrando nosso primeiro sínodo. Foi um tempo muito forte de escuta construído de verdade pelo diálogo entre os clérigos e os leigos e assessorado por pessoas que foram grandes influentes da caminhada pastoral da Igreja no Brasil. Basta para exemplificar que um de nossos assessores foi o Servo de Deus Dom Luciano Mendes Almeida, e quatro bispos que nos assessoraram depois foram incorporados no colégio de cardeais.

O espírito da sinodalidade abriu em nossa Diocese a cultura da escuta, uma tentativa de ir além do clericalismo, para perceber que todos são corresponsáveis no projeto da evangelização.

Para isso é preciso ficar cada vez menos ancorado nas épocas passadas de uma cristandade triunfalista e mudar de mentalidade, deixar o rural e centrar-se no mundo novo e mutável da cultura urbana. É necessário trabalhar por essa mudança de mentalidade, colocando-nos em uma condição em que todos os batizados se entendam discípulos missionários de Jesus Cristo, enviados para evangelizar em contexto urbano, entrando em diálogo com esse contexto não tendo medo de encarar as suas sombras e nem mesmo que realçar as suas luzes.

Como Igreja, e digo particularmente como Diocese, precisamos ir assumindo que não somos mais a Igreja da Cristandade, muito simbolizada aqui no interior com a Igreja Matriz na praça central e toda a cidade girando e acontecendo ao redor dela. Hoje não somos os únicos que produzem cultura, nem os primeiros a serem ouvidos – e nem os mais ouvidos.

Por isso, o espírito de sinodalidade, tão acalentado pelo Papa e já vivido na Diocese anos antes, traz a grande responsabilidade de trilhar o caminho do diálogo pastoral sem relativismos, não como se fossem o centro do universo, mas, como grupo dos seguidores de Jesus que se coloca entre os outros grupos das sociedades, acreditando com convicção que no Evangelho está contida uma semente que, quando plantada no coração do ser humano, produz frutos de vida abundante.

No 1º Sínodo diocesano ocorrido na Igreja particular de São João da Boa Vista, emergiram três prioridades pastorais: a juventude, a família e os pobres. Realidades pastorais muito olhadas pelo Papa Francisco. O primeiro Sínodo por ele convocado foi sobre a juventude e o discernimento vocacional. O segundo Sínodo, ocorrido em duas fases, foi sobre a realidade da família. O terceiro Sínodo por ele chamado foi sobre a Amazônia, uma periferia do mundo, que reforça sua preocupação com os pobres.

O pontificado do Papa Francisco confirma que o caminho que temos percorrido em nossa Diocese é um caminho eficaz para a evangelização na cultura urbana. Evangelizar a cultura urbana é evangelizar os jovens e as mídias por eles frequentadas; evangelizar na cultura urbana é olhar para as famílias e

os seus múltiplos desafios; evangelizar na cultura urbana é olhar para os mais pobres, os descartados das grandes urbes que formam as periferias geográficas e existenciais.

Evangelizar os jovens hoje primeiramente é escutar os seus anseios, quais são as suas forças e as suas fraquezas, entendê-los dentro de um contexto de pluralidade, com linguagens e culturas próprias, num contexto que oferece muitas possibilidades, quase todas prometendo a felicidade. Essa busca em última instância é a busca pelo sentido da vida. Daí a necessidade de se aproximar da sua vida cotidiana, não para oferecer doutrinas e conceitos, mas oferecer uma autêntica amizade, uma presença de proximidade, para assim demonstrar o que sentido profundo da existência habitualmente também comporta o profundo sentido religioso (EG 72).

Evangelizar as famílias é outro desafio pastoral, levando em conta as jornadas de trabalho e estudos que cada vez mais impede o encontro da família, sem contar os aspectos culturais do individualismo e hedonismo que geram distâncias dentro da própria casa. Os jovens casais passam por uma fragilidade no desenvolvimento humano-afetivo, o que dificulta a vivência de uma sexualidade madura e sadia.

As famílias ainda enfrentam os desafios econômicos e sociais, como o desemprego, a migração, a falta de acesso aos serviços de saúde e educação, a questão da moradia, que concentra nas grandes cidades as famílias em conglomerados com pouquíssimas estruturas. Tudo isso afeta a vida da família.

Outro elemento a se levar em conta são novas configurações no contexto familiar como o alto número de divórcios, casais em segunda união, uniões homoafetivas, entre outras configurações que marcam a cultura epocal.

Diante desses tantos elementos que são característicos somente dos grandes centros, mas também estão presentes numa Diocese interiorana como a que está sendo refletida nessa pesquisa, fica-nos o questionamento de como evangelizar as famílias.

Esse questionamento já apareceu no 1º Sínodo Diocesano e agora volta-nos depois de vinte anos com um novo luzeiro que é o magistério do Papa Francisco. Ele, com a exortação *Amoris Laetitia*, traz lúcidas pistas pastorais para a evangelização da família.

A realização da evangelização exige escuta, acompanhamento e discernimento. Não se deve ter temor para iniciar e acompanhar processos familiares no qual habitam as diversas culturas, requerendo, assim, novas tarefas e propostas pastorais para que a Palavra de Deus e a vida sacramental possa alcançar a todos, de maneira coerente com o estado de vida de cada um.

Outra urgência que eclodiu no 1º Sínodo Diocesano e ganhou ressonância no magistério do Papa Francisco é o cuidado para com os pobres. Um elemento que define e pede a pastoral urbana, como o Papa Francisco tem insistido, são os destinatários privilegiados do Evangelho.

A tarefa pastoral da Igreja no contexto urbano é a escuta e a acolhida. Fazer-nos surdo a esse clamor, quando nós somos os instrumentos de Deus, nos coloca fora da vontade dele. Essa tarefa não é confiada somente a alguns cristãos, mas a toda a Igreja.

Aqui nasce a necessidade de superar a mentalidade assistencialista, ou então que dentro da comunidade somente as pastorais sociais são as responsáveis pelo cuidado dos pobres.

O critério da solidariedade é hoje de muita atualidade. Por esse motivo o Papa Francisco acrescentou em seu documento *Evangelii Gaudium* um quarto capítulo dedicado à dimensão social da evangelização. É inerente à fé em Jesus de Nazaré a opção pelos últimos, por aqueles que a sociedade descarta e rejeita.

Nesse sentido, faz-se cada vez mais urgente que a Diocese perceba que o acompanhamento e a valorização dos pobres sejam entendidos como indispensáveis para uma autêntica pastoral em meio à cultura urbana.

Ao findar essa pesquisa aprendi que a evangelização obedece ao mandato missionário de Jesus, e a missão nos leva como comunidade eclesial a estar presente em meio aos desafios de hoje: uma sociedade marcada por uma cultura urbana, que não se restringe a determinados locais geográficos, mas justamente por ser uma cultura está presente onde estão presentes as pessoas.

As provocações das Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: “evangelizar o Brasil cada vez mais urbano”, para mim, tornaram-se um apelo e uma realidade pela qual quero oferecer o meu ministério no chão onde estou plantado, que é a Diocese de São João da Boa Vista, uma igreja particular pequena, no interior, mas fortemente marcada pela cultura urbana.

O grande inspirador para viver essa dimensão da evangelização, com certeza, para mim é o Papa Francisco. Eu estava no segundo ano do curso de Teologia quando ele foi eleito o bispo de Roma. Passei os anos do curso teológico observando o impacto das suas falas na Teologia e na pastoral. Fui ordenado presbítero no seu pontificado, e hoje entendo que como pastor devo percorrer os lugares, as periferias e saber que ali posso encontrar Deus. Aliás, como diz o Papa Francisco, ali Deus já chegou primeiro.

É certo que o contexto de forte urbanização traz seus desafios, suas luzes e suas sombras, e nesse contexto sou chamado a ser “Igreja em saída”, com as portas abertas para acolher e para escutar.

Convém adotar o modelo de uma pastoral missionária e, como membro da Igreja missionária, entrar na vida das pessoas, encurtar as distâncias, contrair o cheiro das ovelhas. Em seguida, é preciso dispor-se a acompanhar a humanidade em todos os seus processos e assim colher os frutos das sementes que são semeadas pelo próprio Divino Semeador.

Na cidade, fazem-se necessários paradigmas que nos ajudem na orientação de nossos pensamentos e atitudes, pois tentar seguir sem paradigmas é correr o risco de se perder ao longo do caminho. Bem se sabe que a Igreja, em sua prática pastoral, contribuiu para elaboração de uma cultura cristã, que, por hora, muito tem se perdido. Contudo, cabe à Igreja continuar sendo uma seta que aponta para o sentido da existência e ajude as pessoas encontrar respostas as suas mais variadas exigências vitais.

Ao mesmo tempo não se pode esquecer que, como comunidade eclesial, não vivemos mais no período da Cristandade, não somos os únicos que produzem cultura nem mesmo os primeiros a ser ouvidos. Por esse motivo, somos chamados a nos lançar em novas formas de fazer pastoral: reencontro, novos métodos e linguagem para anunciar a Boa Notícia de que o Reino de Deus está perto.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Antonio José. **Paróquia, comunidades e Pastoral urbana**. São Paulo: Paulinas, 2009. 259 p.
- BAPTISTA, L. **A cidade e habitação social**. O Estado Novo e o programa das casas econômicas em Lisboa. Lisboa: Celta, 1999.
- BARROS, José d'Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BELLUZZO, L.; CARVALHO, S. N. de. Violência e pobreza como temas para a produção de estatísticas públicas: desafios à reflexão teórico-metodológica. **São Paulo em Perspectiva**, pp. 29-38, jul./dez. 2007. Disponível em: www.produtos.seade.gov.br. Acesso em: 03 nov. 2021.
- BENEVOLO, L. **História das cidades**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- BEOZZO, José Oscar; FRANCO, Cecília Bernandete (orgs.). **Espiritualidades na cidade**: por uma dimensão libertadora. São Paulo: Paulus, 2019. 128p. Brasília: DF, v.2, Ed. da UnB, 1999.
- BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém** - Nova edição, revista e ampliada 3. imp. São Paulo: Paulus, 2004.
- BRIGHENTI, Agenor. Pessoa-comunidade- sociedade: O triênio da realização da vocação humana. **Encontros Teológicos** nº 39 Ano 19 / número 3 / 2004.
- BRIGHENTI, Agenor; AQUINO JÚNIOR, Francisco (orgs.). **Pastoral urbana**: novos caminhos para a Igreja na cidade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2021. 229p.
- BRUSTOLIN, Leomar A.; FONTANA, Leandro Luis B. (orgs.). **Cultura urbana porta para o Evangelho**: a conversão pastoral como chave para a evangelização nas cidades. São Paulo: Paulus, 2021. 272p.
- CASTELLS, M. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. Lisboa: Presença. 1984.
- CASTELLS, M.A **Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- CHALHOUB, S. **Cidade febril**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHUL HAN, Byung. **Agonia do eros**. Petrópolis: Vozes, 2017. 93 p.
- CHUL HAN, Byung. **Hiperculturalidade**: cultura e globalização. Vozes, 2019. 147p.
- CHUL HAN, Byung. **No enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2013. 133 p.
- CHUL HAN, Byung. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015. 127 p.

CNBB, **Categorias de análise e interpelações pastorais**. Brasília: Edições CNBB, 2010. 360 p.

CNBB. **Comunidade de comunidades**: uma nova paróquia. Brasília: Edições CNBB, 2015. 136p.

CNBB. **Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade**. Brasília: Edições CNBB, 2016. 151p.

CNBB. **Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2019-2023**. Brasília: Edições CNBB, 2019. 93 p.

CNBB. **Iniciação à vida cristã**: itinerários para formar discípulos missionários. Brasília: Edições CNBB, 2017. 104p.

COMBLIN, José. **Os desafios da cidade no século XXI**. São Paulo: Paulus, 2003. 52 p.

COMBLIN, José. **Teologia da Cidade**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991. 301 p.

COX, Harvey. **A cidade secular**: a secularização e a urbanização na perspectiva teológica. Santo André: Academia Cristã, 2015. 303 p.

DIOCESE DE SÃO JOÃO BOA VISTA. **Relatório do 1º Sínodo Diocesano**, 2000. 107p.

DIOCESE DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA. **Plano diocesano de pastoral 2019-2023**. 2019. 85p.

DIOCESE DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA. **Relatório da visita *Ad limina apostolorum***. 2022. 322p.

FRANCISCO, Papa. **Evangelii gaudium**: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Loyola, 2013. 163 p.

FRANCISCO, Papa. **Discurso aos participantes no Congresso Internacional de Pastoral das Grandes Cidades**. Sala do Consistório, 27 de novembro de 2014. Disponível em:
em:https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/november/documents/Papa-francesco_20141127_pastorale-grandi-citta.html. Acesso em: 03 nov. 2021.

FRANCISCO, Papa. **Fratelli tutti**. Brasília: Edições CNBB, 2020. 152 p.

FRANCISCO, Papa. **Chistus vivit**: para os jovens e para todo o povo de Deus. Brasília: Edições CNBB, 2019. 128 p.

FRANCISCO, Papa. **Laudato sí'**: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Loyola, 2015. 142 p.

FRANCISCO, Papa. **Encontro com os jovens italianos em vista do Sínodo. Roma - 1 de agosto de 2018.** Disponível em: https://matrizdechaves.pt/wp-content/uploads/2019/03/SinodoBispos_DocumentoFinal_final_port.pdf. Acesso em: 03 nov. 2021.

FREIRE, Jurandir Costa. **Violência e Psicanálise.** Rio de Janeiro: Graal, 2003.

GASQUES, Jerônimo. **Diaconia do acolhimento:** desafios à liturgia e à pastoral na cidade. São Paulo: Paulus, 2020. 127p.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004; Juris, 2011.

INSTITUO NACIONAL DE PASTORAL. **Pastoral Urbana:** categoria de análise e interpelações pastorais. Brasília: Edições CNBB, 2010.

KELLER, Timothy. **Igreja centrada:** desenvolvendo em sua cidade um ministério equilibrado e centrado no Evangelho. São Paulo: Vida nova, 2014. 464 p.

KOLTAI, C. **Política e Psicanálise. O Estrangeiro.** São Paulo: Escuta, 2000.

LE GOFF, J. **O Homem Medieval.** Lisboa: Estampa, 1988.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades. Conversações com Jean Lebrun.** São Paulo:

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUZ, A. B. **O urbano-rural. Revista Conjuntura & Planejamento.** Salvador: SEI, mar. 003. Disponível em www.unirb.edu.br. Acesso em: 08 ago. 2021.

MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Lumen, 1981.

MUMFORT, L. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NASSIF, Douglas. **Itinerário para uma pastoral urbana:** ação do povo de Deus na cidade. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2008. 136 p.

OLIVEIRA, José Moreira de. **Pastoral vocacional e cultura urbana**: desafios e perspectivas de interação. São Paulo: Loyola, 2000. 93p.

PASSOS, João Décio. **Teologia e outros saberes**: uma introdução ao pensamento teológico. São Paulo: Paulinas, 2010. 203 p.

PECHMAN, R. M. A Invenção do Urbano: A construção da ordem na cidade. In. R. Piquet & A. C. Ribeiro (orgs.). **Brasil, território da desigualdade**. Descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

PESSINI, Leo; ZACHARIAS, Ronaldo. **Ética teológica e transformações sociais**. Aparecida: Santuário, 2014. 372 p.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Contexto, 2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Urbanização e modernidade**: entre o passado e o futuro (1889-1945). In. MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem Incompleta. A experiência brasileira: A grande transação. São Paulo: SENAC, 2000.

RICCARDI, Andrea. **Periferias**: crise e novidade para a Igreja. Brasília: Edições CNBB, 2021. 145p. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

RISÉRIO, A. **A cidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

ROLNIK, R. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROUDINESCO, E. **A Família em Desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAUL, Renato P. Comentários sobre violência, cultura, economia e política da sociedade contemporânea. In. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Geoval Jacinto da (Org.). **Itinerário para uma Pastoral Urbana** - Ação do Povo de Deus na Cidade. São Paulo: Editora da Universidade Metodista,

SISTACH, Cardeal Lluís Martínez (org.). **A pastoral das grandes cidades**. Brasília: Edições CNBB, 2016. 448 p.

SISTACH, Cardeal Lluís Martínez. **Evangelizar com a alegria as grandes cidades**. Brasília: Edições CNBB, 2021. 129p.

SISTACH, Cardeal Lluís Martínez. (Org.). **A pastoral das grandes cidades**: atas do I Congresso Internacional. Brasília: Edições CNBB, 2016.

STÉBÉ, Jean-Marc; MARCHAL, Hervé. **A Sociologia Urbana**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 2018.

TODOROV, T. **O Medo dos Bárbaros**: para além do choque das civilizações. São Paulo: UNESP, 1988.

WATICAN NEWS. **Audiência aos Membros da Fraternidade Política da Comunidade Chemin Neuf**. 30-04-2021. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/Papa/news/2021-04/Papa-comunidade-chemin-neuf-franca.html>. Acesso em: 08 ago. 2021.

WOLFF, Elias. **A Unidade da Igreja. Ensaio de eclesiologia ecumênica**. São Paulo: Paulus, 2007.

WOLFF, Elias. **Caminhos do Ecumenismo no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2002.

WOLFF, Elias; PALAFOX, Antônio Ernesto; PEREZ, Benjamin Bravo (orgs.). **A teologia e a Pastoral na cidade**: desafios e possibilidades. São Paulo: Paulus, 2021. 391p.